UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

JULIANA VASCONCELOS MOREIRA

Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia: O caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo

BELÉM-PA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Moreira, Juliana Vasconcelos, 1991-

Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia: o caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo / Juliana Vasconcelos Moreira ; orientador, José Júlio Ferreira Lima .— 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2016.

1. Espaço (Arquitetura). 2. Arquitetura e sociedade. 3. Espaços públicos-Belém (PA). 4. Centro Histórico de Belém (CHB). I. Título.

CDD – 22. ed. 720.103

JULIANA VASCONCELOS MOREIRA

Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia:
O caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo

Dissertação apresentada ao Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima

BELÉM-PA

2016

Dissertação apresentada ao Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Almir Francisco Reis
Examinador Externo (PPGAU-UFSC)

_____

Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte
Examinador interno (PPGAU-UFPa)

_____

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima
Professor Orientador

Dedicatória

A minha tia Nilce.

Agradecimentos

A Deus pela existência e pelas oportunidades privilegiadas que me foram oferecidas desde meu nascimento até hoje. Muitos dos que passaram por mim tiveram vidas muito mais duras que a minha, o que sempre me fez lembrar de ser grata pela minha vida.

A meus pais e minhas irmãs que me apoiam sempre e que me proporcionaram a oportunidade da boa educação desde criança e continua a fazê-lo. Não apenas educação formal, mas também educação moral e a importância de amar ao próximo.

A minha tia Nilce que foi parte essencial da minha criação e que me faz querer ser melhor diariamente.

Ao meu orientador José Júlio Lima sem o qual essa dissertação jamais se concretizaria. Muito obrigada pela orientação e pelos ensinamentos e pela enorme paciência.

Ao Jucá Costa pelo apoio, pela paciência, pelas conversas e pela companhia.

Por fim, agradeço aos meus amigos que estão sempre presentes e sempre me apoiaram, nas minhas presenças e nas minhas ausências, com atenção especial a Paula Abreu que me acompanhou nessa caminhada da dissertação, sempre disposta a ajudar.

Resumo

O conjunto formado pelo Forte do Castelo (FC), a Catedral Metropolitana, os edifícios do Arcebispado, Igreja de Santo Alexandre e o Antigo Hospital Militar, hoje Casa das Onze Janelas (COJ) localizados no entorno da Praça D. Frei Caetano Brandão, orla do rio Guamá, constitui o núcleo inicial da cidade de Belém. As edificações e espaços públicos receberam uma intervenção restaurativa e de requalificação urbana em 2002, passando a ser conhecidos como Complexo Feliz Lusitânia (CFL). De iniciativa do Governo do Estado do Pará, o projeto criou espaços públicos que estão sob sua gestão e que os submete a regulações visando a segurança e a salvaguarda dos espaços e o controle do comportamento dos usuários. Esta dissertação investiga o caráter público e a urbanidade das áreas livres do CFL. Utilizando-se a Sintaxe Espacial, são feitas análises para identificar o potencial de co-presença e análises semânticas nas áreas livres do CFL para identificar co-presença real entre usuários. Os resultados revelam que atributos não morfológicos contribuem em grande medida para a co-presença e que, apesar do controle, as regras instituídas pela gestão são aceitas e o espaço é considerado público pela maioria dos pesquisados, porém, a segregação deliberada esvazia o caráter público dos espaços, prejudicando sua urbanidade.

Palavras-chave: Espaços públicos, Urbanidade, Sintaxe Espacial, Co-presença, Complexo Feliz Lusitânia, Belém (PA).

Abstract

The group of buildings formed by the Forte do Castelo (FC), the Metropolitan Cathedral, the Archbishopric, St. Alexander Church and the Old Military Hospital, today known as Casa das Onze Janelas (COJ) located around the Praça D. Frei Caetano Brandão, at Guama river waterfront, is the initial core of the city of Belém. The buildings and public spaces had a restorative and urban renewal intervention in 2002, becoming known as Feliz Lusitânia Complex (CFL). By the initiative of the Pará State Government, the project created public spaces under their management that submit them to regulations that aim at safeguard and security of the spaces and control of users behavior. This research investigates the public nature and urbanity of CFL open areas. Using Space Syntax, there are analyses that identify the potential of co-presence and semantic analysis in the CFL open spaces to identify real co-presence among users. The results show that non-morphological attributes contribute greatly to co-presence and that, despite the control, the rules established by managers are accepted and the space as a whole is considered to be public by the majority of respondents, however, the deliberate segregation empties the public nature from the spaces, what shortens urbanity.

Keywords: Public spaces, Urbanity, Space Syntax, Co-presence, Feliz Lusitânia Complex.

Lista de figuras

Figura 1 - Delimitação do entorno do Centro Histórico de Belém (CHB) com destaque para os bairros que o compõem e localização do Complexo Feliz Lusitânia. 28

Figura 2 - Mapa de Belém em 1791, demarcando as barreiras naturais encontradas pelos moradores para a expansão da cidade. 29

Figura 3 - Esquema demonstrando o traçado dos bairros e a presença do lago e igarapé do Piri no século XVII no limite dos bairros 30

Figura 4 — a. Planta do Forte do Castelo do Senhor de Santo Cristo, datada de 1708. Fonte: D'Ângelo, 1995; b. Restaurante localizado próximo ao Forte do Castelo de uso do Círculo Militar entre a década de 1960 e 1999. 31

Figura 5 - a. Igreja de Santo Alexandre no final do século XIX. b. Catedral de Belém no início do século XX. 32

Figura 6 — Fachada do antigo Hospital Militar hoje Casa das Onze Janelas. Fotografia de autoria de Robert Smith, tomada por volta da década de 1940 33

Figura 7 - Casario da Ladeira do Castelo visto a partir do Forte 34

Figura 8 - Configuração do espaço público e privado do Complexo Feliz Lusitânia ao longo do século XX. 37

Figura 9 - Planta da proposta de intervenção do PDGB, 1975, com legenda ampliada. 41

Figura 10 — Perspectiva da Praça Dom Frei Caetano Brandão e da proposta de intervenção na Praça do PDGB, 1975. 42

Figura 11 - Imagem aérea da área do Feliz Lusitânia antes das intervenções, demarcando algumas benfeitorias que foram demolidas durante a execução do projeto; b. Situação atual da área, passados quatorze anos da inauguração 44

Figura 12 – a. Forte do Castelo e área livre ocupada por diversas benfeitorias como o restaurante do Círculo Militar e a quadra de esportes antes da intervenção do Projeto Feliz Lusitânia; b. Área do forte onde expunham-se os antigos canhões antes da intervenção.....45

Figura 13 - Planta do Projeto Feliz Lusitânia de 1997 executado e entregue em 2002. 47

Figura 14- a. Portal de acesso pelo lote do Forte do Castelo; b. Passagem por dentro da Casa das Onze Janelas para acesso ao pátio, que funciona segundo o horário de funcionamento do Museu. 48

Figura 15 - a. Bateria baixa de canhões com bancos para descanso e contemplação; b. Passeio com pavimentação em paralelepípedos e áreas gramadas com exposição de artefatos arqueológicos.....48

Figura 16 - a. Passeio no fosso com terminação brusca que obriga o usuário a dar meia volta ao fim, destaque para o detalhe da vista das torres do Mercado de Peixe do Ver-o-Peso ao fundo; b. Vista da porta de acesso ao forte pela Feira do Açaí, fechada há tanto tempo que é ignorada.....49

Figura 17 -a. A escada metálica que dá acesso ao fosso; b. Vista do Forte com destaque para proporção entre área gramada e de área de passeio no fosso. 49

Figura 18 – a. Área que permite o maior contato com o rio a partir do Forte, porém fechada ao público; b. Faixas que impedem o acesso à área ilustrada na figura 11a. 50

Figura 19 - a. A variação de níveis foi explorada no projeto paisagístico, criando áreas de passagem e jardins. Ao fundo o quiosque de venda de alimentos; b. Pátio com áreas gramadas, instalações artísticas e bancos que pode ser acessada pelo interior da Casa. 51

Figura 20 - a. Anfiteatro localizado na área onde anteriormente existiam depósitos da Marinha; b. Caminho aberto de acesso ao Píer e à corveta ancorada. 51

Figura 21 - Barracas de coco e de lanches nas laterais da Praça. 54

Figura 22 - a. Amplas áreas gramadas; b. Caminhos traçados com os arbustos que funcionam como barreiras de projeto para o acesso à grama.....55

Figura 23 - Vista da Rua Padre Champagnat, mostrando a diferença na paisagem antes e após a demolição do edifício que contribuía para a sensação de enclausuramento da Praça Frei Caetano Brandão.....56

Figura 24 - a. Imagem aérea do Forte do Castelo e região; b. Vista da orla a partir da Praça Dom Frei Caetano Brandão na área anteriormente ocupada por edificações.....56

Figura 25 – Manhã do Círio Fluvial de 2015 quando se estima que havia aproximadamente 200 pessoas apenas neste trecho das áreas livres.....61

Figura 26 - Painéis com o tema das Olimpíadas ao longo da Linha Vermelha, via de acesso rápido ao aeroporto e que cobre uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré.....67

Figura 27 - Traçado da área pioneira da cidade sobre imagem de satélite, destaque do traçado de base radial ortogonal, tendo como ponto gerador o Forte do Castelo.....88

Figura 28 - “Plano geral da cidade do Pará”. Belém, 1791, por Theodósio Chermont. 1- Praça das Armas, 2- Largo da Sé, 3- Largo de São João, 4- Largo do Carmo, 5- Largo de Santo Antônio, 6- Largo das Mercês, 7- Largo da Misericórdia, 8- Largo do Rosário, 9-Largo do Bagé, 10- Largo da Pólvora, 11- Largo de São José, 12- Largo do Palácio, 13Praça do Pelourinho, 14- Largo dos Quartéis, 15- Largo de Sant’Ana. 89

Figura 29 - Localização aproximada do Lago do Piri hoje se não tivesse sido aterrado.....89

Figura 30 - Quatro áreas dos bairros da Campina e da Cidade Velha com atributos morfológicos diferentes entre si e problemas de conexão delimitadas pelos dois eixos. 91

Figura 31 - Diferença de sentido entre os traçados da Campina e da Cidade Velha e interrupção das vias que adentram o bairro pioneiro. 92

Figura 32 – Mapa axial considerando a medida de integração global do sistema (Rn), com e sem imagem de satélite como base. 94

Figura 33 - Núcleo formado por 10% das linhas mais integradas em contraste com os 40% das linhas mais segregadas. 95

Figura 34 - Diferença no padrão de linhas integração do Complexo Feliz Lusitânia, onde há um gradativo decréscimo na integração conforme se aproxima da orla, e do bairro da Campina, onde esse decréscimo não ocorre. Destaque para a via R. Conselheiro João Alfredo/ R. Padre Champagnat que é a única a dar acesso do bairro da Campina ao Complexo Feliz Lusitânia.....99

Figura 35 - Gráfico de inteligibilidade da área. 100

Figura 36 - Gráfico de correlação entre o comprimento das linhas axiais e a sua integração global. 100

Figura 37 - Área ampla do segundo nível de análise, incluindo trechos do bairro da Campina e da Cidade Velha. 102

Figura 38 - Distribuição do Uso do Solo nos bairros da Cidade Velha e Campina.....104

Figura 39 - a. Museu Histórico do Estado do Pará (MHEP); b. Fórum cível. 105

Figura 40 - Praça do Relógio e ao fundo as Docas do Ver-o-Peso.....105

Figura 41 - Praça D. Pedro II onde localiza-se um ponto de ônibus que concentra muitas pessoas. 105

Figura 42 - a. Mapa axial de integração global da área analisada sobre imagem de satélite, considerando os acessos abertos por mais tempo (cenário 01); b. Mapa axial de integração global da mesma situação. 108

Figura 43 - a. Mapa axial de integração global da área analisada sobre imagem de satélite, considerando todos os acessos abertos (cenário 02); b. Mapa axial de integração global da mesma situação. 109

Figura 44 – Contraste entre 10% das linhas mais integradas em tons quentes e 40% de linhas menos integradas em tons frios tracejados com os acessos abertos por mais tempo. 109

Figura 45 - Contraste entre 10% das linhas mais integradas em tons quentes e 40% de linhas menos integradas em tons frios tracejados com todos os acessos em potencial.....110

Figura 46 - Traçado definido em projeto com áreas gramadas não acessíveis. 111

Figura 47 – Recorte das áreas livres da COJFC no mapa axial de integração local (R3) da área analisada considerando todos os acessos em potencial.....112

Figura 48 - Gráfico demonstrando a inteligibilidade da área no cenário 01. 113

Figura 49 - Gráfico demonstrando a inteligibilidade da área, no cenário 02. 113

Figura 50 - Mapa com demarcação dos espaços convexos e ilhas espaciais. 115

Figura 51 - Início da procissão do Círio de Nazaré de 2015 na Praça Dom Frei Caetano Brandão que reuniu mais de 2 milhões de pessoas. 117

Figura 52 - Áreas nas quais foram feitas as contagens de pessoas para identificação da co-presença real da área. 122

Figura 53 - Percurso feito nas contagens para cobrir todos os ambientes do projeto a Praça e as vias adjacentes, permitindo a visão da autora sobre todos os espaços.....124

Figura 54 – Divisão de espaços feita com base nos ambientes definidos no projeto com algumas adaptações que contribuíssem para as contagens.....125

Figura 55 - Mapa-tipo esquemático com a distribuição de pessoas no espaço representando a frequência do horário de 09h às 10h em todos os dias. 126

Figura 56 - Mapa-tipo esquemático com a distribuição de pessoas no espaço representando a frequência do horário de 10h às 11h em todos os dias. 127

Figura 57- Mapa-tipo esquemático com a distribuição de pessoas no espaço representando a frequência do horário de 16h às 17h em todos os dias. 128

Figura 58 - Mapa-tipo esquemático com a distribuição de pessoas no espaço representando a frequência do horário de 17h às 18h em todos os dias. 129

Lista de tabelas

Tabela 1 – Comparação dos atributos morfológicos dos três recortes analisados, a área total, as áreas livres da COJFC (objeto) e o seu entorno. 116

Tabela 2 - Avaliação do espaço total, das áreas livres da COJFC (objeto) e do seu entorno segundo pesos atribuídos aos atributos da morfologia. 120

Tabela 3 – Síntese dos índices de integração do conjunto de espaços livres e avaliação de atributos não sintáticos nas áreas livres da Casa das Onze Janelas classificados conforme a concentração de pessoas ao longo dos dias. 131

Tabela 4 – Síntese dos índices de integração do conjunto de espaços livres e avaliação de atributos não sintáticos nas áreas livres do Forte de Castelo classificados conforme a concentração de pessoas ao longo dos dias 132

Tabela 5 - Síntese dos índices de integração do conjunto de espaços livres e avaliação de atributos não sintáticos nas áreas livres da Praça Dom Frei Caetano Brandão e vias adjacentes classificados conforme a concentração de pessoas ao longo dos dias 133

Tabela 6 - Correlação entre a escolaridade e ocupação e as idades dos usuários pesquisados. 136

Tabela 7 - Correlação entre a frequência em que os usuários entrevistados visitam as áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo e a localização da sua moradia. 137

Tabela 8 - Correlação entre os objetivos dos usuários nas áreas livres da COJFC e as faixas etárias. 137

Tabela 9 - Pontos positivos das áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo segundo os usuários. 139

Tabela 10 - Pontos negativos das áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo segundo os usuários. 141

Tabela 11 - Avaliação dos usuários a respeito das restrições e regras das áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo. 142

Tabela 12 - Concepção de espaço público segundo os usuários das áreas livres da COJFC que responderam ao questionário. 144

Tabela 13 - Pesos e intervalos para uma classificação de síntese de morfologias físicas. 163

Lista de siglas

CHB – Centro Histórico de Belém

COJFC – Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAR – Museu de Arte do Rio

OS – Organização Social

PDGB – Plano de Desenvolvimento da Grande de Belém

SE – Sintaxe Espacial

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Pará

Sumário

Introdução 17

Métodos 22

Capítulo 01: Caracterização do objeto de estudo e problema de pesquisa. 27

1.1. Contextualização histórica 27

1.2. Projetos elaborados para os espaços urbanos do Complexo Feliz Lusitânia 35

1.2.1. O projeto constante no Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), 1975 38

1.2.2. O Projeto Feliz Lusitânia, 2002 43

1.2.3. A Praça Dom Frei Caetano Brandão 52

1.3. O perfil de uso das áreas livres criadas pelo Projeto Feliz Lusitânia 57

Capítulo 02: Marketing Urbano, imagem e urbanidade em espaços públicos 62

2.1. Planejamento urbano neoliberal 62

2.2. City Marketing e Terceiro Setor 70

2.3. Espaço público e controle social nas paisagens de poder 75

2.3.1. Os conceitos de co-presença e urbanidade em espaços públicos 78

2.4. Conclusões Preliminares 82

Capítulo 03: Os três níveis de análise 86

3.1. Primeiro nível de análise: a sintaxe espacial do CHB 87

3.2. Segundo nível de análise: 102

3.2.1. Análise Axial 106

3.2.2. Os Espaços Convexos 114

3.3. Terceiro nível de análise 121

3.4. Discussões e Resultados 145

Conclusões 150

Referências 157

Anexo..... 163

Introdução

O Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, comumente referido como Complexo Feliz Lusitânia (CFL), está localizado no Centro Histórico de Belém (CHB). Na área do CFL aportaram os primeiros navegadores portugueses no ano de 1616 para a instalação de um Forte para a proteção do território contra a presença estrangeira (PENTEADO, 1968). Na área do CFL, há algumas das edificações mais antigas de Belém, como o Forte do Castelo, primeira edificação da cidade e algumas das primeiras edificações religiosas, como a Igreja de Santo Alexandre e Palácio Episcopal e a Catedral da Sé. Próximo ao Forte, destaca-se a presença do Complexo do Ver-o-Peso, cartão-postal da cidade, fundado em 1625 (IPHAN, 2015), com diversas feiras e mercados que abastecem a cidade.

Entre os anos de 1997 e 2002, a área do Complexo Feliz Lusitânia recebeu uma intervenção restaurativa e de requalificação urbana promovida pelo Governo do Estado do Pará que incluiu diversas edificações e nos espaços públicos. Segundo SECULT (2006), o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia recebeu esse nome como referência homônima ao primeiro povoado estabelecido na área durante a ocupação inicial, como relatado por Penteado (1968).

O Projeto Feliz Lusitânia teve uma intervenção relevante em áreas livres do CFL, criando inclusive novos espaços de acesso ao público em áreas anteriormente ocupadas: as áreas livres da Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo (COJFC). Essas áreas localizam-se nos arredores das edificações citadas, às margens do rio Guamá e se integram de tal forma que há continuidade dos espaços públicos do seu entorno sem delimitações entre os lotes ocupados pelas edificações. O Projeto criou diversos ambientes nos espaços, por meio de esculturas, instalações artísticas e elementos característicos do antigo uso do Forte, como canhões. Além disso, houve também um projeto paisagístico de modo a

reforçar o contato com a natureza da área. As áreas livres da COJFC constituem-se no objeto de estudo desta pesquisa.

Além dessa intervenção, a partir de 1997, foram executados diversos projetos também responsáveis pela definição de espaços voltados para o lazer e turismo em áreas centrais da cidade. Os projetos de responsabilidade do Governo do Estado, incluem a Estação das Docas (2000), o Parque Naturalístico Mangal das Garças (2005) e o Parque da Residência (1998), todos têm em comum alterações na forma de controle de usuários em seus espaços públicos. Trata-se de características que não estão presentes em outros espaços livres de lazer de Belém. As medidas são características próprias de gestão e uso que sugerem aspectos de sua concepção e indicam o surgimento de um novo perfil de espaço urbano. Acredita-se assim, que tais projetos e sua dinâmica de funcionamento merecem a atenção por parte de pesquisadores e planejadores urbanos em função da ideologia que lhes é característica.

Em Belém, tais empreendimentos se localizam em áreas centrais privilegiadas e são, na maioria das vezes, voltados para o lazer e a contemplação da natureza. No caso dos projetos localizados às margens da Baía do Guajará, havia desde a sua concepção um apelo conceitual de “abertura de janelas para o rio”, intenção essa que constava inclusive no Plano Diretor de Belém de 1993 (BELÉM, 1993). Uma vez que a cidade por muito tempo cresceu tendo as áreas de orla privatizadas por portos e “estâncias“ (denominação local depósitos de madeira) particulares (PONTE, 2004). Assim, alegava-se que, por meio desses empreendimentos a população local poderia se reconectar — ou mesmo se conectar pela primeira vez, no caso de boa parte da população de Belém — ao rio e à natureza, mesmo que apenas por meio de contemplação. Os projetos também eram justificados como requisitos para contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado por meio do estímulo ao turismo (SECULT, 2006).

Entre tais projetos acredita-se que há a ocorrência de um perfil, pois, apesar de apresentarem diferenças entre si, todos apresentam alguns aspectos comuns que seguem uma lógica própria de utilização, replicada em cada exemplar,

contando também com usos voltados para usuários de alto poder aquisitivo. O funcionamento destes empreendimentos, desde a sua inauguração é marcado pela existência de regras e normas de utilização dos espaços livres chegando mesmo a se constituírem em restrições comportamentais que influenciam diretamente na utilização dos espaços por parte dos usuários. Além disso, todos esses espaços contam com serviços de segurança e limpeza privadas terceirizadas e, apesar de serem espaços ditos públicos, são ou foram pelo menos parcialmente geridos por uma organização privada sem fins lucrativos baseadas no modelo de publicização (Organização Social) ligadas a Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT).

Tais características não se aplicam a outros espaços livres da cidade, também voltados para o uso de lazer, como as antigas praças, a maioria criada no início do século XX, também localizadas em áreas centrais da cidade, como a Praça Dom Frei Caetano Brandão, a Praça da República e a Praça Batista Campos entre outras. Além das praças, há também os projetos Ver-o-Rio e recentemente o Portal da Amazônia, que, embora sejam projetos localizados na orla da cidade, são administrados diretamente pelo poder público municipal. Esses espaços constituem-se locais de lazer e contemplação utilizados por diversos habitantes da cidade e turistas, além de funcionarem também como local de trabalho de vendedores ambulantes que comercializam artigos compatíveis com o uso lúdico, como pipoca, lanches, brinquedos infantis e bombons.

Tanto as praças quanto os espaços de orla citados apresentam um caráter público e, apesar de também contarem com regras, como todo espaço público, se diferenciam dos empreendimentos objeto de estudo desta dissertação por possibilitarem o livre acesso, em qualquer momento. São poucas as regras nesses espaços que extrapolam o que é comumente encontrado em espaços públicos. Um caso mais rígido é a proibição de levar animais de estimação à Praça Batista Campos, uma das principais de Belém, em curtos horários do dia, justificado pela alta frequência de pessoas fazendo exercícios físicos nos mesmos. Destaca-se que tal regra se mostra democrática ao buscar harmonizar os usos naturais dos usuários, não criando uma completa exclusão.

Dentre os projetos executados pelo Governo do Estado já citados, as áreas livres da COJFC são as que mais se aproximam formalmente de um espaço público comum, por contarem com uma integração com o passeio público, mesmo que parcial, já que apresenta alguns acessos abertos, porém também áreas de fechamento. Ao contrário dos outros, como a Estação das Docas e o Mangal das Garças, não há cercamento ou portões que impeçam o acesso do público no horário de funcionamento cotidiano, embora à meia-noite sejam passadas correntes nos acessos e os usuários do espaço sejam convidados a se retirarem. Além disso, outras regras foram estabelecidas, como a restrição de acesso a vendedores ambulantes, a pessoas com animais de estimação e a pessoas carregando bicicletas. Tais restrições levam a questionamentos quanto ao caráter público desses espaços, que, apesar de formalmente se integrarem à rua, impõem uma forma de uso específica, que nem sempre contempla toda a população.

Tomando como referência a ocorrência dessas questões e com base em um referencial teórico que trata do *marketing* urbano, discute-se ao longo do trabalho a relação entre o Projeto Feliz Lusitânia e a ideologia contida das estratégias inerentes a esse modelo de gestão urbana de caráter neoliberal. Neste aspcto, entende-se que a cidade como ator social, levada a competir com outras cidades para que, por meio de vantagens locacionais, possam suprir principalmente necessidades do capital estrangeiro tem sido alvo de diferentes autores (VAINER, 2000; HARVEY, 1989; CASTELLS E BORJA; 1996). Destas colocações é ainda tributária a importância da imagem como forma de vender tais vantagens, o que constitui nesta dissertação parte da revisão teórica que a sustenta.

Para a avaliação das áreas livres da COJFC utilizam-se os conceitos de urbanidade e de caráter público como características presentes em espaços urbanos cheios de vitalidade, heterogeneidade e democracia social. Para uma análise do caráter de urbanidade a partir da apropriação pelos usuários, são aplicados métodos e conceitos da Sintaxe Espacial (SE), teoria enquadrada no campo disciplinar do Desenho Urbano (HILLIER e HANSON, 1984; HOLANDA, XXXX).

A SE é uma teoria relacional que se baseia em análises espaciais considerando os aspectos topológicos da morfologia urbana. Nela incluem-se tanto características sintáticas do espaço, ou seja, a sua configuração, quanto características semânticas, que tratam de relações sociais no/com o espaço (HILLIER e HANSON, 1984). A metodologia da SE possibilita a mensuração do potencial que os atributos morfológicos urbanos podem ser associados a apropriação social em um determinado espaço. A partir dela, é possível relacionar os atributos morfológicos com seu potencial para a promoção de integração, acessibilidade e apoio à co-presença do sítio em duas diferentes escalas de análise, uma escala menor que abrange o entorno imediato do objeto de estudo; e uma escala maior, que reflete a configuração de tal objeto relativamente com parte do resto da cidade. Segundo Hillier (1996), "Lugares não são coisas locais. Eles são momentos em coisas de larga escala, essas coisas em larga escala nós chamamos de cidade. Lugares não fazem cidades. São cidades que fazem lugares[1]" (p. 151), por isso é necessária a compreensão da escala mais ampla possibilitando uma análise do objeto de estudo.

O conceito de co-presença nesta dissertação é empregado na análise das áreas livres da COJFC e seu entorno. Assim, a avaliação de urbanidade e do caráter público dos espaços tem como parâmetro sua associação à co-presença, auferido por meio de análises de SE.

Assim, analisando as áreas livres da COJFC no seu contexto à luz da ideologia do *marketing* urbano e do planejamento urbano neoliberal, busca-se identificar como funcionam as relações interpessoais e dos usuários com o espaço, podendo assim avaliar a presença de urbanidade nessas áreas. Acredita-se que há, no mínimo, uma correlação entre a natureza dos empreendimentos e sua gestão – espaço público voltado para o lazer e turismo, localizado em área privilegiada da

[1] No original: "Places are not local things. They are moments in large-scale things, the large-scale things we call cities. Places do not make cities. It is cities that make places".

cidade, parcialmente gerida por uma Organização Social e sob regras e normas impostas pela gestão – e a forma de utilização do espaço.

Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa é investigar o caráter público e a urbanidade das áreas livres criadas pelo projeto Feliz Lusitânia, em meio às restrições inerentes ao seu modelo de gestão e ao contexto do CHB. O primeiro objetivo específico constitui em investigar a existência de uma relação entre o modelo de gestão e as regras de utilização dos espaços criados pelo Projeto Feliz Lusitânia. O segundo objetivo específico é analisar o nível de co-presença nos espaços dos usuários das áreas livres da Casa das Onze Janelas. Por fim, o terceiro objetivo específico busca identificar a avaliação dos usuários a respeito do controle na utilização dos espaços.

Métodos

O método de investigação desta dissertação consiste de um estudo de caso. As análises do estudo de caso se apresentam em três níveis, baseadas em diferentes abrangências territoriais. Em cada nível de análise são considerados diferentes aspectos dos espaços públicos com foco nos pontos mais relevantes em cada escala. Por meio das análises de SE, é possível compreender, como a configuração dos espaços públicos potencializa a atração de pessoas, em escala menor e em escala maior, podendo mesmo ser um polo de atração de usuários de outros bairros da cidade e não apenas dos habitantes, mas da presença de estranhos no espaço, o que contribui para o entendimento das relações entre os atributos morfológicos do espaço e a co-presença.

No primeiro nível de análise, são aplicados métodos para a aferição de indicadores da SE voltados a identificação do potencial que os atributos morfológicos do sítio têm com relação à atração de pessoas. Importante ressaltar que tal potencial não é necessariamente observável na realidade, sendo apenas uma possibilidade provável de uso, sendo chamado por isso de “comunidade virtual” (HOLANDA E GOBBI, 1988). Assim, são consideradas medidas ligadas a representação dos espaços públicos por meio de espaços convexos e linhas

axiais[2] e em níveis globais e locais, dependendo da escala de resolução do espaço considerado: a quantidade de espaços livres sobre o espaço total do sítio, a metragem linear de paredes cegas sobre o perímetro total de paredes, a integração da malha viária do recorte em questão entre si e com parte do resto da cidade, entre outros.

Devido ao fato de a SE ser uma metodologia relacional, a partir dos mapas axiais, é possível mensurar as propriedades de cada espaço em relação a todos os outros espaços. Isso gera uma leitura ampla de quais espaços (linhas) são mais facilmente acessíveis, o que é chamado em sintaxe de linhas mais rasas, e quais são menos acessíveis, ou mais profundas, a partir de todas as outras linhas do sistema: "quanto menor a profundidade com relação a todas as outras linhas, mais movimento; quanto maior a profundidade, menos"[3] (op. cit. p, 160).

Tal medida pode ser tomada considerando todas as outras linhas (Raio-n) ou apenas uma quantidade restrita de linhas, ou seja, o número de passos (mudanças de direção) de um espaço a outro. Considerando que cada linha seria um movimento dos pedestres, se restrito a três movimentos (Raio-3), por exemplo, seria analisada a integração de cada espaço com relação a todas as possibilidades de movimento em no máximo três outros espaços a partir dele. Assim, obtém-se um indicador de potencialidade de atração de pessoas em uma escala relacional mais restrita, ou seja, mais local. Além dessa propriedade, outras são consideradas, como a inteligibilidade, que mensura, por meios de uma correlação estatística, a facilidade de leitura do espaço por estranhos e por locais a partir da correlação entre integração global e local e a correlação entre a integração e o comprimento das linhas.

---

[2] As análises axiais, tratam do provável movimento das pessoas no espaço, sendo baseadas em linhas axiais, ou seja, uma representação unidimensional do espaço multidimensional. As linhas axiais são criadas a partir da subdivisão dos espaços urbanos em espaços convexos, nos quais são traçados eixos que passam a representar o espaço unidimensionalmente (HILLIER E HANSON, 1984)

[3] No original: "...the less depth to all other lines, the more movement; the more depth, the less".

Enquanto as linhas axiais trazem informações do sistema como um todo, independentemente do tamanho da fração territorial utilizada, os espaços convexos tratam de micro espaços, da escala do pedestre.

No segundo nível de análise, a partir dos espaços convexos, mensura-se o potencial da permanência de pessoas nos espaços. Para isso, são utilizados os seguintes dados: a proporção entre a área de espaços abertos e a área total do objeto de estudo; o espaço convexo médio; a constitutividade do sistema, considerando as transições entre espaços abertos e fechados. A partir de tais dados, é possível mensurar o potencial de atração dos espaços resultante das barreiras e permeabilidades que a fração urbana apresenta (HILLIER E HANSON, 1984; REIS; 1993; CAMPOS, 1997).

Além disso, considera-se os usos do solo, o que também permite mensurar a probabilidade de movimento no espaço público. Segundo Jacobs (2011), a diversidade de usos é característica essencial de atração de pessoas ao espaço público, os usos comerciais e de serviço atraem o público pelo uso em si e as residências promovem uma sensação de segurança por meio dos “olhos para a rua”. Assim, o uso do solo das diferentes áreas da cidade pode favorecer ou não a passagem e a permanência de pessoas nas ruas e praças.

O último aspecto analisado da pesquisa busca contemplar a dimensão semântica do objeto de estudo, ou seja, a análise de aspectos não morfológicos, de aspectos sociais do espaço por meio de análises empíricas. A observação e contagem de pessoas na área do estudo de caso refletem a quantidade de pessoas que efetivamente frequenta o lugar. Além dos dados quantitativos, informações de cunho qualitativo devem ser consideradas, no que diz respeito ao perfil dos usuários, à sua avaliação com relação ao espaço, e à dinâmica de uso inerente a ele. A urbanidade não é refletida apenas pela simples existência de pessoas no espaço, mas por outros aspectos tais como a heterogeneidade dessa população, a forma de utilização do espaço por ela e, ainda em função do problema de pesquisa, a forma de legitimação das imposições da administração

pelos usuários. Tais informações foram coletadas por meio de um formulário aplicado aos usuários.

Tais análises se aplicam a três limites territoriais, um maior, abrangendo o CHB e seu entorno; um segundo nível intermediário, contemplando trechos dos bairros da Campina e Cidade Velha no entorno do CFL; e um terceiro nível mais restrito, englobando as áreas livres da COJFC e a Praça Frei Caetano Brandão. O limite do primeiro nível foi definido devido às semelhanças formais e de ocupação. Nesse nível é discutida a axialidade do sistema, com suas regiões de maior e menor integração. Esse nível trata da inserção do objeto de estudo na cidade.

No segundo nível, são analisados trechos dos bairros da Cidade Velha e Campina que apresentam intensidades diferentes de uso e apropriação. Nesse sentido, a análise tem como base a técnica da axialidade, de modo a compreender os pontos de maior força morfológica de atração; a convexidade das áreas, demonstrando o seu potencial em promover permanências no espaço público; e o uso do solo predominante das áreas, o que também contribui para a atração populacional.

Já o terceiro nível, diz respeito a apropriação dos usuários do espaço, restringindo-se às áreas livres da COJFC e à Praça Frei Caetano Brandão. Os métodos utilizados neste nível foram questionários, contagem de pessoas e observação de uso entre os meses de outubro e novembro, período no qual há uma maior quantidade de eventos no CHB devido à proximidade com o Círio de Nazaré[4] e o Natal. Assim, o resultado valoriza a opinião e a apropriação do usuário que pode ter correspondência ou não com os resultados das análises morfológicas efetuadas nos níveis anteriores.

A dissertação foi organizada da seguinte maneira: o primeiro capítulo faz uma contextualização histórica e uma caracterização física das áreas livres da

[4] O Círio de Nazaré é uma festividade religiosa da Cidade de Belém celebrada no segundo domingo do mês de outubro e consiste de uma procissão que percorre os bairros da Cidade Velha (onde localiza-se a área de estudo, Comércio e Nazaré, num total de 3,6 km (DIRETORIA DA FESTA DE NAZARÉ, 2016).

COJFC e de sua localização na cidade de Belém. São abordados fatos referentes a sua fundação, os diferentes projetos propostos e executados na área ao longo da sua existência, com foco para os seus espaços públicos. Por fim, é retratado o seu modelo de funcionamento atual, suas restrições e formas de controle do usuário.

O segundo capítulo consta de revisão teórica para aprofundar os conceitos necessários para a discussão em questão. Primeiramente, trata-se da tendência de utilização do Planejamento Estratégico no Brasil e no mundo e as possíveis consequências que sua ideologia acarreta. Além disso, a temática da administração pública com a regulamentação do terceiro setor da economia como gerenciador de espaços públicos, a partir do qual discute-se se consiste em privatização dos espaços, e dinâmica da gestão de publicização, com a contratação das organizações sociais no Brasil. Aborda-se ainda diversos conceitos aplicáveis ao espaço público segundo diversos autores, como os conceitos de *lugar*, de *espaço urbano* e de *esfera pública*.

O terceiro capítulo é analítico e trata diretamente do estudo de caso. Nele encontram-se os três níveis de análise nas diferentes escalas, seus resultados e discussões. Por último apresentam-se as conclusões da pesquisa por meio da discussão dos resultados alcançados para os objetivos propostos na introdução.

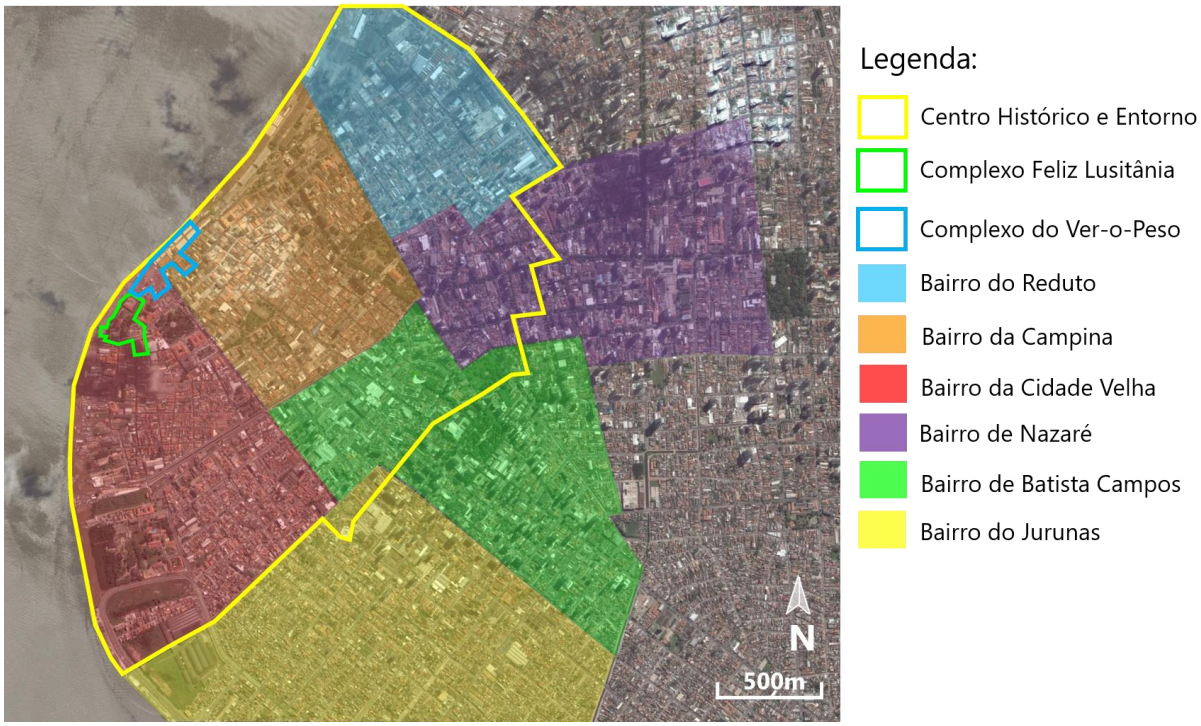
Capítulo 01: Caracterização do objeto de estudo e problema de pesquisa.

Para a plena compreensão do problema de pesquisa, este capítulo consiste de uma contextualização histórica e uma caracterização do entorno das áreas livres da COJFC em relação ao CHB e seu entorno e às áreas adjacentes dos bairros da Cidade Velha e Campina.

1.1. Contextualização histórica

O Centro Histórico de Belém, onde está localizado o Complexo Feliz Lusitânia, é formado pelos bairros da Cidade Velha e Campina e foi tombado a nível municipal segundo a lei 7.790 de 18 de maio de 1994 (BELÉM, 1984). Posteriormente, o CHB teve o tombamento homologado pelo Ministério da Cultura através da Portaria nº 54 de 08 de maio de 2012 (BRASIL, 2012), passando o tombamento a ser regulamentado também a nível nacional. Apesar da data recente do tombamento do conjunto urbanístico, diversos edifícios ali localizados são tombados individualmente a nível federal desde 1941, como é o caso da Catedral de Belém (antiga Igreja da Sé) e da Igreja de Santo Alexandre e Palácio Arquiepiscopal (BRASIL, 2016). Além da delimitação do CHB, foi delimitada também uma área de entorno a nível municipal, considerada de interesse à preservação, que inclui partes dos bairros do Jurunas, Batista Campos, Nazaré e todo o bairro do Reduto (Figura 1).

Figura 1 - Delimitação do entorno do Centro Histórico de Belém (CHB) com destaque para os bairros que o compõem e localização do Complexo Feliz Lusitânia.



Fonte: Google Earth, adaptado. 2015. BELÉM, 1996.

Além do Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, é importante tratar de outro espaço do CHB que merece atenção pela sua importância histórico-cultural, comercial e social na cidade: o Complexo do Ver-o-Peso. O Complexo é composto pela Feira do Ver-o-Peso, Mercado de Carne (Francisco Bolonha), Mercado de Peixe, Pedra do Peixe, as Docas e a Feira do Açaí e por ele passam diariamente cerca de 8 mil pessoas, segundo dados da Prefeitura de Belém (PEREIRA, 2015). O Complexo do Ver-o-Peso localiza-se na fronteira entre os bairros da Campina e da Cidade Velha, sendo que os espaços, tanto construídos quanto abertos, mais altamente frequentados ficam no bairro da Campina. Além da feira, outro fator que também contribui para a atração de pessoas no bairro da Campina é a alta concentração de estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes em diversas vias, o que tornou a área conhecida como Comércio. A concentração de edificações de uso comercial (denominada localmente de Comércio) ocupa aproximadamente a metade da área do bairro da Campina. Além disso, outro fator que contribui para alta frequência de pessoas na área é o alto provimento de transporte público coletivo, especialmente na Boulevard Castilhos França (via que dá acesso ao Ver-o-

Peso) e na Rua 16 de Novembro (fronteira entre os bairros da Campina e Cidade Velha).

Merecem destaque as Docas do Ver-o-Peso, que se localizam no limite entre os bairros da Campina e da Cidade Velha. Originalmente, havia um pântano chamado Piri na porção mais a Sudeste do bairro da Cidade Velha (Figura 2), cuja ocupação se iniciou em 1616, que começou a ser aterrado em 1801 tendo sido finalizado em 21 anos (DERENJI, 1998).

Figura 2 - Mapa de Belém em 1791, demarcando as barreiras naturais encontradas pelos moradores para a expansão da cidade.

Fonte: Meira Filho, 1976.

A partir do pântano nascia um igarapé (denominação regional para pequeno riacho), chamado igarapé do Piri (Figura 3) que desembocava onde estão atualmente as Docas do Ver-o-Peso e que funcionou como delimitação dos bairros que o circundam. O lago, assim como outros pântanos existentes na cidade naquela época, era visto como um espaço propício para o desenvolvimento de enfermidades e acabava sendo um obstáculo para o crescimento da cidade (ALMEIDA, 2011; PENTEADO, 1968), que por isso foi crescendo na direção dos bairros da Campina, iniciado em 1727 (BAENA, 1893), e depois do Reduto. Segundo Baena (1983), ainda no século XIX havia um terreno baixo entre o Piri e o

rio Guamá. Os traçados dos bairros da Campina e da Cidade Velha até hoje refletem a existência desses dois corpos d'água que não existem mais, como será abordado no capítulo 03.

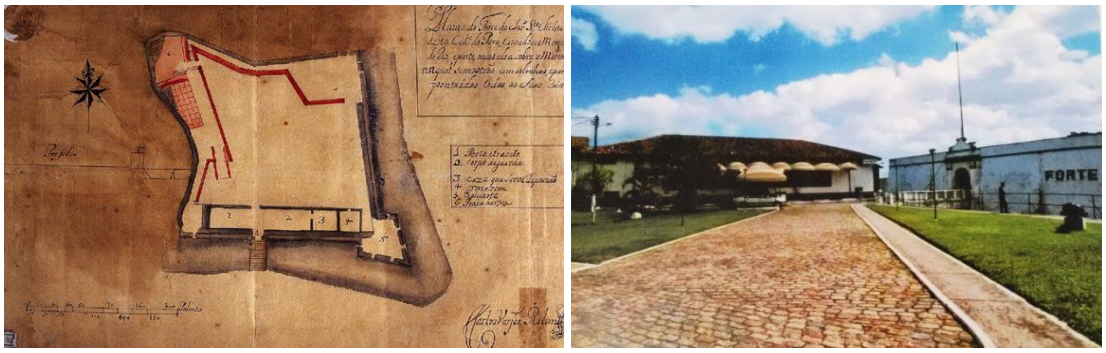
Figura 3 - Esquema demonstrando o traçado dos bairros e a presença do lago e igarapé do Piri no século XVII no limite dos bairros.

Fonte: Penteado, 1968.

O Núcleo Feliz Lusitânia, conhecido também como Complexo Feliz Lusitânia, recebeu essa denominação após o projeto de mesmo nome do Governo do Estado (1997-2002). Nele encontram-se diversas edificações do período colonial com destaque para o Forte, inicialmente chamado do Presépio, atualmente conhecido como Forte do Castelo, que foi a primeira construção dos colonizadores ao chegarem às novas terras (Figura 4a) (CRUZ, 1970). Primeiramente de madeira, tinha como objetivo proteger os portugueses dos ataques pelo rio e dos possíveis riscos que a selva amazônica poderia conter; funcionava como abrigo e local onde ficavam guardadas armas e mantimentos para a sobrevivência (CRUZ, 1973). Ao longo do tempo recebeu algumas intervenções para se adequar aos novos usos, como a construção de um muro que divide o fosso do Forte do passeio público. Na

segunda metade do século XX, esteve sob utilização do Clube Círculo Militar (Figura 4b).

Figura 4 — a. Planta do Forte do Castelo do Senhor de Santo Cristo, datada de 1708. Fonte: D'Ângelo, 1995; b. Restaurante localizado próximo ao Forte do Castelo de uso do Círculo Militar entre a década de 1960 e 1999.



Fonte: SECULT, 2006.

Segundo Cruz (1973), a segunda edificação monumental construída e que ainda persiste no Complexo Feliz Lusitânia foi a Igreja de Santo Alexandre juntamente com o Palácio Episcopal (Figura 5a). Ambas possuem influência do estilo barroco nas fachadas. A Igreja teve sua missa inaugural no ano de1688 (CRUZ, 1953) e foi posteriormente reconstruída algumas vezes ao longo dos anos. A existente atualmente é a terceira, construída no mesmo lugar da segunda e inaugurada entre 1718 e 1719; a primeira, localizava-se na Campina. O palácio localizado adjacente à Igreja, construído no século XVIII já funcionou como um convento de jesuítas e seminário eclesiástico e posteriormente, em 1761 como abrigo para os bispos da cidade (CRUZ, 1973). Os dois edifícios em conjunto e seu acervo foram tombados pelo IPHAN em 1941 (BRASIL, 2016). Recentemente os edifícios foram restaurados, tendo sido entregues em 1998. Hoje em dia o espaço não tem mais a função tradicional de igreja, ou seja, não tem mais função paroquial, por isso não recebe mais missas. Atualmente funciona como museu e é aberto para eventos civis, como concertos e casamentos, que apesar de serem considerados celebrações religiosas, podem ocorrer fora de igrejas, por exemplo.

A Catedral Metropolitana de Belém, antiga Igreja da Sé e originalmente Igreja de Nossa Senhora das Graças, foi construída com o propósito de substituir a precária primeira construção religiosa da cidade, ainda dentro do Forte do

Presépio, finalizada em 1617. Assim, iniciou-se a construção do lado de fora do Forte, no local em que permanece até hoje, da Igreja de Nossa Senhora das Graças, finalizada em 1748 (CRUZ, 1973). Em 1753, chegou à cidade o arquiteto bolonhês Antônio José Landi, autor de diversas edificações na cidade, e, graças ao seu traço, a Igreja tomou um aspecto majestoso, como pedido pelo Rei. Landi foi responsável pelo projeto da fachada e do interior da Catedral. Em 1771 a Igreja foi dada como concluída (Figura 5b) (CRUZ, 1973). Segundo Cruz (1953), a Catedral recebeu uma restauração no século XIX, tendo a obra sido finalizado em 1892. A Catedral também foi restaurada no início do século XXI, tendo sido finalizada em 2005.

Figura 5 - a. Igreja de Santo Alexandre no final do século XIX. b. Catedral de Belém no início do século XX.

Fontes: a. Maranhão, 2012; b. Baleixe, 2010.

A edificação hoje denominada de Casa das Onze Janelas pelo Projeto Feliz Lusitânia tem uma localização privilegiada por ter seus fundos voltados para o rio Guamá. A edificação foi originalmente construída para funcionar como uma residência para Domingos da Costa Bacelar, influente proprietário de engenho de açúcar no período colonial. Em 1768, a edificação foi comprada pelo poder público para funcionar como Hospital Militar (Figura 6), tendo, para isso, sofrido intervenções atribuídas ao arquiteto italiano Antônio Landi (SECULT, 2006), porém sem precisar exatamente o que foi executado por ele. O Hospital funcionou de 1769

a 1870, a partir de quando passou a receber funções militares (MORGADO, 2013). Na segunda metade do século XX, funcionou como Sede da 5ª Companhia de Guardas do Exército (BELÉM, 1975). Atualmente abriga o Museu de Arte Contemporânea de Belém e há um projeto para receber futuramente um restaurante, segundo planos do Governo do Estado, que fará parte de um plano maior de instalar em Belém um Polo de Gastronomia da Amazônia. Tal proposta está sendo muito criticada pela classe artística da cidade devido ao fato de o restaurante prever a desativação do Museu que se localiza no primeiro andar da Casa desde a sua criação. Atualmente discute-se a escolha de outro espaço da cidade para abrigar o Restaurante ou o Museu. A localização da Casa das Onze Janelas, próxima ao rio e com a disponibilidade de um espaço de caráter diferente de outras áreas da cidade, é muito importante nesse conflito, pois além de já ter uma infraestrutura estabelecida, tem um apelo naturalístico e histórico-cultural muito forte na cidade.

Figura 6 — Fachada do antigo Hospital Militar hoje Casa das Onze Janelas. Fotografia de autoria de Robert Smith, tomada por volta da década de 1940.

Fonte: SECULT, 2006

No que diz respeito às áreas livres e espaços públicos da área, destaca-se a Praça Dom Frei Caetano Brandão, antigo Largo da Matriz e depois Largo da Sé (CRUZ, 1970), que ambientaliza as edificações do Complexo Feliz Lusitânia. Sua denominação é uma homenagem ao sexto Bispo do Pará, Dom Frei Caetano Brandão, responsável pela criação do Hospital de Caridade (CRUZ, 1970). O Largo sofreu uma grande intervenção no governo do Intendente Antônio Lemos, na virada do século XIX para o XX, quando deixou de ser uma área descampada e passou a

ser efetivamente uma praça, arborizada, com calçamento e bancos. Segundo Lemos escreve no relatório de 1902: “assim consegui transformar num belíssimo recreio o horripilante quadrilátero, cheio de lixo, legado ao meu zelo pela administração municipal anterior” (LEMOS, 1902: 185). A Praça foi recuperada pelo Programa Federal Monumenta, tendo sido finalizada em 2005, o que será explorado ainda neste capítulo.

A área conta ainda com a Ladeira do Castelo, via que liga a Praça Dom Frei Caetano Brandão à Feira do Açaí, parte do Complexo do Ver-o-Peso. A Ladeira tem de um lado uma das muralhas externas do Forte do Castelo e do outro um casario colonial que foi possivelmente “ecletizado” no período do *boom* da borracha (no início do século XX), na intendência de Antônio Lemos, que originalmente tinha uso residencial (Figura 7). Em seu governo, Lemos fez diversas imposições arquitetônicas no período, tornando obrigatório o uso de platibandas e gradis, entre outras características do estilo eclético (DERENJI, 1998), o que foi adotado no casario da Ladeira, daí a “ecletização”.

Figura 7 - Casario da Ladeira do Castelo visto a partir do Forte.

Fonte: Autora, 2015.

Importante ressaltar a diferença topográfica entre a Feira do Açaí, mais abaixo, por onde passava o igarapé do Piri desembocando no rio, e o nível mais alto em que fica a Praça Dom Frei Caetano Brandão conectados pela Ladeira do Castelo, o que é raro no território plano da cidade. Tal desnível, combinado com o muro que circunda o Forte e o estado de abandono em que se encontram as edificações da via, que não foram incluídas no projeto, contribuem para a falta de

utilização do espaço por pedestres. Assim, a Ladeira tornou-se uma área onde encontra-se frequentemente usuários de drogas, sem tetos e até mesmo focos de dejetos humanos em meio a concentrações de lixo.

Originalmente, o Largo da Sé funcionou como primeira área de instalação dos portugueses, por ser uma área de topografia alta do território, cheio de áreas alagadas. O acesso às primeiras vias ocupadas foi a sul em direção ao bairro da Cidade Velha e posteriormente a norte, no bairro da Campina. Assim, destaca-se a importância do espaço público do entorno das edificações religiosas e militares da área, onde até hoje ocorrem eventos religiosos e civis essenciais para a cultura da cidade, como é o caso do Círio de Nazaré.

1.2. Projetos elaborados para os espaços urbanos do Complexo Feliz Lusitânia

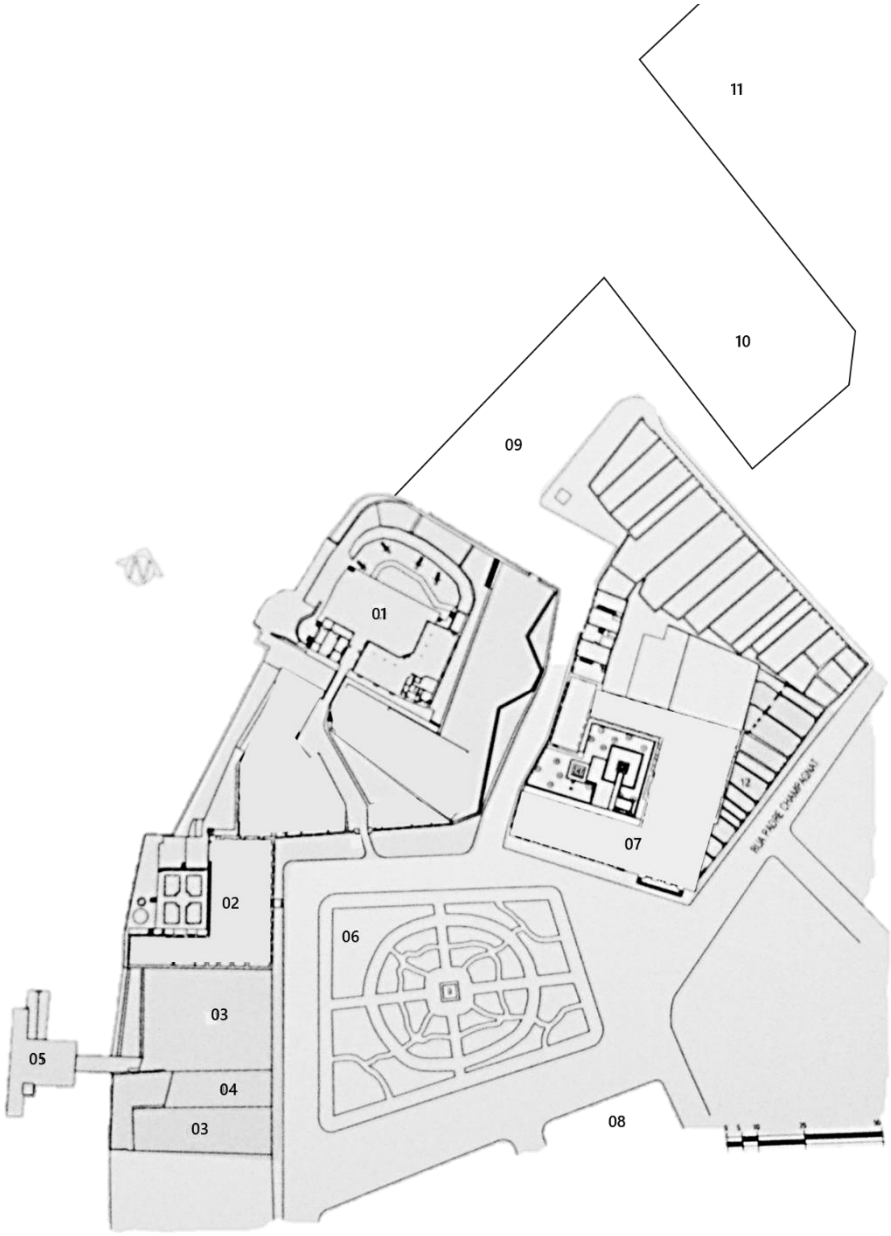
Apesar da importância do Complexo Feliz Lusitânia, não há registros de grandes intervenções no espaço público, o que mudou apenas no período de governo de Antônio Lemos, no início do século XX. Lemos, com uma linha de intervenção higienista, prezava pelos espaços públicos, implementando novos calçamentos, arborização e mobiliário urbano, tornando assim, o espaço público mais agradável. Durante o governo de Lemos, foi elaborado e executado o projeto da Praça Dom Frei Caetano Brandão que permanece o mesmo até hoje. Assim como a Praça, ilustra-se na Figura 8 uma configuração do espaço público e privado da área do Complexo que se manteve ao longo de todo o século XX, com poucas alterações.

Por muito tempo os arredores da Praça (06) foram totalmente ocupados por massas edificadas de propriedade privada, com exceção das vias públicas. As

edificações pertenciam a ordens religiosas (07 e 08), forças armadas (01 a 05), clubes regionais, como a Sede Náutica do Clube do Remo, e a civis, como residências e pequenos comércios. Os lotes que se localizam entre a Praça e o rio, incluindo o Forte (01), eram de uso da Marinha do Brasil, contando com alguns depósitos (03) (Figura 8).

Ao longo do século XX, foram feitas algumas melhorias no espaço público, como a pavimentação em asfalto ou concreto das vias do Complexo Feliz Lusitânia e entorno, troca de mobiliário urbano, implantação de iluminação elétrica entre outros, porém em essência, o espaço público se manteve o mesmo. Alguns projetos com grandes modificações foram elaborados para as áreas livres do Complexo, como o projeto do Plano de Desenvolvimento Geral de Belém, porém o único efetivamente implantado foi o Projeto Núcleo Cultural Feliz Lusitânia (do Governo do Estado), que pouco interferiu no espaço público pré-existente, porém, em contrapartida, criou novas áreas livres de acesso ao público. Ambos projetos são abordados neste capítulo.

Figura 8 - Configuração do espaço público e privado do Complexo Feliz Lusitânia ao longo do século XX.



Legenda:

01 Forte do Presépio (de uso das Forças Armadas)
02 Antigo Hospital Militar
03 Depósito
04 Quadra de Esportes
05 Trapiche
06 Praça D. Frei Caetano Brandão
06 Praça D. Frei Caetano Brandão
07 Igreja de Santo Alexandre e Palácio Episcopal
08 Igreja da Sé
09 Feira do Açaí
10 Docas do Ver-o-Peso
11 Mercado de Ferro do Ver-o-Peso

Fonte: SECULT, 2006, adaptado.

1.2.1. O projeto constante no Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), 1975

Anteriormente à intervenção do Governo do Estado (1997-2002) na qual foi criado o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, houve outra proposta de projeto a ser realizada no local, porém não restrita ao mesmo recorte territorial. A proposta da década de 1970 incluía também outras vias do bairro da Cidade Velha e trechos do bairro da Campina. A proposta publicada no Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB) para as áreas do CHB, de 1975, apesar de apresentar um resultado projetual muito diferente do que se tem atualmente, demonstra ter, na base conceitual da proposta, uma premissa que muito se assemelha às ideias executadas no Projeto Feliz Lusitânia como será visto nos próximos itens.

Parte do projeto do PDGB se propôs a elaborar instrumentos que fundamentem as intervenções e investimentos por parte do poder público no que tange a um possível remanejamento[5] na área central (BELÉM, 1975), que é definida por concentração de "funções e fisionomia específicas" (p. 09). Segundo o PDGB, os objetivos incluíam vitalizar e preservar áreas de patrimônio histórico e natural, melhorar o aproveitamento do espaço urbano central, valorizar o pedestre e criar uma nova imagem da cidade a partir da integração de elementos naturais e paisagísticos. Nota-se que a intenção de explorar o potencial naturalístico e histórico-arquitetônico como símbolos para a venda de uma imagem desejável da cidade já é admitida. Essa é uma estratégia justificada pelo estímulo ao desenvolvimento turístico, que também é sugerida no projeto executado de 1997, como será visto a seguir. Destaca-se que no plano de 1975, é reconhecido que, apesar da proximidade do rio, ele "é pouco sentido na área [central]" (p. 28), o que

[5] Remanejamento entendido como: "ordenamento, organização, valorização e previsão, foi aplicado com o sentido de resgatar e preservar a área que mais identifica Belém como a metrópole da Amazônia" (BELÉM, 1975, p. 04).

também é retomado posteriormente em diversos projetos para áreas de orla na cidade, com o apelo conceitual de “abertura de janelas para o rio”, intenção essa que constou inclusive no Plano Diretor de Belém de 1993 (BELÉM, 1993).

O CHB é uma área muito movimentada da cidade em horário comercial. Algumas pesquisas apresentadas no PDGB, destacaram que o movimento presente no centro se devia em grande medida à atração de pessoas de outras partes do município ao movimento de residentes da área. Esse fato se mantém, considerando que a população moradora do bairro da Cidade Velha equivale a 0,9% da população total do município de Belém e, da Campina, 0,4% (IBGE, 2010), o que é muito pouco considerando o movimento efetivo dos bairros cotidianamente. Esses dados demonstram a importância que essa área tinha e ainda tem atualmente para a cidade como um todo.

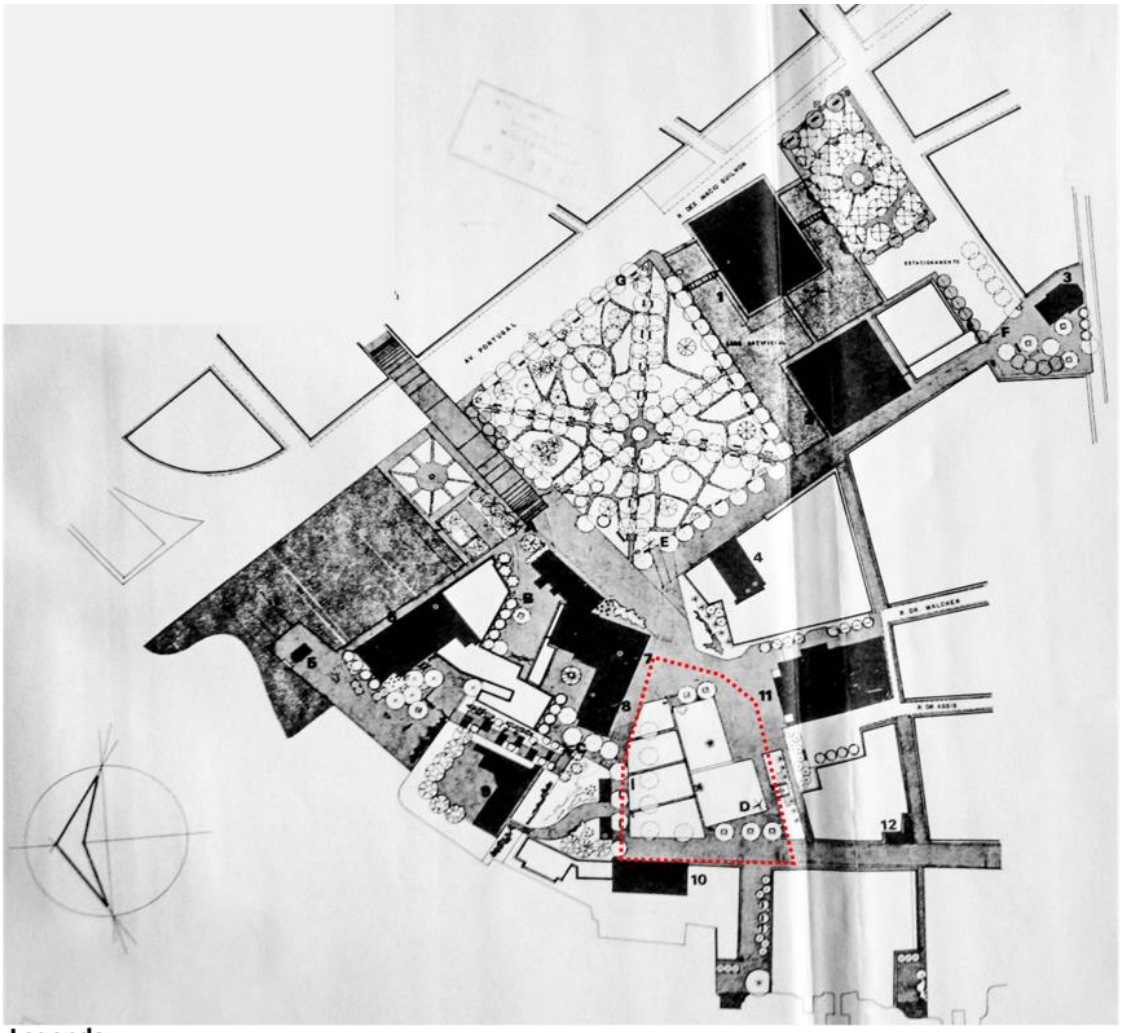
O plano afirma que: “o conjunto da Praça Dom Frei Caetano Brandão se integra à vida da cidade por suas funções religiosa, militar, recreativa e *futuramente cultural*” (grifo da autora, BELÉM, 1975, p. 52). Outro aspecto relevante dos resultados de pesquisas do PDGB é a constatação de que a ida ao Centro à época tinha um sentido mais amplo que o de compras apenas, significando também a noção de encontro e a perspectiva de passeio, mesmo não tendo função cultural. Ao apresentar as proposições, o plano esclarece que as diretrizes adotadas buscam explorar os aspectos culturais e naturais da área como um apelo turístico. As propostas teriam sido elaboradas com “preocupações realistas” sobre a capacidade de investimento da comunidade e trata das possibilidades de um autofinanciamento, a partir da presença da iniciativa privada, destaca-se, desde a década de 1970:

> Essa integração [entre comunidade e iniciativa privada] poderá se dar através de convênios ou concessões tendentes a solucionar a problemática local, alguns dos quais com possibilidades de realização a curto prazo. Entre outros podem ser citados como exemplos a exploração de áreas de estacionamento, a exploração de locais de encontro para dinamização especialmente da Cidade Velha (BELÉM, 1975, p. 125).

Dentre os conjuntos urbanísticos expostos no plano, o chamado Largo da Sé/Praça D. Pedro II é considerado o mais importante, o que corrobora a

importância dessa área da cidade. Nele também estão incluídas a Praça do Relógio, a Praça Felipe Patroni e o Largo de São João. As Proposições Gerais do plano trazem a necessidade da criação de hábitos para a utilização das novas instalações culturais, tais como museus, galerias e livrarias por meio da criação de equipamentos de lazer, como pontos de encontro e bares. Essas medidas são vistas como contributivas para o saneamento e recuperação da área e para a "valorização do elemento água, sempre presente na paisagem local" (p. 104). Além disso, um dos aspectos mais relevantes do plano é a determinação de uma vasta área, que ligaria a Cidade Velha ao Reduto, exclusiva para pedestres (área em cinza claro da Figura 9), contemplando diversos espaços considerados importantes do ponto de vista do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade.

Figura 9 - Planta da proposta de intervenção do PDGB, 1975, com legenda ampliada.



Legenda:

Circulação Exclusiva de Pedestres
1 Palacete Azul
2 Palácio do Governo
3 Igreja de São João
4 Solar do Barão de Guajará
5 Posto Fiscal
6 Sobrados
7 Igreja de Sto Alexandre
8 Palácio Arquiepiscopal
9 Forte do Castelo
10 Antigo Hospital Militar
11 Igreja da Sé
12 Antigo Senado da Câmara
Largo da Sé

A Praça do Relógio
Ver-o-Peso
Posto Fiscal
Largo de Sto Alexandre
Largo da Sé
Praça Dom Pedro II

B Igreja de Sto Alexandre
Largo da Sé
Ver-o-Peso

C Forte do Castelo
5ª Cia de Guardas do Exército
Clube do Remo
Largo do Carmo
Igreja da Sé
Largo de Santo Alexandre
Posto Fiscal

D Clube do Remo
Largo do Carmo
Igreja da Sé
Praça Dom Pedro II
Igreja de Sto Alexandre
Forte do Castelo
Rua do Norte

E Ver-o-Peso
Largo de Sto Alexandre
Largo da Sé
Solar do Barão de Guajará
Largo de São João
Palácio do Governo
Palacete Azul

F Igreja de São João
Praça Felipe Patroni
Praça dom Pedro II

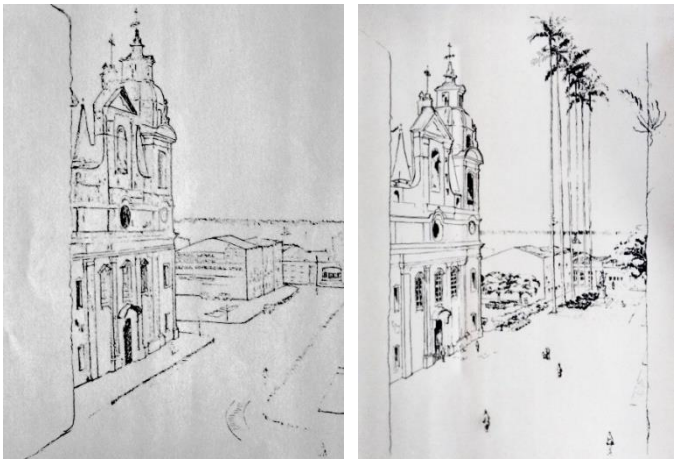
G Praça Felipe Patroni
Largo de São João
Solar do Barão de Guajará
Largo da Sé
Largo de Sto Alexandre
Praça do Relógio
Ver-o-Peso
Palacete Azul

Fonte: Belém, 1975, adaptado pela autora.

As Proposições Específicas do Plano mudariam radicalmente o desenho da praça além de tornarem quase todas as vias do trecho exclusivas para pedestres

(Figura 9). No plano, a praça seria reorganizada, sendo a estátua transferida do centro da Praça para uma esplanada na frente da Catedral da Sé, conformada a partir de um corredor de palmeiras (Figura 10). O forte é integrado à Praça e à Ladeira por meio dos caminhos de circulação de pedestres; os pátios internos do edifício do Arcebispado são abertos e livres ao acesso do público; é feita uma faixa de abertura para o rio por meio da demolição de algumas propriedades indicadas (Figura 9); além de intervenções paisagísticas com novas vegetações e iluminação.

Figura 10 — Perspectiva da Praça Dom Frei Caetano Brandão e da proposta de intervenção na Praça do PDGB, 1975.



Fonte: Belém, 1975.

Nota-se que esse foi um projeto que tinha uma grande preocupação com o espaço público, trazendo propostas radicalmente diferentes do que existia até então. Propostas como essa, com foco no espaço público, não foram muito frequentes na história da área, como comentado no item anterior. O carro-chefe do projeto do PDGB é a criação de espaços exclusivos para pedestres e a "pedestrização" de vias que comportavam veículos, tendência que foi muito comum nos anos 60 e 70, tendo Curitiba como referência nacional (CROCETTI, 2014), incluindo o Largo da Sé e arredores. Essa proposta foi aplicada na parte do Projeto Feliz Lusitânia que se dedica às áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo, objeto de estudo do trabalho. Além disso, outros aspectos importantes reafirmam no projeto de 2002 esse caráter de valorização do pedestre como a criação dos espaços livres abertos ao público e a desapropriação de áreas

ocupadas às margens do rio Guamá, ambas medidas também contempladas, em menor escala, no projeto das áreas livres da COJFC.

O projeto do PDGB, apesar de ter propostas inéditas e que nunca foram implementadas, como a pedestrização de vias do CHB, já apresenta como premissa a exploração de aspectos culturais com a implementação de museus, galerias, livrarias e outros usos semelhantes, combinada à intervenção em elementos naturais e paisagísticos para a criação de uma "nova imagem" da cidade para o desenvolvimento do turismo. Enquanto base conceitual, há semelhança com o que pode ser visto no projeto que foi executado em 2002. Nota-se assim que intervenções arquitetônicas e urbanísticas pensadas com o objetivo de criar uma experiência cultural explorando o potencial histórico e naturalístico da área não são uma novidade do século XXI.

1.2.2. O Projeto Feliz Lusitânia, 2002

O processo de concepção e execução do Projeto Feliz Lusitânia, de iniciativa do Governo do Estado (1997-2002), foi relatado em livro, que funcionará como evidência-chave nesta dissertação, no qual é relatada a descrição do projeto, suas intenções e justificativas. Segundo SECULT (2006), o projeto tinha como objetivo retomar referenciais históricos, sociais e econômicos do Pará por meio das dimensões urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas da área. Além disso, o texto também afirma:

> Monumentos de reconhecido valor histórico, tombados a nível federal, passíveis de um programa de preservação autossustentável, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento urbano direcionado ao social, ao turismo cultural e à manutenção do patrimônio edificado. (SECULT, 2006, p. 85)

Em SECULT (2006), lê-se “o ambiente restaurado transforma-se em cenário museológico” (p. 10), o que denota a importância da imagem na base conceitual do projeto. A chamada revitalização incluiu diversos edifícios e áreas livres da região, contando com aproximadamente 25.000m^2. Na primeira etapa do projeto foram incluídos a Igreja de Santo Alexandre, onde encontra-se o Museu de Arte Sacra; o Palácio Episcopal; a Casa das Onze Janelas, que abrigou um restaurante e algumas galerias de arte; o Forte do Castelo, no qual está o Museu do Encontro; os anexos, jardins e o entorno imediato dessas áreas; e as oito edificações térreas, situadas à Rua Padre Champagnat. Segundo os projetistas, o objetivo foi promover uma refuncionalização dos prédios, com usos mais compatíveis com a sociedade atual, tendo a revitalização sido concluída e entregue em 2002.

No que diz respeito às áreas livres, a intervenção mais relevante foi a efetuada nas áreas livres pertencentes aos lotes nos quais localizam-se Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo. Em 1995 foram iniciadas as negociações com o Ministério da Marinha para a alienação dos espaços em favor do Estado já para a futura execução do projeto (SECULT, 2006).

Figura 11 - Imagem aérea da área do Feliz Lusitânia antes das intervenções, demarcando algumas benfeitorias que foram demolidas durante a execução do projeto; b. Situação atual da área, passados quatorze anos da inauguração

Fonte: a. SEURB/CODEM, adaptada pela autora. Base cartográfica - Belém 2000/ Ortoleves; b. Google Earth, 2016.

Ao lado da Casa das Onze Janelas, existiam galpões que funcionavam como depósito da Marinha (Figura 11a) e que fechavam totalmente o acesso ao rio, sendo geminados entre si e com a Sede Náutica do Clube do Remo. Nos arredores do Forte funcionava a sede social do Clube do Círculo Militar, com diversas edificações e benfeitorias, como um restaurante, uma quadra de esportes, uma ponte de concreto, entre outros, não considerados de interesse à preservação (Figura 12). Tanto os galpões como as outras benfeitorias foram demolidas, assim como parte do muro que separava o lote do Forte da via, com o objetivo de abrir uma "janela da praça para o rio" (SECULT, 2006, p. 95). A demolição parcial do muro foi muito polêmica e até hoje é contestada por arquitetos da cidade.

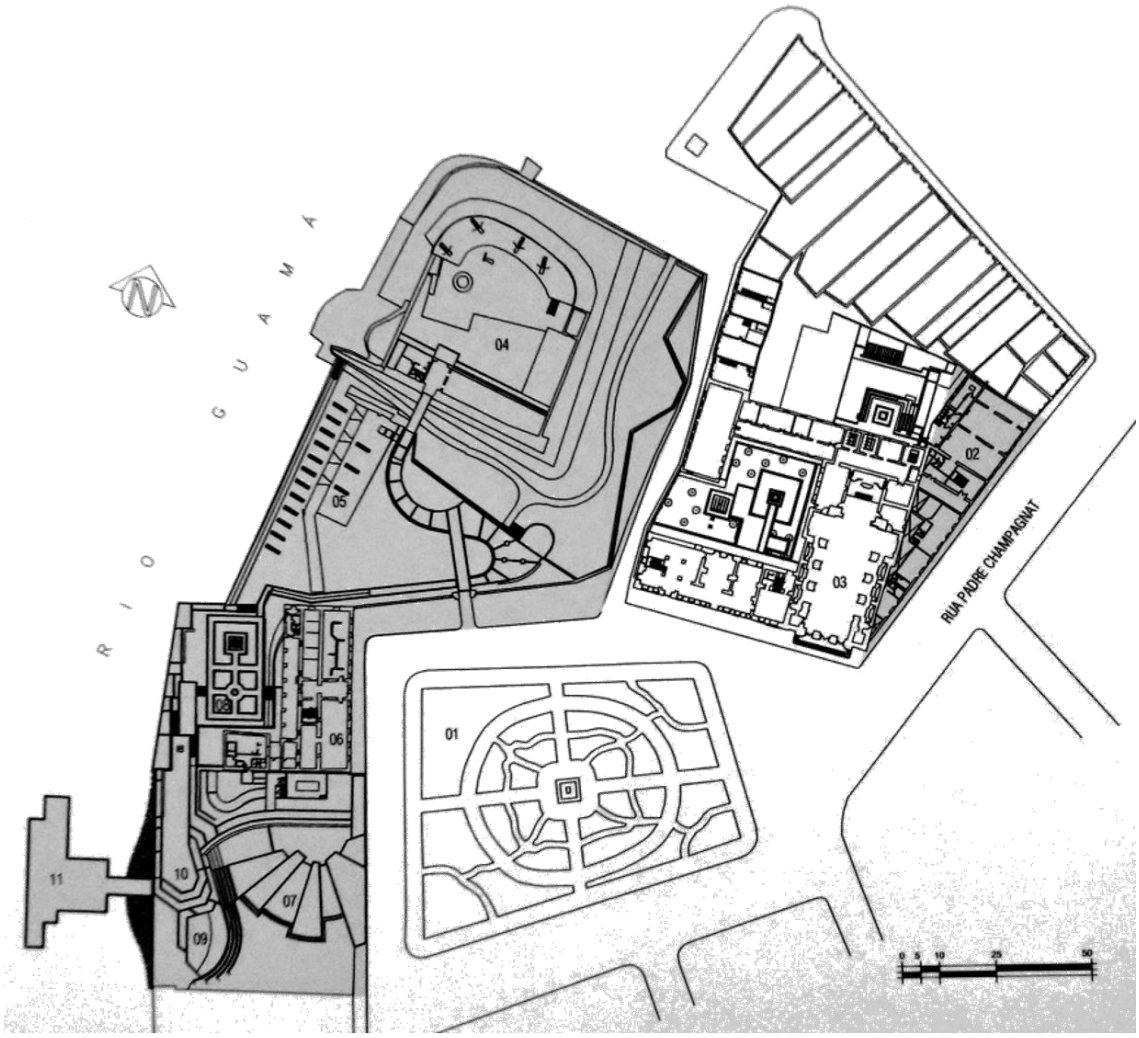
Figura 12 – a. Forte do Castelo e área livre ocupada por diversas benfeitorias como o restaurante do Círculo Militar e a quadra de esportes antes da intervenção do Projeto Feliz Lusitânia; b. Área do forte onde expunham-se os antigos canhões antes da intervenção.

Fonte: a. SECULT, 2006; b. Casa e Jardim, 1983.

Após o projeto executado (Figura 13), as áreas livres da COJFC passaram a se integrar de tal forma entre si que é quase imperceptível a transição entre um e outro, o que foi intencional no projeto. Segundo o relato em SECULT (2006), o traçado funciona como um modo de conectar os espaços e as edificações e enfatiza o caráter da área de "janelas para o rio". O acesso às áreas livres da COJFC se dá pelo arco do Forte e pelo chamado Recanto das Amazonas (item 7 na

Figura 13), acessos que ficam abertos na maior parte do tempo. Outras entradas existentes são permanentemente fechadas ou funcionam de forma sazonal.

Figura 13 - Planta do Projeto Feliz Lusitânia de 1997 entregue em 2002; em destaque na cor cinza, as áreas que receberam as intervenções.



Legenda:

01 Pç. Frei Caetano Brandão
02 Casario Pd. Champagnat
03 Museu de Arte Sacra
04 Forte do Presépio
05 Bateria Baixa
06 Casa das Onze Janelas
07 Recanto das Amazonas
08 Mirante da Lembrança
09 Anfiteatro
10 Esplanada do Guamá
11 Píer
Área de intervenção

Fonte: SECULT, 2006.

A integração dos espaços do Projeto Feliz Lusitânia com as vias do Largo da Sé é razoavelmente ampla e apresenta uma transição sutil, especialmente na área do Recanto das Amazonas, onde o espaço do lote se confunde com a calçada externa, apresentando inclusive o mesmo revestimento de piso. No acesso pelo arco do Forte, a transição não é tão sutil, já que o muro que foi parcialmente

demolido funciona como um obstáculo muito claro entre o lote e a calçada externa (Figura 14a). Além dessas opções de acesso sempre abertas, nos horários de funcionamento do Museu de Arte Contemporânea, que funciona na Casa das Onze Janelas, também é possível o acesso à orla por meio da porta da Casa (Figura 14b).

Figura 14- a. Portal de acesso pelo lote do Forte do Castelo; b. Passagem por dentro da Casa das Onze Janelas para acesso ao pátio, que funciona segundo o horário de funcionamento do Museu.

Fonte: Autora, 2015.

Na área entre o muro externo do Forte e a fortificação em si, foi feito um trabalho arqueológico, após a demolição do restaurante pré-existente, no qual foram descobertas estruturas ainda bem conservadas próprias daquele tipo de construção. Assim, uma bateria baixa de canhões foi restaurada, funcionando atualmente como área de descanso e mirante (Figura 15a). Além disso, foi feito um passeio pavimentado com paralelepípedos em meio a vários espaços gramados, onde há a exposição de algumas instalações artísticas (Figura 15b).

Figura 15 - a. Bateria baixa de canhões com bancos para descanso e contemplação; b. Passeio com pavimentação em paralelepípedos e áreas gramadas com exposição de artefatos arqueológicos.

Fonte: Autora, 2015.

O fosso do Forte, considerado um “espaço paisagístico de excelência”, segundo SECULT (2006), recebeu um tratamento paisagístico sóbrio, com vasta área gramada e caminhos sinuosos delimitados pelo traçado do projeto. O traçado segue fluido até ser interrompido por um grande portão de ferro que dá acesso à Feira do Açaí, parte do Complexo do Ver-o-Peso. Apesar da opção de acesso, não há integração na prática entre a área do Forte e a Feira, pois o portão fica permanentemente fechado, o que faz com que a caminhada se interrompa bruscamente, apesar do vão dar acesso a um dos mais importantes cartões-postais da cidade (Figura 16a e b).

Figura 16 - a. Passeio no fosso com terminação brusca que obriga o usuário a dar meia volta ao fim, destaque para o detalhe da vista das torres do Mercado de Peixe do Ver-o-Peso ao fundo; b. Vista da porta de acesso ao forte pela Feira do Açaí, fechada há tanto tempo que é ignorada.

Fonte: Autora, 2015.

Destaca-se que apesar de ter uma grande quantidade de áreas gramadas no lote onde localiza-se o Forte, o acesso à grama não é permitido, funcionando apenas como elemento paisagístico contemplativo (Figura 17 a e b). Essa é uma estratégia que retoma o caráter museológico assumido pelo projeto, onde a imagem se sobrepõe ao uso efetivo do espaço. Não é apenas o rio que deve ser somente contemplado, mas também os elementos criados pelo projeto funcionam como uma imagem a ser consumida visualmente, sem maiores interferências dos usuários.

Figura 17 -a. A escada metálica que dá acesso ao fosso; b. Vista do Forte com destaque para proporção entre área gramada e de área de passeio no fosso.

Fonte: Autora, 2015.

Figura 18 – a. Área que permite o maior contato com o rio a partir do Forte, porém fechada ao público; b. Faixas que impedem o acesso à área ilustrada na figura 11a.

Fonte: Autora, 2015.

Outro espaço interditado aos pedestres na área livre do Forte é uma estreita faixa gramada que acompanha a face da fortificação voltada para o rio (Figura 18a), cujo acesso é proibido por meio de faixas improvisadamente amarradas impedindo a passagem (Figura 18b). Não há qualquer tipo de parapeito para o rio e a área é totalmente gramada.

No lote da Casa das Onze Janelas as intervenções tiveram como objetivo reproduzir “a linguagem dos elementos remanescentes dos jardins do antigo Hospital Militar” (SECULT, 2006, p. 219) por meio dos terraços e patamares possibilitados pela topografia acidentada da área (Figura 19a). Segundo as intenções do projeto, tais espaços devem funcionar como locais de contemplação, não apenas do rio, mas de todo o conjunto restaurado. Assim, a área posterior da Casa das Onze Janelas foi liberada ao acesso público contando com bancos, algumas instalações artísticas, tratamento paisagístico e um quiosque de lanches,

podendo ser acessada tanto pelas laterais da edificação quanto, eventualmente, cruzando o seu interior (Figura 19b).

Figura 19 - a. A variação de níveis foi explorada no projeto paisagístico, criando áreas de passagem e jardins. Ao fundo o quiosque de venda de alimentos; b. Pátio com áreas gramadas, instalações artísticas e bancos que pode ser acessada pelo interior da Casa.

Fonte: Autora, 2016.

Na faixa onde anteriormente existiam depósitos da Marinha, foram criados um espelho d'água, um anfiteatro (Figura 20a) e um acesso direto ao píer – que anteriormente pertencia a um dos galpões que ocupava o espaço – e a uma área de orla que acompanha o rio até o Forte do Castelo. No píer, fica ancorada uma corveta (Figura 20b) onde funciona um museu e há uma rampa de acesso ao rio que, porém, é restrita por uma corrente, impossibilitando que o usuário alcance a água efetivamente.

Figura 20 - a. Anfiteatro localizado na área onde anteriormente existiam depósitos da Marinha; b. Caminho aberto de acesso ao Píer e à corveta ancorada.

Fonte: Autora, 2016.

1.2.3. A Praça Dom Frei Caetano Brandão

A Praça Dom Frei Caetano Brandão também foi objeto de uma intervenção no início da década de 2000. Foi por meio do Projeto Monumenta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em parceira com a Prefeitura de Belém, que em 2005 a recuperação da Praça foi finalizada.

O projeto Monumenta foi concebido no final da década de 1990, porém teve início em 2003. O seu objetivo, segundo Diogo, 2009, em publicação do IPHAN (p. 18), era:

> Dinamizar o processo de preservação do patrimônio histórico dos núcleos urbanos sob proteção federal, por meio de uma atuação que integrasse desde a restauração de monumentos até a capacitação de mão-de-obra. Busca gerar condições de desenvolvimento local e garantir a manutenção e a continuidade das ações pelos próprios atores municipais. (DIOGO, 2008, p. 18)

O princípio de combinar a restauração e a preservação do patrimônio histórico combinando a capacitação de mão-de-obra e a intenção de continuidade das ações pelos atores municipais é muito interessante, entretanto, o desenvolvimento local foi fundamentado no turismo cultural como principal ou mesmo única alternativa viável. Essa estratégia de exploração do potencial turístico pode contribuir para o desenvolvimento da ideologia do *marketing* urbano, a ser tratado no segundo capítulo desta dissertação.

A Praça recebeu melhorias na intervenção feita pelo Programa Monumenta, porém, em essência, seu traçado interno permaneceu o mesmo. Existem bancos e lixeiras espalhadas nas calçadas de entorno e no seu interior e no centro permanece a escultura do homenageado Dom Frei Caetano Brandão. Algumas árvores frutíferas localizadas na entrada da Ladeira do Castelo, foram retiradas,

entretanto a maioria foi mantida. O projeto previu pontos de venda de coco e lanches (Figura 21) nas calçadas da Praça voltadas para a Rua Siqueira Mendes e Padre Champagnat — as que dão acesso às áreas livres da COJFC — o que dinamiza o movimento da área. Especula-se que esse posicionamento tenha sido definido primeiramente com o objetivo de não obstruir a visão da Catedral e da Igreja de Santo Alexandre, mas também de modo a suprir a necessidade de pontos de alimentação com preços acessíveis para os usuários das áreas livres da COJFC, já que há poucas opções semelhantes no interior das áreas.

Figura 21 - Barracas de coco e de lanches nas laterais da Praça.

Fonte: Autora, 2016.

Não há nenhuma restrição normativa clara na Praça seja sobre alguma proibição de acesso às áreas gramadas, seja sobre proibição de acesso a animais de estimação, o que se encontra em outras praças da cidade em horários específicos. Entretanto, apesar de não existir norma que proíba o acesso às áreas gramadas, destaca-se que entre os caminhos pavimentados e a grama, existem arbustos de aproximadamente 50cm, o que desestimula até certo ponto o uso dessas áreas (Figura 22). Essa se mostra uma boa estratégia projetual a partir da qual o desenho orienta de forma sutil o comportamento dos usuários. Normalmente, a grama só é ocupada em situações especiais em que o público aumenta excepcionalmente em quantidade, como no Círio de Nazaré ou em eventos de ações sociais, como o Ação Solidária, coordenado pela Catedral de Belém. Nesses eventos, pessoas de vários bairros da cidade comparecem para se beneficiar de diversos serviços oferecidos ao público, como a emissão de documentos, atendimento médico, nutricional e odontológico, corte de cabelo, etc.

Figura 22 - a. Amplas áreas gramadas; b. Caminhos traçados com os arbustos que funcionam como barreiras de projeto para o acesso à grama.

Fonte: Autora, 2016.

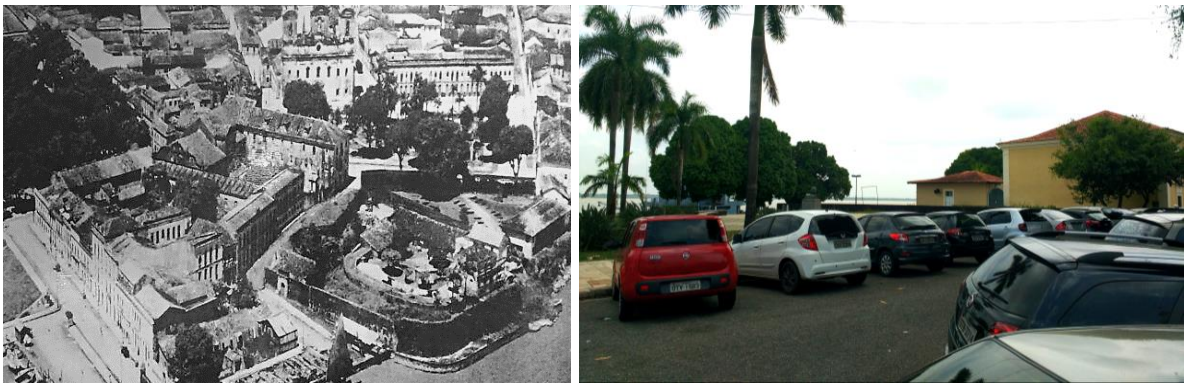
A Praça, ou mais precisamente, o Largo da Sé, considerando-se aqui todo o espaço livre entre os quarteirões adjacentes, sofreu as maiores mudanças, não na intervenção feita pelo Programa Monumenta, que recuperou os seus espaços, mas sim com o Projeto Feliz Lusitânia. Originalmente, a Praça, assim como largos de igrejas tradicionalmente se constituem, era enclausurada por massas edificadas que davam uma sensação de confinamento ou mesmo de aconchego e familiaridade, característica essa que Sitte (1992) defende ser “a responsável pelo extraordinário efeito harmônico do conjunto” (p. 47). No caso do Largo da Sé, a primeira intervenção a mudar esse caráter de enclausuramento completo se deu no século XX com a demolição de uma edificação que se encontrava na Rua Padre Champagnat (Figura 23). A demolição dessa edificação, como uma estratégia para alargar a via, abriu uma vista mais completa da Igreja a uma distância maior, o que antes não era possível, tornando-a ainda mais marcante na paisagem.

Figura 23 - Vista da Rua Padre Champagnat, mostrando a diferença na paisagem antes e após a demolição do edifício que contribuía para a sensação de enclausuramento da Praça Frei Caetano Brandão

Fonte: a. IBGE, 2016; b. Autora, 2016.

Posteriormente, as alterações contidas no Projeto Feliz Lusitânia deram continuidade a essa abertura do Largo ao abrir caminho ao rio por meio da demolição dos galpões que ocupavam os lotes das margens e ao demolir o muro externo do Forte do Castelo (Figura 24) com o objetivo de projetar a imagem da orla, um dos principais pontos de interesse do projeto, para a Praça. Tais intervenções alteram drasticamente a paisagem na experiência de alguém que se encontre na Praça, por exemplo, um espaço que anteriormente gerava um efeito de envolvimento (KOHLSDORF, 1996) no observador por meio da clausura por elementos físicos marcantes, se abre mudando radicalmente a experiência.

Figura 24 - a. Imagem aérea do Forte do Castelo e região; b. Vista da orla a partir da Praça Dom Frei Caetano Brandão na área anteriormente ocupada por edificações.



Fonte: a. Castro, 2012; b. Autora, 2016.

Nota-se na Figura 24a, como o muro externo do Forte e a sequência de edificações geminadas à direita geram uma barreira física e visual muito relevante

na paisagem, o que foi totalmente modificado. Após a intervenção, não apenas as barreiras foram demolidas, como abriu-se uma visual para o rio, tornando os limites físicos do campo de visão tão distantes, que se tornam insignificantes, dando uma sensação de amplidão ao observador (KOHLSDORF, 1996).

1.3. O perfil de uso das áreas livres criadas pelo Projeto Feliz Lusitânia

As áreas livres da COJFC são espaços que se integram razoavelmente bem às vias públicas que lhes dão acesso e consequentemente à Praça Dom Frei Caetano Brandão, entretanto apresentam um perfil de funcionamento e gestão diferente dos espaços que os rodeiam. Essas áreas apresentam uma solução projetual padrão que foi conceitualmente replicada em diversos outros empreendimentos, também criados por iniciativa do Governo do Estado e que se mantêm sob sua responsabilidade de manutenção, como a Estação das Docas, o Mangal das Garças e o Parque da Residência.

O perfil replicado se constitui da seguinte forma: equipamentos voltados para o lazer e a contemplação da natureza e de edifícios históricos em meio a diversas regras de uso, incluindo horários de abertura e fechamento, e algumas soluções projetuais sempre presentes. Entre essas, cita-se a existência de restaurantes voltados para um público de alto valor aquisitivo, lojas, lanchonetes, etc. Além disso, outro ponto que diferencia tais espaços das vias e praças públicas é o contrato com serviços privados de limpeza e segurança terceirizada e a gestão parcial ou total dos espaços por uma organização social.

No caso do Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, somente espaços internos de edifícios tiveram, ao longo dos 14 anos de existência, alguma ligação com

Organizações Sociais (OS)[6] desde a sua criação, diferentemente da Estação das Docas e do Mangal das Garças. Ambos os equipamentos são de total responsabilidade da OS Pará 2000, com o objetivo de possibilitar uma independência de gestão do Governo. Segundo Gabriela Landé, ex-presidente da OS Pará 2000, o contrato de gestão da Estação das Docas se justifica pela possível capacidade de autossustentabilidade em algum momento futuro, tornando o espaço independente de repasses públicos. Já o Mangal das Garças, é gerido pela OS com a justificativa de precisar de uma administração muito rápida e eficiente por ter um uso semelhante ao de um zoológico.

No Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, assim como no Parque da Residência, a OS só é responsável por contratos de locação de estabelecimentos como o restaurante na Casa das Onze Janelas e uma sorveteria no Casario Padre Champagnat. Interessante observar que mesmo quando o espaço não tem uma rentabilidade alta, o que justificaria um contrato de gestão com uma OS considerando uma futura autossustentabilidade, ou uma necessidade específica para funcionamento, há uma tendência a terceirização. Ou seja, o perfil desses equipamentos traz consigo uma replicação de soluções mesmo quando elas não se aplicam plenamente. As OS e o seu funcionamento legal serão abordadas no capítulo 02.

Após as intervenções do Projeto Feliz Lusitânia, as áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo, passaram a se enquadrar nesse novo perfil de espaço livre, traçado neste capítulo. Apesar de esses espaços não serem cercados como os outros equipamentos que seguem o perfil, eles continuam contando com algumas regras de uso e especificidades de serviço que só são encontradas nos outros equipamentos e que não existem nem mesmo nas calçadas que se integram ao seu espaço.

[6] Entidades privadas, organizadas pela sociedade civil, sem finalidade de lucro que exercem funções de interesse público ao, por exemplo, gerirem espaços públicos. Tal estratégia se justifica ao descentralizar as responsabilidades diretas do poder público e tornar os serviços teoricamente mais eficientes (ZSAZI, 2000).

Ainda que não existam grades ou cercas permanentes enclausurando o espaço, as áreas livres da COJFC têm um horário de abertura e fechamento. À meia-noite são passadas correntes nos acessos que não têm fechamento e os usuários são convidados a se retirarem pelos seguranças. O espaço só é aberto novamente às seis horas da manhã. Além da restrição de horário de entrada e permanência, o espaço também tem acesso restrito a vendedores ambulantes, animais de estimação na coleira, animais de rua, moradores de rua e pessoas com bicicletas — ainda que sendo transportadas ao lado do pedestre —, apesar de não haver bicicletário do lado de fora. Por fim, um dos acessos que daria uma continuidade fluida ao traçado criado pelo projeto para a Feira do Açaí é permanentemente fechado, diminuindo as possibilidades de acesso do espaço.

Sobre as restrições de uso, não é permitido aos que entram no espaço pisar ou sentar nas áreas gramadas (mesmo que elas tenham sido definidas por projeto como as maiores áreas de superfície do espaço), subir ou deitar nos bancos e nem ter nenhum contato com o rio que ultrapasse a contemplação. Apesar de existirem essas regras específicas e pré-definidas, não existe em nenhum local do projeto algo que informe a sua existência. Os usuários do espaço são informados das regras apenas ao infringirem alguma delas e então ao serem chamados à atenção por seguranças fardados, na maioria das vezes, por meio de um apito.

Além disso, outro fator que contribui para o enquadramento da área no novo perfil é a existência de serviços terceirizados. A segurança, a limpeza e o recolhimento de lixo das áreas livres da COJFC são de responsabilidade de empresas privadas, o que as diferencia dos espaços externos — as vias e a Praça Dom Frei Caetano Brandão — nas quais tais serviços são públicos. Assim, pode-se dizer que há uma presença ostensiva e constante de seguranças fardados fazendo a vigilância do local e dos usuários durante todo o seu funcionamento, além de câmeras de segurança.

Importante registrar dois episódios ocorridos nas áreas livres da COJFC durante as observações *in loco* da pesquisa. O primeiro ocorreu numa manhã de domingo quando da entrada de um morador de rua, visivelmente desnorteado,

bastante sujo e maltrapilho, no espaço das áreas livres da COJFC. O homem caminhou até a Orla do Forte, sentou-se no chão e ficou olhando o rio. Dois seguranças foram até ele, o abordaram de forma aparentemente educada e discreta e o retiraram do espaço, deixando-o deitado no chão da Praça Dom Frei Caetano Brandão.

Outra situação relevante ocorreu em uma tarde de quinta-feira, com a entrada de um senhor que veio de um dos portos localizados na Rua Siqueira Mendes. Ele foi até o Píer da Casa e ultrapassou a corrente que fica na rampa que dá acesso ao rio para lavar o rosto. Um dos seguranças que estava na corveta que fica ancorada no Píer chamou-o e o informou que não era permitido o acesso ao rio. O senhor questionou, porém, obedeceu e foi embora. É difícil para habitantes de condições ribeirinhas, por exemplo, que vivem do contato com a água, essa imposição de que o rio deve ser apreciado à distância e não plenamente vivido.

Em situações esporádicas, porém, as regras são facilmente burladas ainda que às vistas dos seguranças. Durante o Círio Fluvial (procissão que se dá todos os anos na Baía do Guajará/Rio Guamá como parte da Festa do Círio de Nazaré aos outubros) é quando ocorre, possivelmente, a maior concentração de pessoas no ano no objeto de estudo do trabalho. Apenas no pátio posterior da Casa das Onze Janelas e área da orla, local de vista mais privilegiada para a procissão, encontravam-se aproximadamente 200 pessoas (Figura 25a). Outra situação peculiar foi em uma edição do Circular Campina-Cidade Velha, projeto que promove a cada dois meses ações socioculturais nos bairros históricos estimulando o público a caminhar em espaços de arte, como galerias e museus, e se sensibilize para questões ligadas ao patrimônio. Na edição de 12 de junho de 2016, um dos atrativos foi uma palestra itinerante sobre a história dos bairros que passou pelas áreas livres da COJFC e contou com aproximadamente 350 pessoas (Figura 25b).

Figura 25 – Manhã do Círio Fluvial de 2015 quando se estima que havia aproximadamente 200 pessoas apenas neste trecho das áreas livres.

Fonte: Autora, 2015.

Na ocasião do Círio Fluvial, os bancos do projeto não eram suficientes para suprir a demanda da grande quantidade de fiéis, por isso era comum ver pessoas pisando e sentadas na grama, pessoas com cadeiras de praia e pessoas de pé nos bancos. Algumas vezes os infratores eram chamados à atenção, mas na maioria das situações, nada era feito. Ao ser questionado se as regras eram ignoradas em dias de eventos, um dos seguranças respondeu que não, mas que o controle se tornava muito mais difícil, inclusive pela baixa de pessoal.

Destaca-se que o papel deste trabalho não é o de criticar as regras estabelecidas pela administração do objeto de estudo ou a sua forma de gestão, mas sim considerá-las e investigá-las como características importantes que não apenas fazem o local se enquadrar em um novo perfil de espaço urbano, mas principalmente, fazem com que ele se diferencie dos espaços urbanos tradicionais. O objeto de estudo é, entre os equipamentos que a ele se assemelham, o que mais se integra ao seu entorno e que formalmente mais se confunde com espaços públicos tradicionais. Entretanto, tais restrições levam a um questionamento a respeito do caráter público desses espaços, já que são regras comumente presentes apenas em espaços privados ou no máximo semi-públicos e que interferem diretamente no acesso e no uso desses espaços pelos usuários.

Capítulo 02: *Marketing* Urbano, imagem e urbanidade em espaços públicos

O capítulo traz diversos conceitos utilizados na pesquisa de modo a embasar as análises das áreas livres criadas pelo COJFC. Primeiramente é feito um panorama sobre o tema do *city marketing* e a importância da imagem que lhe é intrínseca. Além disso, são abordados conceitos como espaço público, paisagens de poder e controle social como pontos importantes em espaços urbanos e como esses conceitos são relevantes para o estudo de caso da pesquisa. Por fim, são relacionados os conceitos de urbanidade e co-presença — proveniente da metodologia da Sintaxe Espacial, utilizada na pesquisa — ambos discutindo o potencial dos espaços livres de estimular o encontro e a diversidade nos espaços urbanos.

2.1. Planejamento urbano neoliberal

Entre os anos de 1980 e 2000, segundo Vargas e Castilho (2006), o planejamento urbano de várias metrópoles no mundo passou a ser supostamente baseado no planejamento estratégico. Segundo Vainer (2000), esse modelo de planejamento inspira-se no planejamento empresarial, devido ao fato de seus defensores acreditarem que as cidades estão submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas, o que Harvey (2005) chamou de *empreendedorismo*. Por isso, as cidades passaram a ser "vendidas" em um mercado extremamente competitivo, originando assim o termo *marketing* urbano ou *city marketing* (VAINER,

2000). O planejamento estratégico se difundiu no Brasil e na América Latina, tendo como exemplo de sucesso a intervenção catalã em Barcelona.

As estratégias dessa modalidade de planejamento têm como objetivo maior gerar desenvolvimento nas cidades por meio da vinda de mais investimentos gerados pela competitividade entre elas (VAINER, 2000). Dessa forma, busca-se tornar as cidades competitivas por meio do estímulo ao turismo e a outras atividades econômicas que atraiam pessoas e investimentos externos a partir de intervenções urbanas grandiosas — com a justificativa de criar ou recuperar a base econômica das cidades, gerando emprego e renda —, vendendo a cidade para os investidores por meio de um *marketing* próprio. Baseia-se na ideia de que: se a cidade ainda não funciona, deve passar a funcionar como um ator social. Nas palavras de Castells e Borja:

> A cidade se expressa melhor como ator social na medida em que realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Ou seja, entre instituições políticas e sociedade civil. (CASTELLS E BORJA, 1996, p. 152)

Para isso, o planejamento urbano deveria priorizar a gestão compartilhada, segundo a qual, o poder público e os gestores urbanos trabalham em conjunto com a iniciativa privada, empreendedores e associações de pessoas civis, em parcerias público-privadas ou mesmo em modelos de gestão como o da publicização — regularizada no Brasil não coincidentemente na década de 1990.

As intervenções baseadas no *city marketing* representam uma tendência mundial. Desde a sua adoção, houve uma grande quantidade de projetos nos quais edifícios desocupados (comumente históricos, a princípio, devido à tendência mundial de valorização do patrimônio histórico e arquitetônico a partir dos anos 1960), estruturas portuárias obsoletas e áreas urbanas deterioradas foram transformadas, de espaços de produção teoricamente subutilizados, em espaços de consumo. Os resultados são *shopping centers*, restaurantes, museus, teatros e cinemas, e tendo como público-alvo principalmente a população flutuante, turistas e investidores externos (VARGAS E CASTILHO, 2006).

As questões inerentes a esse tipo de planejamento e estratégias são muito discutidas, começando pelo fundo ideológico de tais intervenções no que diz respeito, por exemplo, à privatização de espaços urbanos por meio de uma restrição de acesso, baseada no poder econômico individual. A partir da criação de tais empreendimentos, o governo local busca promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas "exportações" (de bens e serviços, de seus profissionais etc.) (CASTELLS E BORJA, 1996 p. 160). Porém, esses espaços de alta qualidade funcionam como espaços liminares, segundo Zukin (2000a), espaços transicionais que se encontram entre o caráter público e o caráter privado, não são natureza e nem artefato, “misturando funções e histórias, um espaço liminar situa o usuário a meio caminho entre instituições” (ZUKIN, 2000a, p. 82)

Harvey (2005) destaca os riscos intrínsecos a essa forma de encarar as cidades como agentes políticos ativos, ao invés “simples coisas” (p. 169). Assim, ele defende:

> Dever-se-ia considerar a urbanização um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interage por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. (HARVEY, 2005, p. 169.)

Tais intervenções não são feitas com o objetivo de melhorar a cidade para seus cidadãos, mas para “promover a cidade para o exterior”, ou, no mínimo, para um público de “usuários solventes” (CASTELLS E BORJA, 1996). Assim, os espaços, tornam-se empreendimentos ditos públicos, porém muitas vezes funcionam como marcos espaciais da segregação social na cidade, pois não são projetados para receber a população como um todo, mas apenas uma parcela que não só deve ser capaz de trazer algum retorno econômico, mas ainda que é

composta preferencialmente de estrangeiros. Ou seja, são espaços que se situam entre o público e o privado.

Esses ambientes são os que Zukin (2000a) denomina de “paisagens de poder”, que se configuram como uma espacialização aguda da assimetria do poder existente nas cidades de forma mais diluída. Assim, tais intervenções muitas vezes não apenas substituem a arquitetura vernacular — aquela construída espontaneamente pelos “sem poder” — por exemplares arquitetônicos e urbanísticos de interesse de apenas um segmento da sociedade, como também definem uma nova maneira das pessoas se relacionarem com o espaço e entre si; as paisagens de poder interferem nas relações sociais que anteriormente tinham ali o seu espaço (ZUKIN, 2000b).

Outro aspecto criticado desse modelo de investimento urbano são os mecanismos de elitização e venda de uma imagem nem sempre real, muitas vezes presentes de forma implícita nesses projetos. Essa grande importância dada à imagem funciona bem para o seu objetivo de atrair capital, porém gera mais segregação social e pode mesmo camuflar os conflitos sociais presentes nas metrópoles. Segundo Harvey:

> Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendimentismo urbano intensificados. (HARVEY, 1989, p. 92.)

Um bom exemplo é o abordado por Vainer (2000) no Plano Estratégico do Rio de Janeiro, segundo o qual a capital é vendida como “exemplo de harmonia social”, sendo, porém, público e notório que a cidade enfrenta grandes dificuldades sociais e espaciais urbanas, assim como as demais metrópoles brasileiras. Entretanto, nos empreendimentos que recebem as intervenções, tais dificuldades são ignoradas e a população pobre e a cidade informal são encaradas como *condições ambientais* que devem ser evitadas de forma a garantir o conforto e a segurança daqueles que são bem-vindos: “Os pobres são entorno ou ambiente

pela simples razão de que não se constituem, nem os autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável. ” (VAINER, 2000, p. 82).

As estratégias de *city marketing* continuam atuais, como se observa com algumas intervenções feitas na cidade do Rio de Janeiro de 2000 até os dias de hoje. Um exemplo é a criação do Porto Maravilha, projeto da Prefeitura de revitalização da zona portuária do Rio, com investimentos da iniciativa privada, que teve início com a transferência de diversos terrenos de propriedade federal para o município em 2009, já com a motivação de estimular a escolha da cidade para as Olimpíadas de 2016 (BALSINI, 2015). A revitalização prevê a mudança de uso do solo para predominantemente comercial com a criação de torres de até 150m e algumas intervenções pontuais já inauguradas que buscam criar um novo caráter cultural na área, como o Museu de Arte do Rio (MAR), em dois edifícios históricos, e o Museu do Amanhã, edifício novo e imponente assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava. Além disso, inclui-se nas intervenções visando grandes eventos, no caso, especialmente as Olimpíadas, a criação de uma nova linha de metrô e do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).

Um exemplo clássico da ideologia do city marketing pode ser visto ao evitar o que é indesejado, mesmo que seja apenas escondendo problemas e não buscando soluções. Com a proximidade dos Jogos Olímpicos, os investimentos na venda de uma imagem turística, funcional e ecológica da cidade para a atração de turistas, agudizam-se, apesar dos diversos problemas pelos quais a cidade vem passando. A menos de um mês das Olimpíadas, a Prefeitura iniciou um processo de “envelopamento” da cidade, “um processo de embelezamento, pelo qual passa a instalação de adesivos, bandeiras e painéis que custaram aos cofres públicos R$ 750 mil, segundo a Secretaria de Turismo do município” (MERGUIZO; CONDE, 2016) como descrito na no jornal Folha de São Paulo. O envelopamento foi polêmico por ter iniciado nas laterais da Linha Vermelha, via expressa de acesso ao Aeroporto Internacional do Galeão e que passa próximo ao Complexo da Maré, uma das maiores favelas da cidade. Para muitos, o envelopamento funciona como uma camuflagem literal dos problemas da cidade (Figura 26). Outras áreas

receberam a decoração, porém a maioria com itens menores e que obstruem menos a visão, como bandeiras hasteadas.

Figura 26 - Painéis com o tema das Olimpíadas ao longo da Linha Vermelha, via de acesso rápido ao aeroporto e que cobre uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré.

Fonte: Folha de São Paulo (2016)

A tendência de investir em empreendimentos pontuais somada a não resolução de problemas sociais crônicos acaba, por vezes, gerando áreas de conflito. Tais conflitos se refletem fortemente no espaço não apenas com relação à segregação social, mas a uma fragmentação física do tecido urbano, por meio de fechamentos, com muros e grades, e também simbólica, com relação a presença de serviços que deveriam ser de responsabilidade pública, onde áreas vizinhas apresentam diferentes situações no que diz respeito à segurança e limpeza.

> Deve-se reconhecer que, sob a camuflagem de muitos projetos de sucesso, existem alguns problemas sociais e econômicos muito sérios, e que isso, em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente. (HARVEY, 2005, p. 188.)

Além disso, tais intervenções muitas vezes são utilizadas como ferramentas políticas de governo devido à visibilidade intrínseca da arquitetura e do urbanismo, garantindo votos para determinados partidos e tirando a atenção de problemas urbanos mais amplos. Ainda, tais investimentos exemplificam bem o que Harvey (2014) critica: “...investimentos públicos são alocados para produzir algo que se

assemelhe a comum[7], mas que promove ganhos em valores patrimoniais privados de proprietários privilegiados de bens imóveis" (p. 154). Assim, investimentos desse tipo passam a funcionar como concentradores de benefícios para os proprietários de terras e imóveis bem localizados, que recebem os efeitos de externalidade inerentes a tais intervenções, quando tais efeitos deveriam ser distribuídos na cidade.

Choay (2001) discute como essa noção empreendedorialista, da cidade como agente social, atinge o patrimônio histórico das cidades e até mesmo a malha urbana dessas áreas. Ocorre uma transformação dos espaços em produto de consumo cultural, ao explorarem seu status histórico e patrimonial, dissimulando uma natureza museal. Tal indústria patrimonial não contribui para a manutenção das diferenças locais, ferindo muitas vezes suas atividades espontâneas:

> A "embalagem" que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista o seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas. (CHOAY, 2001, p. 226.)

Harvey (1989) também questiona a criação de cenários muitas vezes de tradicionalidade duvidosa, produzindo pastiches de épocas que não se fazem mais presentes. A utilização de prédios antigos em novos empreendimentos é extremamente útil de modo a colaborar para a preservação de tais edifícios, além de reforçar a identidade de uma sociedade. Entretanto, muitas vezes as soluções projetuais de diferentes casos partem de um mesmo ideário e obtêm resultados semelhantes a outras encontradas em diversos outros países, independentemente das peculiaridades culturais. É o que Leite (2004), citando Giddens, reconhece como relíquia:

> A noção de relíquia, aqui utilizada, refere-se ao processo no qual os costumes locais perdem suas conexões com o presente e tendem a subsistir como uma relíquia. (LEITE, 2004, p. 291.)

---

[7] Comum, diferente de público, no sentido de pertencente à comunidade, que é apropriado por todos: "A educação pública torna-se comum quando as forças sociais se apropriam dela, protegendo-a e aprimorando-a em benefício mútuo" (HARVEY, 2014, p. 144).

> Uma relíquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. [...] Uma relíquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas. (GIDDENS, 1997 apud LEITE, 2004, p. 291.)

Outro risco é o caráter especulativo de tais empreendimentos dada a incerteza de seu sucesso especialmente tendo sido projetados com um propósito de competitividade com outras cidades.

> Quantos centros de convenções, estádios, Disney Worlds, zonas portuárias renovadas e shopping centers espetaculares podem existir? Muitas vezes, o sucesso é fugaz ou se torna discutível pelas novidades semelhantes ou alternativas que surgem em outros lugares. HARVEY, 2005, p. 182.

Muitos desses projetos foram rapidamente reproduzidos em várias localidades, o que os transforma de vantagens locacionais a simples estruturas facilmente encontradas em qualquer lugar. Assim, tais intervenções muitas vezes resultam em uma fragmentação ao descolarem as edificações ou mesmo áreas urbanas inteiras do uso vernacular cotidiano, impossibilitando-as de serem um palco de produção e reprodução social. Além disso, as intervenções podem resultar também em uma homogeneização ao replicarem um perfil projetual que se encontre em voga, ao invés de valorizarem as peculiaridades locais.

Por fim, tal tipo de empreendimento, mesmo em algumas situações não interferindo em aspectos habitacionais diretamente, enquadra-se no conceito de *gentrification* ou enobrecimento já que:

> ...práticas de *gentrification* não se referem apenas a empreendimentos econômicos que visam otimizar o potencial de investimento em áreas centrais; referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade. LEITE, 2007, p. 63.

Assim, *gentrification* consiste em intervenções que excluem/afastam uma população local desprovida de poder, seja econômico ou político, e atraem uma população solvente, alterando radicalmente o caráter vernacular, tanto no que diz respeito a morfologia quanto às relações sociais, de um espaço urbano.

2.2. *City Marketing* e Terceiro Setor

Concomitantemente a essas tendências de empreendedorismo e *city marketing*, no Brasil, na década de 1990, houve uma reforma do Estado no país (BRASIL, 1995). O modelo de Administração Pública do país foi reformado por meio de diversas alterações constitucionais e legais passando, pelo menos enquanto tentativa, de uma gestão Burocrática para um modelo Gerencial, fundamentado em princípios da corrente de pensamento político-econômico neoliberal. Segundo os defensores do neoliberalismo, o Estado brasileiro passava por uma crise generalizada que incluía uma crise fiscal, crise do modo de intervenção do Estado na economia e crise do próprio aparelho estatal, por adotar uma Administração Burocrática, considerada extremamente morosa e de baixa produtividade (BRASIL, 1995).

O principal objetivo das mudanças era de aproximar a administração pública ao máximo possível da dinâmica empresarial, tornando-a uma Administração Gerencial. Ao ser fundada no princípio da eficiência, teria como maior prioridade alcançar resultados, com ampliação da autonomia dos entes administrativos. Além disso, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, lê-se:

> As distorções e ineficiências que daí resultaram deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. BRASIL, 1995, p. 12.

Assim, baseado na doutrina do “Estado mínimo”, as medidas visavam também a tirar da responsabilidade direta da administração pública tudo o que não requeria imprescindivelmente a presença do poder público, promovendo, por exemplo, privatizações e mecanismos de fomento a empresas privadas sem fins lucrativos atuantes em áreas de interesse social, conhecidas como Terceiro Setor.

Tradicionalmente, havia o Primeiro Setor, o Estado — o poder público, responsável pela proteção e defesa de direitos da sociedade —, e o Segundo Setor, o mercado — a iniciativa privada, que teria como objetivo o lucro individual. Porém, houve o crescimento de movimentos organizados pela sociedade civil nos últimos trinta anos que passaram, então, a assumir responsabilidades que seriam originalmente do Estado, como a assistência social e a proteção do patrimônio ecológico (ZSAZI, 2000). Por isso, na reforma administrativa da década de 1990, tais organizações foram regularizadas de modo a poderem firmar compromissos legais com o poder público, sendo chamadas de Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é composto por *entidades organizadas pela sociedade civil, por iniciativa privada sem finalidade de lucro, com funções do interesse público e que, por esse motivo, recebem incentivos do Estado* (grifo da autora) (DI PIETRO, 2012). Não fazem parte da administração pública em sentido formal (sendo essa definida individualmente em lei) apesar de muitas vezes cumprirem com funções administrativas de interesse público em sentido material — tais como atuação nas áreas de ensino, pesquisa científica, cultura, entre outras —, entretanto, são submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas de União devido ao recebimento de incentivo público. Segundo Di Pietro, 2012, apesar de não haver consenso entre os autores da área do Direito, não raro as entidades do Terceiro Setor são categorizadas também como Entidades Paraestatais.

O conceito de Entidade Paraestatal ainda é confuso, apesar de o termo designar, literalmente, segundo Cretella Júnior (1980, apud, DI PIETRO, 2012), uma entidade que acompanha o Estado lado a lado, paralelamente, não estando incluída em sua estrutura interna, porém atuando em sua colaboração e tendo com ele algum vínculo jurídico. Após discutir a análise de diversos autores, Di Pietro (2012) as conceitua como:

> ... as entidades paraestatais são definidas como pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por particulares, com ou sem autorização legislativa, para o desempenho de atividades privadas de interesse público, mediante fomento e controle do Estado. DI PIETRO, 2012, p. 550

Hely Lopes Meirelles (2003, p. 362, apud DI PIETRO, 2012) afirma que tais entidades estariam entre o âmbito público e o privado, sendo assim um meio-termo, podendo ser consideradas semipúblicas ou, mesmo, semiprivadas. Dessa forma, frisa-se que apesar de serem organizações com atuação em atividades de interesse público (mas não exclusivas de Estado, como assistência social e formação profissional), são ditas não-estatais, por não fazerem parte da Administração Pública, Direta ou Indireta, em sentido formal.

As entidades que mais tiveram destaque no gerenciamento de empreendimentos ou espaços públicos ou de responsabilidade do poder público foram as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Sociais, sendo apenas as últimas relevantes nesta pesquisa. As organizações sociais tomaram força no Brasil na década de 90 com a Reforma do Aparelho de Estado (1995), no qual a gestão de Publicização passa a ser legalizado. Segundo o Plano Diretor do Aparelho de Estado, a Publicização consiste em:

> Descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. BRASIL, 1995, p. 12
>
> Transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento controle. BRASIL, 1995, p. 13.

Ou seja, Publicização é o processo no qual serviços originalmente de execução da administração pública, direta ou indireta, passam a ser geridos por um tipo de entidade paraestatal do terceiro setor — as Organizações Sociais — no campo da prestação de serviços sociais e de infraestrutura por meio de acordo firmado com o Estado. Entretanto, o Estado, apesar de ter seu papel reduzido como promotor dos serviços, continua como subsidiário desses serviços e fiscalizador e regulador da execução.

O conjunto de medidas objetivava descentralizar a administração das atividades não-exclusivas pressupondo que esses serviços seriam mais eficientemente realizados se fossem realizados pelo setor público não-estatal, com

verba pública. A Publicização é uma alternativa para casos em que a privatização clássica não se enquadra, o que fica bem explícito no Plano Diretor da Reforma do Estado em um dos pontos que trata dos Objetivos para a Produção para o Mercado, que diz “Implantar contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas. ” (BRASIL, 1995, p. 47). Assim, foi criado um Projeto de Organizações Sociais e um Programa Nacional de Publicização (PNP) de modo a viabilizar o processo; ambos foram regulamentados em âmbito federal pela Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998.

O conceito de Organização Social (OS), segundo Di Pietro (2012), consta como:

> A qualificação jurídica dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar serviço público de natureza social. P. 565.

Importante notar que a autora considera a atividade prestada pelas Organizações Sociais como serviço público apenas em sentido material, pois em sentido formal, só pode ser considerado serviço público aquele exercido pelo Estado, como consta no Art. 175 da Constituição.

Há três formas de fomento previstas para as OS, a destinação de recursos orçamentários; a destinação de bens públicos, mediante permissão de uso, sendo dispensada licitação desde que constado em contrato; e cessão especial de servidor com ônus para órgão de origem do servidor cedido. Assim como toda a entidade que recebe fomento do poder público, as OS são sujeitas a controle de utilização de recursos públicos e assim devem prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Várias são as críticas a respeito do modelo de gestão da publicização e da qualificação das OS, por exemplo, a simples discricionariedade do Poder Público na concessão do título de OS às entidades que o requererem, sem exigir qualquer critério de demonstração de idoneidade para a área de atuação, deixando essa discrição mais aberta que o aconselhável (DOM FREITAS, 1998, apud. ZOLIT, 2011); a dispensa de licitação para contratação de OS; entre outras discussões que

levam alguns estudiosos a questionar até mesmo a constitucionalidade de tais processos (ZOLIT, 2011).

Apesar de Zolit (2011) afirmar que:

> Certamente que as atividades desempenhadas pelas entidades (serviços sociais, de caráter essencial) devem ser levadas em consideração, sendo, desse modo, inafastável a aplicabilidade de princípios da Administração Pública à sua atuação. ZOLIT, 2011. p. 22.

A crítica mais comum, porém, que ainda gera divergências entre os debatedores da doutrina, é o fato das OS, apesar de lidarem com bens e interesse público, estarem sob regime de direito particular, por serem entidades privadas. Por isso, muitos discutem que essa seria uma estratégia para "exercer a mesma atividade que antes exerciam e utilizem o mesmo patrimônio, porém sem a submissão àquilo que se costuma chamar de "amarras" da Administração Pública. " (DI PIETRO, 2012, p. 567), por exemplo burlando a necessidade de licitações.

Nota-se que a tendência mundial ao *city marketing* encontrou terreno fértil em um Brasil que começava a se abrir para privatizações e outras estratégias que muito se assemelham a isso. A lógica de ver a cidade como ator social e de delegar atribuições estatais a organizações privadas tornando a administração pública mais eficiente era exatamente o que se buscava com a reforma do aparelho de Estado. Dessa forma, foram feitas diversas intervenções urbanas e arquitetônicas baseadas, ou justificadas no *city marketing* e, no caso brasileiro com a participação de organizações do Terceiro Setor no gerenciamento desses empreendimentos.

2.3. Espaço público e controle social nas paisagens de poder

Após a caracterização das áreas livres do Complexo Feliz Lusitânia, acredita-se que os espaços do objeto de estudo pós intervenção de 2002 são exemplos representativos de uma influência do *marketing* urbanístico. Os espaços livres da COJFC contam com diversas características que não existem na maioria dos espaços públicos da cidade e que o distanciam de um espaço público genuíno. A seguir discute-se os conceitos de espaço público e urbanidade como contraposição ao funcionamento das áreas livres da COJFC.

A noção de espaço público tem a si atrelada a presença da sociabilidade pública. Segundo diversos autores, o espaço público é o espaço que permite e condiciona a *esfera pública*, sendo esta "a interação de indivíduos que, com uma maior ou menor liberdade, expressam seus pontos de vista, articulam suas demandas, negociam seus conflitos, veem e são vistos" (SOUZA, 2008). Leite (2004) traça a diferença entre o espaço urbano e o espaço público: o espaço urbano não passa de uma simples configuração espacial da cidade; já o espaço público requer mais do que as formas e as fronteiras definidas no projeto urbano, ele requer a existência de *lugares*. Lugar pode ser aqui definido como:

> Uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente. LEITE, 2004, p. 284.

Ou seja, o espaço público é construído socialmente de tal forma que pode, ou não, levar em consideração aspectos físicos de um sítio qualquer, ainda que espacializado.

A convivência e o contato social no espaço urbano são essenciais para que ele tenha um sentido público de forma genuína. Segundo Leite (2004), é por meio da *possibilidade de entendimento* que as fronteiras dos lugares urbanos são socialmente construídas e assim o próprio espaço público é construído. Tal

entendimento é conceituado como “a faculdade de compreender a si mesmo e ao outro como parte de algo em comum” (LEITE, 2004, p. 288), o que pode levar a conflitos, dissensões e eventuais consensos entre os usuários. Assim, os lugares são espaços da *construção da diferença*, onde se constrói a cidadania e o espaço público como espaço da difusão e heterogeneidade.

No caso de sítios históricos urbanos, tem sido muito comum o processo de gentrificação por meio de políticas públicas de requalificação urbana — devido à facilidade de transformação do espaço urbano em paisagem museal de consumo visual e cultural — como diversos autores pontuam (CHOAY, 2001; ZUKIN, 2000a; LEITE, 2004). Tais espaços, apesar de muitas vezes serem “cenários” liminares entre mercado e lugar (ZUKIN, 2000a), por terem suas fronteiras demarcadas pelo Estado, segundo Leite (2004), enfraquecem seu papel de espaço público. Tais fronteiras são criadas tanto num sentido físico, com o fechamento de espaços por meio do uso de grades, correntes e portões, quanto num sentido simbólico, ao abrigarem estabelecimentos de venda de produtos voltados para um público de alto padrão ou, em casos extremos, ao restringir o acesso de segmentos da sociedade.

Essas fronteiras simbólicas se enquadram plenamente em algumas características que foram abordadas no item anterior a respeito do *city marketing*. A alteração de espaços existentes e novos parece ser constante em projetos de intervenção que, apesar de muitas vezes serem abertos, contam com formas de consumo que não são acessíveis a uma grande parcela da sociedade. Tais fronteiras são formas de garantir uma imagem desejada e vendável, enquanto que outros espaços da cidade não se enquadram nesse padrão. Além disso, também são utilizados serviços privados de modo a garantir uma qualidade superior a existente fora dali, mais uma estratégia para a criação de uma imagem que, por ser apenas uma imagem criada artificialmente e não uma realidade comum da cidade, enfraquece o potencial do caráter público desses espaços.

> ...na clivagem dos espaços habitacionais, de lazer e de trabalho, em que sofisticados ‘enclaves fortificados’ se erguem como fortalezas à parte da cidade, cuja lógica urbanística se rende ao sofisticado aparato da

> segurança particular e da vigilância eletrônica de seus espaços privatizados. LEITE, 2007, p. 20.

As fronteiras simbólicas criadas pelo poder público e privado funcionam como complemento das políticas de revitalização. Há um código de uso implícito que, ao contrário do que acontecia anteriormente à intervenção ou no entorno, não é espontâneo ou vernacular, e sim parte de uma estratégia determinada pelos que idealizaram essa nova forma de interação dos usuários com o ambiente, na criação de uma paisagem de poder, como defende Zukin (2000a; 2000b). Além disso, ocorre um processo de "higienização social", ao serem afastados antigos usuários que não mais se enquadram na imagem — já que o consumo é principalmente visual — desejada para aquele espaço (LEITE, 2004). A criação de espaços "limpos", que contrastam com a "desordem", a sujeira e a violência das ruas, legitima as exclusões sociais (ZUKIN, 2000b).

Leite (2007) defende que políticas e práticas sociais segregacionistas podem, em alguns casos, não esvaziar o caráter público de tais espaços urbanos, ao permitirem alguma sociabilidade, entretanto muitas vezes podem estar gerando formas de sociabilidades efêmeras e superficiais. Tais espaços, na maioria das vezes restringem-se a experiências de consumo, não apenas de consumo literal por meio da compra de artefatos, mas também de consumo visual, já que a imagem se torna o ponto central nesses locais. Por isso, a produção e reprodução sociais se tornam dificultadas já que o espaço não permite quaisquer comportamentos que violem suas restrições pré-definidas além de não permitir uma heterogeneidade social legítima. Com ideias convergentes às de Zukin, Leite afirma que espaços segregados apenas refletem em menor escala, porém de forma mais aguda, uma segregação que se alastra nas cidades em decorrência, principalmente, da falta de políticas sociais.

Ideologias de setores sociais dominantes e relações de poder são estabelecidas de forma assimétrica na sociedade (CORTÊS, 2008), o que pode ser observado nas relações estabelecidas entre a configuração da cidade e mecanismos de controle. A partir de uma determinação artificial de usos e da vigilância constante sobre os usuários em locais específicos da cidade, é possível

perceber como a configuração da cidade contribui para que os usuários estejam submetidos a mecanismos de controle social, como constatado por Zukin:

> As estratégias conjuntas de estetização da cidade, locais públicos projetados para o controle social e o uso de guardas privados, sugerem uma 'disneyficação' da cidade, uma paisagem urbana nova. ZUKIN, 2000b, p. 111.

Esse controle não se trata apenas do que diz respeito ao acesso aos espaços públicos, mas inclusive do comportamento aceitável dos privilegiados que têm direito ao acesso. Em tais locais, assim como nos parques idealizados por Walt Disney, há uma "purificação" da imagem do espaço, onde "cuidadosamente desprogramamos todos os elementos negativos e indesejáveis, e programamos apenas os elementos positivos" (WALLACE, 1985 apud. ZUKIN, 2000a, p. 92). Por meio do controle de comportamento, impondo restrições nem sempre legitimadas pelos usuários e buscando uma ordem moral que contribui para a imagem desejada, substitui-se a noção do lugar socialmente construído por um lugar a ser consumido como uma utopia, não encontrada fora dali.

2.3.1. Os conceitos de co-presença e urbanidade em espaços públicos

Um dos objetivos do trabalho busca identificar a existência de urbanidade nos espaços públicos de porções do CHB, em meio aos aspectos tratados nos itens anteriores, como a ideologia do *city marketing*, de venda de uma imagem da cidade como estratégia de atração de investimentos externos, e o controle social em áreas livres. Para isso, discute-se aqui a relação entre a urbanidade e a co-presença, justificando-os como conceitos úteis para as análises que se seguem.

O conceito de urbanidade ainda é muito controverso. A definição encontrada no dicionário Aurélio traz "qualidade de urbano; cortesia" (HOLANDA, 2005, p.

802). Como na segunda definição, o senso comum a respeito do tema compreende urbanidade como uma qualidade comportamental de boa-educação, polidez e civilidade (AGUIAR, 2012). Entretanto, tal definição é limitada na avaliação de urbanidade enquanto referência a qualidade espacial, daí as discussões e diferentes abordagens por parte dos teóricos do urbanismo sobre a, ou mesmo, as várias urbanidades.

O interesse pelo tema é recente, segundo Aguiar (2012), tendo surgido na segunda metade do século XX como resultado das insatisfações provenientes das cidades planejadas modernistas. Dado o fracasso de várias experiências baseadas no ideário modernista corbusiano, iniciaram-se tentativas de investigar se havia uma influência direta do ambiente construído sobre o comportamento social, o que posteriormente ficou conhecido como determinismo arquitetônico. Ainda assim, notou-se a existência de alguns padrões, como a alta frequência de problemas como vandalismo e criminalidade em áreas residenciais que haviam sofrido renovação urbana em Londres, por exemplo, o que gerou questões como por que os novos arquitetos não conseguiam trazer vida às ruas:

> Não importa o quanto eles [arquitetos] tentem, eles não se mostram capazes de recriar a vitalidade natural, informal, que um dia contribuiu tanto para a qualidade da vida urbana. HILLIER et al., 1983, p. 48.[8]

Assim, diversas publicações passaram a discutir em que consistia a urbanidade; para alguns, atributo próprio do espaço, para outros a relação entre o espaço e seus usuários. Em grande parte das conceituações, a urbanidade é vista como uma qualidade a ser perseguida nas cidades, tida como oposta à segregação espacial (AGUIAR, 2012) e símbolo de bem-estar e vitalidade, ou seja, de uso e de apropriação dos espaços livres urbanos por seus usuários. Dentre as diversas teorias que discutem o assunto, destaca-se uma forma de investigar a urbanidade, baseada na metodologia da Sintaxe Espacial de Bill Hillier: a análise da dimensão da co-presença (AGUIAR, 2012).

[8] No original: “No matter how hard they [architects] try, they do not seem able to re-create the unforced, informal liveliness that once contributed so much to the quality of urban living”.

Nos estudos da SE de Hillier, a urbanidade pode ser associada ao arranjo ou organização global dos espaços da cidade. Contribui para a geração de urbanidade, uma boa relação entre os espaços das cidades, tanto em escala local quanto, e principalmente, em escala global, pois são essas configurações espaciais que potencializam a coabitação de moradores e visitantes, dotando de vida o espaço urbano:

> Nossa pesquisa mostrou que a organização espacial — acima de qualquer consequência referente à localização de negócios e densidade populacional — tem um efeito crucial sobre a forma com que as pessoas se movimentam por uma área urbana e, portanto, na forma em que as pessoas se tornam automaticamente conscientes umas das outras. HILLIER ET AL., 1983, p.499.

A SE baseia-se em estudos e análises topoceptivas da configuração do espaço no ambiente construído, seja externo ou interno e como isso pode se relacionar com a vida em sociedade. Não incorrendo em determinismo arquitetônico, considera-se o ambiente construído uma rede de barreiras e permeabilidades que potencializam certos comportamentos sociais. Não os engendram, os potencializam.

Segundo Holanda (2003), para qualquer análise espacial faz-se necessário distinguir as dimensões sintáticas e semânticas da arquitetura: a sintática constitui uma dimensão física, de barreiras e permeabilidades, de configuração, o que pode ser efetivamente projetado e construído; e a semântica constitui uma dimensão cultural, com os rótulos, os costumes, as regras e as convenções, ou seja, aquilo que não é da responsabilidade do arquiteto diretamente, mas que pode ser facilitado ou até mesmo possível apenas em tais configurações espaciais. É sob essa lógica que se conclui que a dimensão semântica se superpõe à dimensão sintática da arquitetura, essa última servindo não apenas passivamente de palco, mas também de potencializadora — ou não — para a vivência social.

> Às barreiras e permeabilidades físicas sobre o chão (sintaxe) se superpõem as regras de utilização (semântica) que acrescentam

[9] No original: “Our research has shown that spatial organisation — over and above any effects due to the locations facilities and population density — has a crucial effect on the ways people move through an urban area, and therefore on the ways people become automatically aware of each other”.

> significado simbólico à sintaxe do lugar e contribuem para constituir — produzir e reproduzir — padrões de interação social. HOLANDA, 2003, p. 25.

Assim, o espaço construído e sua configuração têm certa influência, menos determinista do que se imagina, porém ainda assim relevante, sobre tendências de comportamentos como o deslocamento das pessoas nos espaços públicos, as pausas para descanso ou contemplação, as possibilidades de encontros e até as preferências locacionais no momento de abrir um negócio comercial, um serviço ou escolher um lugar para morar.

Não sendo suficiente a questão quantitativa — número de usuários nos espaços —, segundo metodologia utilizada por Holanda e Gobbi (1988), para tal tipo de análise, faz-se necessário considerar co-presença como a coabitação de pessoas de categorias distintas, sendo essas o “habitante” e o “estranho”. O habitante é aquele que vive ou frequenta de forma não espontânea a área de estudo, por exemplo trabalhadores e funcionários de edifícios lá localizados; os estranhos constituem os demais usuários. Destaca-se que aqui se contempla um dos ideais do espaço público moderno que defendem, entre outros aspectos, a heterogeneidade dos usuários (CALDEIRA, 2000), seja com relação a classes sociais, tribos urbanas, faixas etárias, e especialmente, nesse caso, localização de moradia/trabalho dos usuários (habitantes e estranhos). Nesse caso, considera-se a heterogeneidade social espacializada, ou seja, a localização das atividades cotidianas dos usuários.

Ainda segundo Holanda (2005), existem padrões sintáticos que implicam em separações sociais, por exemplo, sociedades mais desiguais tendem a maximizar o espaço aberto sobre a área total da cidade; escassear transições entre espaços internos e externos; produzir maiores quantidades de espaços cegos, com longos muros sem janelas ou portas. Tais situações são conhecidas como paisagens de objetos, onde há mais espaços abertos que ocupados e os edifícios têm destaque na paisagem. Da mesma forma, tais sociedades costumam ter uma menor quantidade de pessoas coexistindo em espaços públicos abertos.

Ratificando, Aguiar (2012) explana que segundo a SE, algumas características arquitetônicas podem, por outro lado, favorecer a co-presença em áreas públicas, com a presença de transições graduais entre espaços públicos e privados, por meio de pátios, janelas e portas, por exemplo. Tais situações são conhecidas como paisagens de lugares, onde o espaço ocupado prevalece sobre o espaço aberto, canalizando o movimento e possibilitando uma interação maior entre as pessoas. Daí a utilização da análise sintática com foco na dimensão da co-presença para identificar a urbanidade no espaço público. Por meio do registro do tipo e da intensidade de uso dos espaços, pode-se considerar tal área mais ou menos associada a urbanidade, dependendo de questões como movimento, uso e apropriação por parte da sociedade.

2.4. Conclusões Preliminares

As áreas livres da COJFC, como foi abordado no capítulo 01, são espaços integrados ao passeio público que, entretanto, apresentam diversas características que os diferenciam radicalmente dos espaços urbanos que os cercam. Alguns aspectos que envolvem desde a sua concepção até o seu funcionamento levam a crer que ocorre no espaço a concretização de uma ideologia que interfere diretamente no seu uso e até mesmo no comportamento dos usuários. Destaca-se que o desenho do espaço contribui para a ideologia desenvolvida desde a concepção do projeto — como exemplo tem-se a vasta área aberta com poucas edificações e barreiras visuais que facilitam o controle dos usuários pelos seguranças — porém os aspectos formais não determinam necessariamente que haja tal vigilância, mas sim as estratégias da administração do lugar. Ou seja, o desenho contribui para essa ideologia, intencionada desde a concepção até o funcionamento cotidiano, mas não a engendra.

Um espaço que foi declaradamente criado com objetivos de estimular o turismo, mas que mais do que isso, parece ter sido criado com o objetivo maior de vender uma imagem da cidade que não se encontra fora dali, e que por isso não permite que aspectos da realidade urbana de Belém que não se encaixam nessa imagem desejada adentrem os espaços direcionados para os turistas.

O perfil no qual as áreas livres da COJFC se enquadram parece corroborar em muitos aspectos a ideologia do *city marketing*. A intenção desde concepção do espaço — de criar uma área segregada, de imagem vendável, que apresente características não encontradas fora dali e que a torne capaz de aumentar a competitividade da cidade em atrair investimentos externos e turistas — faz com que o empreendimento como um todo tenha um caráter até certo ponto elitista e gentrificador. As áreas livres da COJFC localizam-se em um centro urbano histórico, área muito popular da cidade, sendo vizinha da icônica Feira do Ver-o-Peso, espaço democrático, frequentado por toda população belenense. Entretanto seus ambientes são restritos para algumas pessoas que frequentam o seu entorno. Além disso, nota-se um esforço para fazer com que o espaço se enquadre em um perfil pré-determinado, como a contratação de uma OS para ser responsável pelo único ambiente do local que gera renda (restaurante de alto padrão), ainda que não haja o que justifique plenamente tal escolha.

Outro ponto muito forte no projeto e que vai ao encontro das estratégias de *city marketing* é a importância da imagem, a criação de um "cenário museológico" explorando o caráter histórico e naturalístico da localização, como explicitado em SECULT, 2006. Essa supervalorização do que é visto pode interferir no uso dos espaços; o consumo visual como função primária do lugar pode enfraquecer a apropriação por parte dos usuários, o que dificulta então a produção e reprodução de sociabilidades, criando relações efêmeras e assim, esvaziando o caráter público do local. É interessante destacar que nesse caso o espaço anteriormente ao projeto não se tratava de um espaço livre, mas de um espaço privado que foi aberto ao público. Entretanto, nota-se que não houve um esforço para integrar no que tango aos usos o novo espaço livre ao seu entorno, excluindo de seu rol de usuários

diversos atores sociais que frequentam os arredores da área. Isso pode ser reflexo de uma tentativa de “higienização social”, na qual se busca reprimir o que é vernacular por ser considerado sujo ou inadequado ao padrão almejado.

Essa busca pelo consumo visual e cultural contribui para a consolidação de um espaço liminar, criado por segmentos da sociedade que tem poder e que determinam o caráter daquele espaço, um espaço entre instituições. As fronteiras físicas (a partir de meia-noite) e as fronteiras simbólicas (a diferenciação no tratamento do espaço) parecem gerar uma fragmentação no tecido urbano de Belém, ao criarem uma área que permite uma experiência totalmente diferente da maioria dos espaços da cidade, com exceção dos outros espaços que também constituem esse perfil (Estação das Docas, Parque da Residência e Mangal das Garças). Assim, percebe-se também uma homogeneização de funcionamento presente na ideologia por trás desse perfil de espaço, que parece distanciar cada vez mais os usuários dos costumes vernaculares tradicionais do paraense ribeirinho — o que, em tese, é o que se buscava exaltar — e aproximá-los de costumes considerados adequados por quem está no poder.

Formalmente, o projeto traz um espaço com características muito distintas do seu entorno, tendo muitas áreas abertas, poucas edificações e construções, uma arborização mais relevante, vários níveis e amplas áreas gramadas. Além disso, as áreas livres da COJFC contam com diversos ambientes, previstos em projeto, que também parecem ter um papel importante no uso pelos usuários, inclusive caminhos sem saída e espaços que parecem mais privados. É importante considerar a localização do empreendimento na cidade e o seu desenho projetual como fatores que podem contribuir para seus usos, seja para o consumo visual, intencionado desde a concepção, ou para a apropriação real pelos usuários, a partir de alguma reprodução social que efetivamente ocorra ali. Além disso, as restrições e a constante segurança e vigilância também são exemplos de características próprias da área que parecem ter importante influência no comportamento dos usuários, se aproximando de um controle social no qual os que

frequentam devem “seguir a cartilha” conforme é esperado pela administração dos espaços.

Ainda assim, o espaço funciona como um exemplo de espaço urbano de lazer de alta qualidade no que diz respeito aos serviços, como segurança e limpeza, e privilegiado pela localização tanto de um ponto de vista histórico quanto naturalístico. Porém, devido às suas restrições, especialmente as restrições de acesso, tanto de horário quanto de segmentos sociais, questiona-se o seu caráter público, a sua capacidade de potencializar o encontro de diferentes (co-presença), a sua urbanidade. É interessante buscar entender como essa ideologia presente na concepção somada à forma do projeto, aos serviços privados, à vigilância constante e às restrições e regras do espaço interferem de alguma forma, positiva ou negativa, no potencial do espaço e no uso efetivo dos que frequentam as áreas livres da COJFC.

Capítulo 03: Os três níveis de análise

A análise do caráter público e urbanidade nos espaços públicos da COJFC, bem como no seu entorno imediato foi dividido em três níveis. O primeiro nível de análise corresponde a investigação das relações morfológicas do Centro Histórico de Belém e entorno. Neste nível são investigadas as características sintáticas da área onde se localizam as áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo, de modo a contextualizá-las espacialmente no seu entorno, a partir da técnica da axialidade, na escala dos espaços de acesso viário.

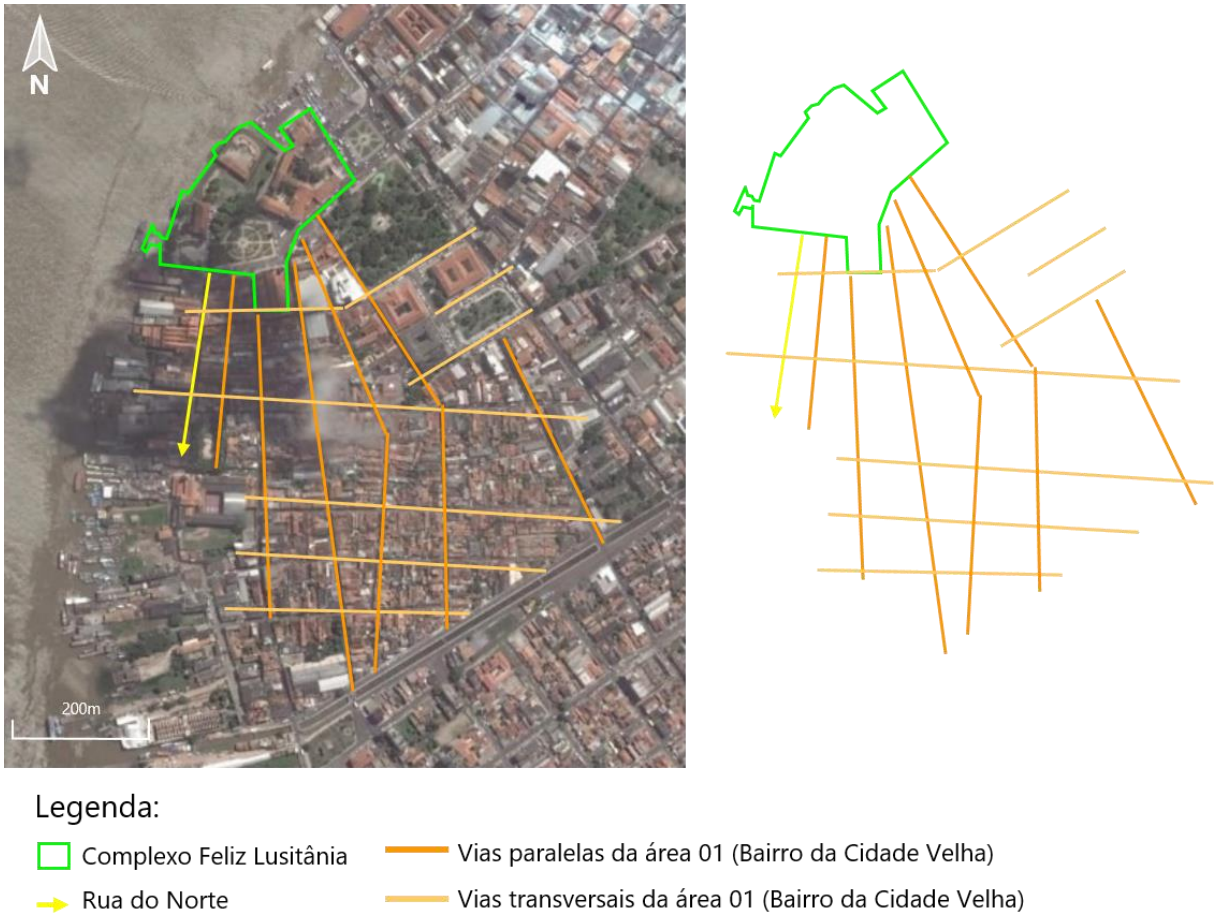
O segundo nível de análise engloba porções do bairro da Cidade Velha e da Campina que incluem o Núcleo Feliz Lusitânia, o Complexo do Ver-o-Peso e parte do Comércio. Neste nível, são feitas análises sintáticas na técnica da axialidade, porém na escala do pedestre. Além disso, também são feitas análises com base na técnica da convexidade, considerando aspectos como a constitutividade e a relação espaço edificado × área livre.

Já o terceiro nível de análise trata das áreas livres do Complexo Feliz Lusitânia, especificamente aquelas criadas pelo projeto Feliz Lusitânia, pertencentes a Casa das Onze Janelas e ao Forte do Castelo, bem como o Largo da Sé, incluindo a Praça Dom Frei Caetano Brandão, calçadas e vias adjacentes. Neste nível, foram feitas análises semânticas, com a contagem de pessoas na localização e aplicação de questionários aos usuários a respeito das áreas livres da COJFC e as restrições de uso.

3.1. Primeiro nível de análise: a sintaxe espacial do CHB

A análise morfológica da disposição dos acessos e quadras localizadas imediatamente no entorno do Complexo destacado no polígono verde da Figura 27, demonstra a ocorrência de duas elementos morfológicos que condicionaram em grande parte o traçado do bairro da Cidade Velha. O primeiro é a linha definida pela margem do rio Guamá, que serviu de diretriz para a criação da primeira via aberta, paralela à margem do rio, e o segundo é a localização do Forte do Presépio. O Forte, localizado na altura de desembocadura do rio Guamá com a baía, funcionou como ponto gerador do traçado da cidade para sul (Figura 27). Aproximadamente no ponto onde se localiza o Forte, a orla deixa de ter um formato em arco e passa a ter uma forma quase retilínea, definido um percurso a nordeste. Essa curva do rio Guamá, combinada à presença do Forte como ponto gerador do parcelamento a sul, teve como consequência a formação de uma trama de base radial com tendência à ortogonalidade.

Figura 27 - Traçado da área pioneira da cidade sobre imagem de satélite, destaque do traçado de base radial ortogonal, tendo como ponto gerador o Forte do Castelo.

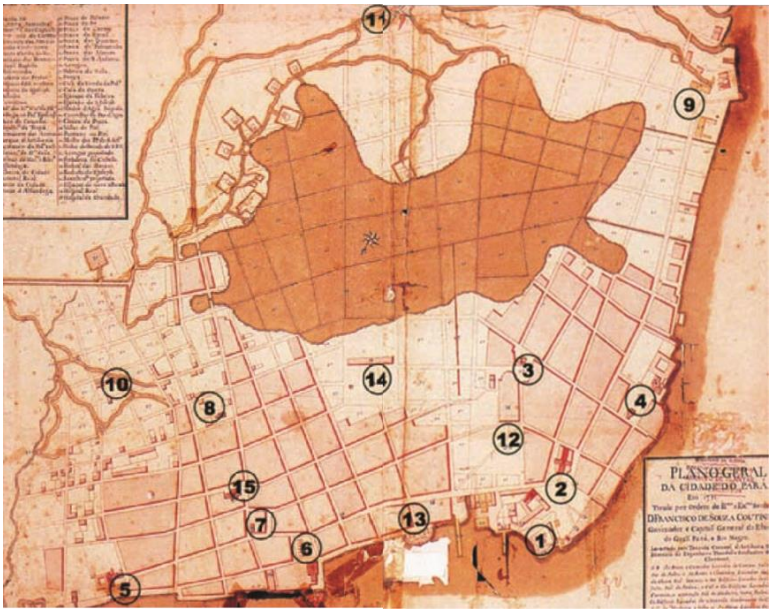


Fonte: Google Earth, adaptado, 2016.

Após a abertura da primeira via partindo do Forte, a Rua do Norte, hoje Rua Siqueira Mendes, outras paralelas foram abertas em seguida formando uma trama radial, tendo o Forte como ponto central gerador. As ruas transversais retratam uma tendência à ortogonalidade, que se perde devido ao padrão radial das primeiras vias, e gera uma grelha deformada, ou *deformed grid*, que, segundo Hillier (1993), é o padrão morfológico mais comum na maioria das cidades não planejadas no mundo. Entretanto, o crescimento desse trecho pioneiro da cidade foi comprometido já que a sul encontrava-se o Lago do Piri (Figura 28) — na área onde hoje localiza-se a Av. Almirante Tamandaré (Figura 29) — o que impediu por muito tempo a expansão naquele sentido. Assim, o crescimento da cidade se deu à nordeste, criando-se os bairros da Campina e posteriormente do Reduto.

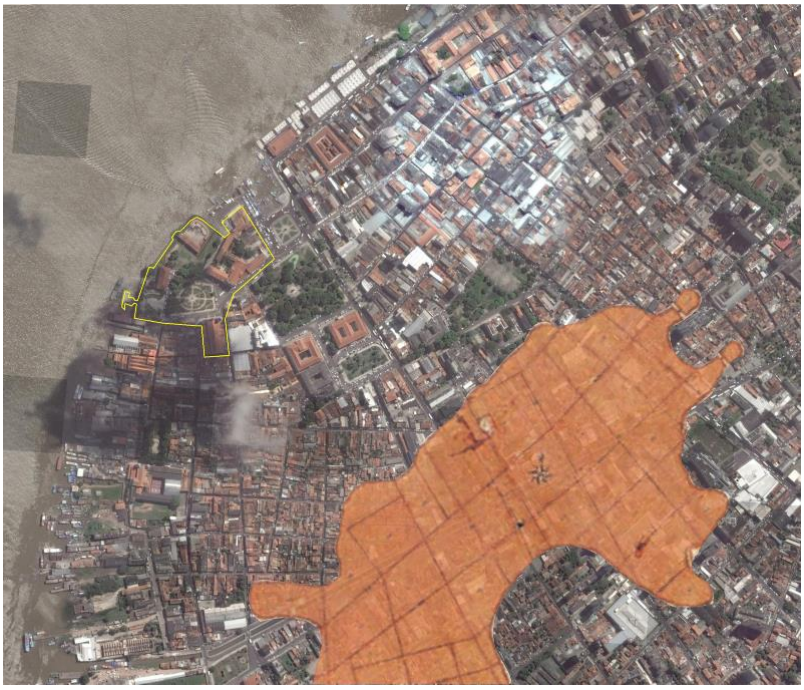
Além do Lago, havia também o igarapé (termo local para riacho) do Piri que desembocava onde hoje é a Doca do Ver-o-Peso, que também interferiu no desenvolvimento da ocupação da cidade, dificultando a continuidade de traçado entre dois trechos de Belém. Observa-se na Figura 28 que havia duas áreas de urbanização estabelecidas em 1971, à direita o bairro da Cidade Velha e à esquerda o bairro da Campina, porém havia um espaço não ocupado entre elas, isso devido ao igarapé que dificultava a conexão. Nota-se que ambos os traçados tendem à ortogonalidade, porém as malhas foram dispostas em sentidos distintos, tornando difícil a conexão. Após o aterramento dos dois corpos d'água no século XIX, foi possível a ocupação da área vazia na imagem 28 e o crescimento a sul, porém a integração do bairro da Campina com primeira porção do bairro da Cidade Velha já havia sido comprometida, já que as vias de ambos os bairros já haviam sido abertas e os traçados não se conectavam.

Figura 28 - "Plano geral da cidade do Pará". Belém, 1791, por Theodósio Chermont. 1- Praça das Armas, 2- Largo da Sé, 3- Largo de São João, 4- Largo do Carmo, 5- Largo de Santo Antônio, 6- Largo das Mercês, 7- Largo da Misericórdia, 8- Largo do Rosário, 9-Largo do Bagé, 10- Largo da Pólvora, 11- Largo de São José, 12- Largo do Palácio, 13Praça do Pelourinho, 14- Largo dos Quartéis, 15- Largo de Sant'Ana.



Fonte: SOARES, 2009.

Figura 29 - Localização aproximada do Lago do Piri hoje se não tivesse sido aterrado.

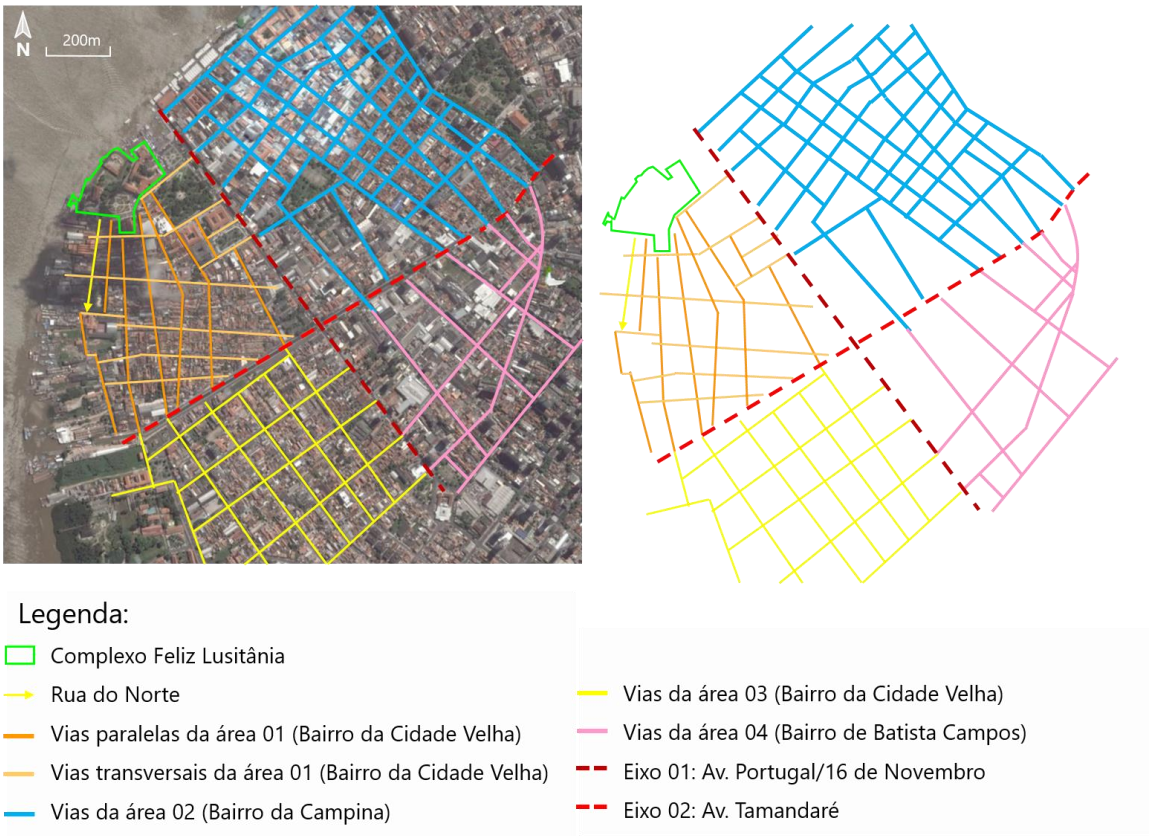


Fonte: Google Earth, 2016, adaptado pela autora a partir da imagem de SOARES, 2009.

O limite do Lago do Piri e o seu igarapé nessa situação de difícil ocupação proporcionaram após o seu aterramento, a criação dois eixos que separam quatro porções distintas do CHB e entorno, referentes a três bairros. Apesar de serem áreas adjacentes entre si, há entre elas variações no traçado, como pode ser visto na Figura 30, delimitadas pelos eixos da Av. Portugal/16 de Novembro (eixo 01) e Av. Alm. Tamandaré (eixo 02). A diferença nos traçados gerou uma quebra nas conexões entre os bairros da Cidade Velha-Campina, Campina-Batista Campos e Cidade Velha-Batista Campos e mesmo no interior do bairro da Cidade Velha. As quatro áreas têm atributos morfológicos diferentes, variando o traçado e o grão das quadras, o que interfere diretamente na integração entre elas. A porção mais antiga do bairro da Cidade Velha é a única das quatro áreas que não tem conexão com o restante do território da cidade senão por meio das duas porções que a circundam, já que está confinada entre os eixos destacados e o rio. Das quatro áreas, serão analisadas apenas três, a porção mais antiga do bairro da Cidade Velha (área 01) e as suas conexões, tanto com a área que compreende o bairro da Campina e do Reduto (área 02) quanto com a sua expansão (área 03). Essa análise do trabalho corrobora e traz elementos mais detalhados sobre o que foi explorado na tese de Lima (2000).

No caso dos dois trechos do bairro da Cidade Velha, a conexão é ainda mais problemática devido ao canal da Av. Almirante Tamandaré que em alguns trechos não permite o cruzamento de uma área para outra. Assim, o trecho pioneiro apresenta uma dificuldade de conexão até hoje e isso é resultado da diferença no sentido dos traçados dos dois bairros.

Figura 30 - Quatro áreas dos bairros da Campina e da Cidade Velha com atributos morfológicos diferentes entre si e problemas de conexão delimitadas pelos dois eixos.

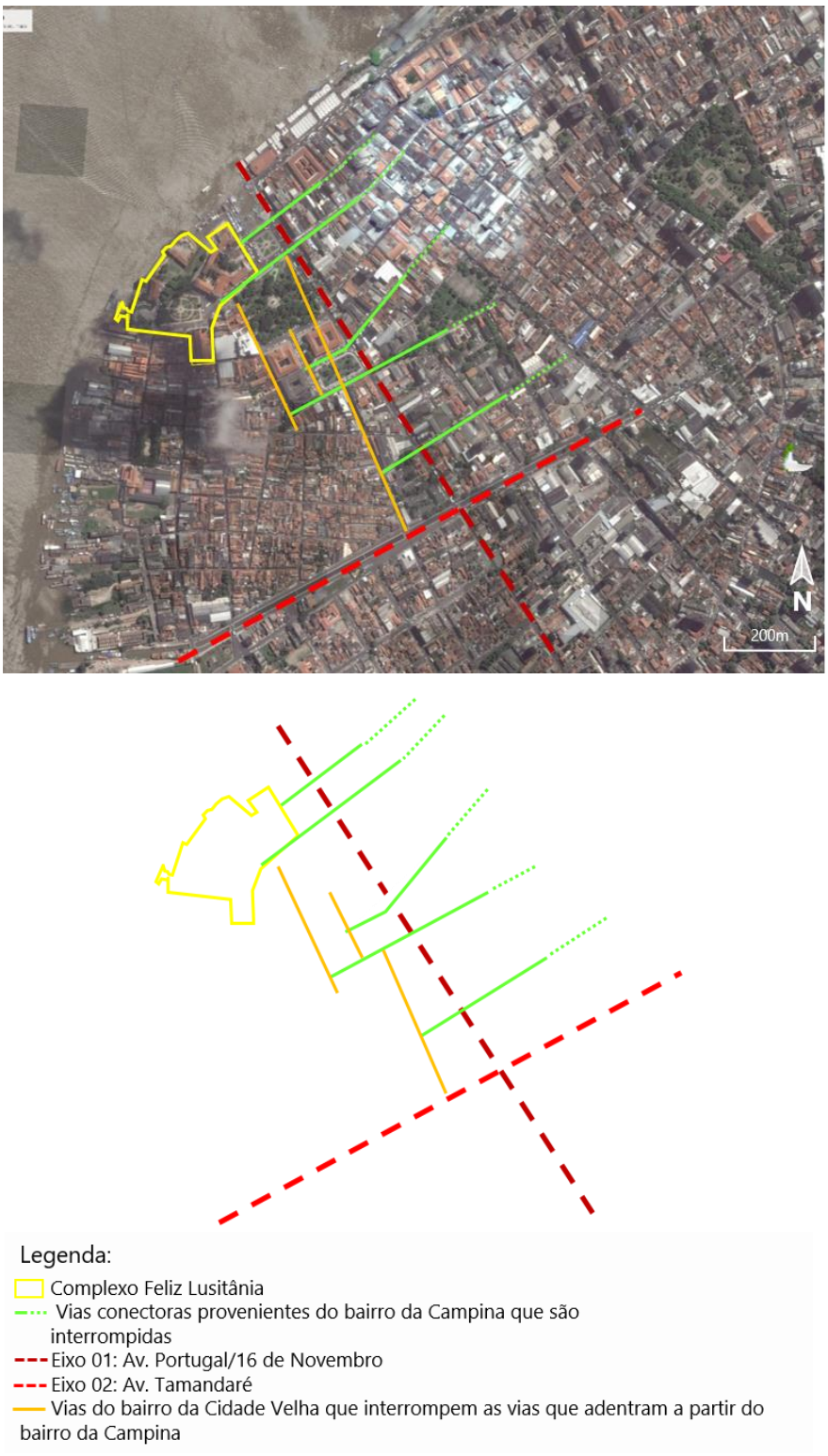


Fonte: Google Earth, adaptado. 2016.

Os bairros da Cidade Velha e da Campina permanecem até hoje com um traçado que tende à ortogonalidade, entretanto, o sentido das vias é diferente, como dito anteriormente. O traçado do trecho pioneiro da Cidade Velha (área 01) é orientado com vias norte-sul/leste-oeste, já o traçado da Campina (área 02) e do trecho mais recente da Cidade Velha (área 03), com vias em sentido nordeste-sudoeste/noroeste-sudeste (Figura 31). Por isso, as vias do bairro da Campina que cruzam o limite entre os bairros não se articulam com as transversais abertas no

bairro da Cidade Velha, sendo interrompidas logo que adentram a porção mais antiga do bairro.

Figura 31 - Diferença de sentido entre os traçados da Campina e da Cidade Velha e interrupção das vias que adentram o bairro pioneiro.

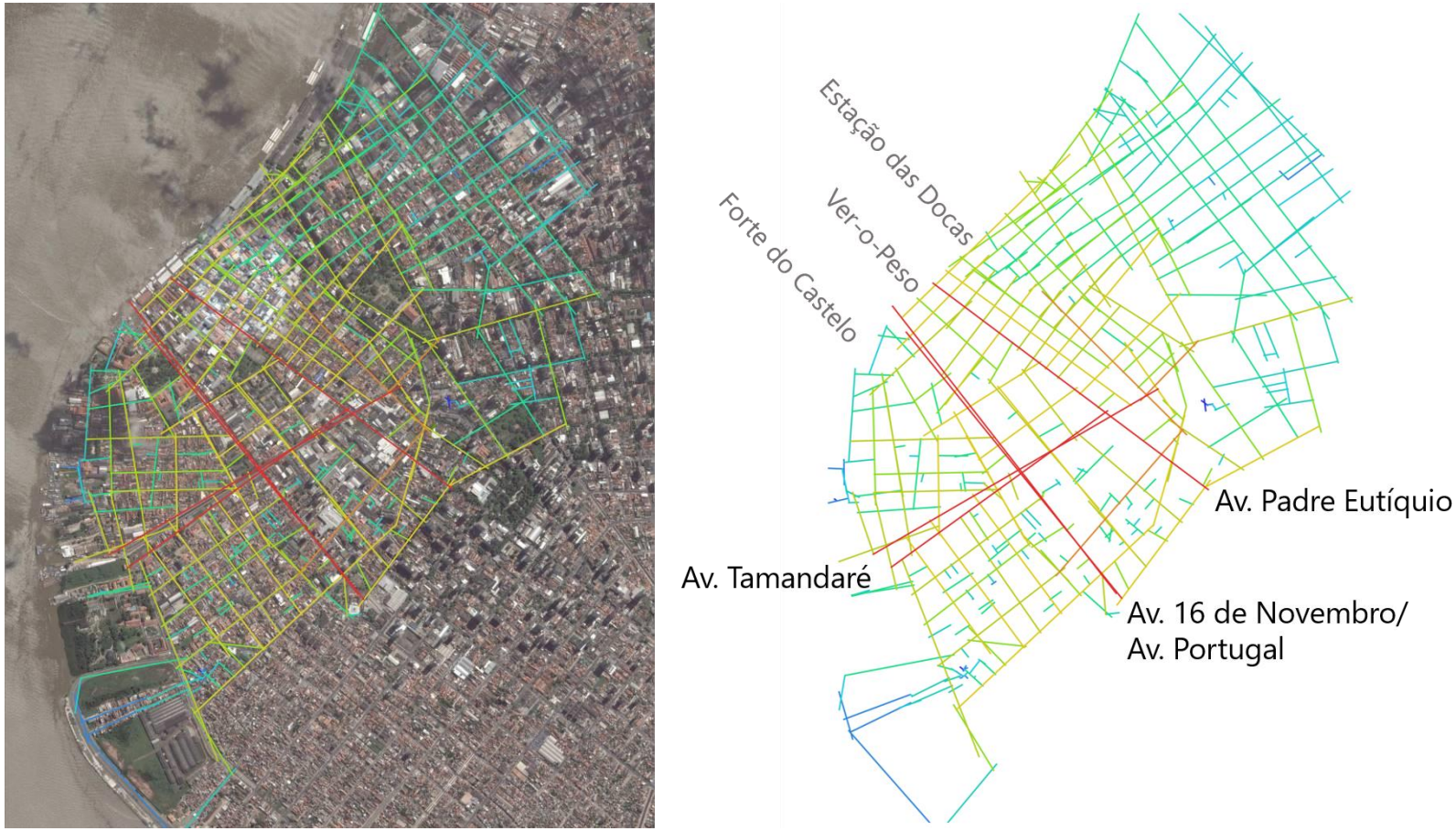


Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2016.

A análise da axialidade da área do CHB e entorno mostra que a área pioneira do bairro da Cidade Velha, delimitada pelos eixos, conforma um núcleo no qual há uma articulação interna, o que corrobora as dificuldades de conexão com os outros trechos adjacentes. Quanto mais próximos à orla, gradualmente os espaços são mais segregados em relação ao sistema como um todo. Nenhum dos espaços representados pelas linhas mais integradas do sistema encontra-se dentro da área 01, os eixos principais, em conjunto com a Av. Padre Eutíquio, estão fora da área mais antiga, localizando-se nas suas fronteiras (Figura 32). Isso se dá possivelmente porque o traçado desse trecho foi o que historicamente menos se conectou ao seu entorno, e os eixos 01 e 02 são os espaços que permitem essa conexão, sendo assim, os mais integrados do sistema.

O trecho que compreende o bairro da Campina e do Reduto tem uma articulação interna mais eficiente, já que o traçado conforma uma grelha menos deformada que a da Cidade Velha por não se organizar a partir de um traçado radial. Além disso, os traçados desses bairros têm continuidade e garantem a sua articulação com os outros bairros à nordeste, ou seja, com parte do resto da cidade (Figura 32). Os espaços representados por linhas do bairro do Reduto, que se mostram como algumas das mais segregadas no sistema, têm uma forte integração com o bairro Umarizal, localizado mais a nordeste que não se inclui neste estudo.

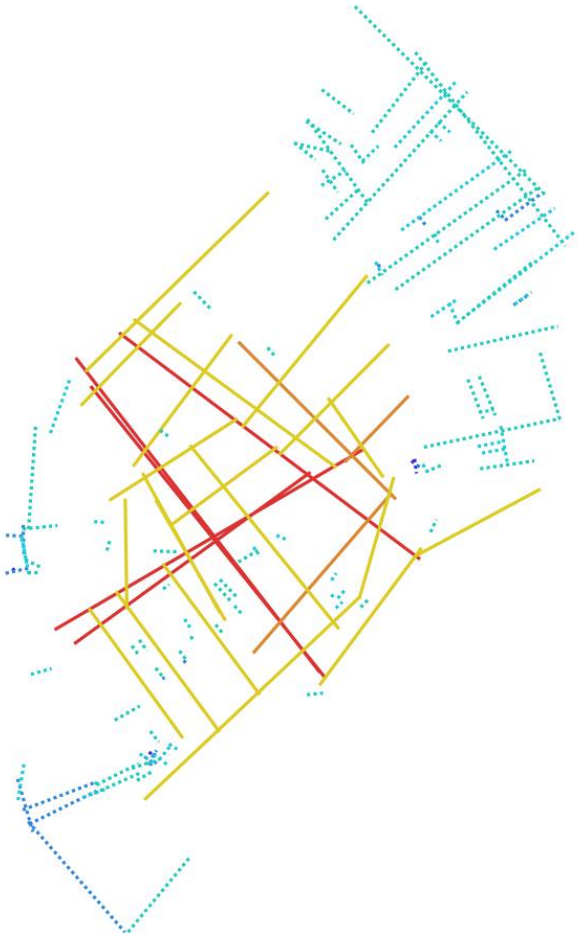
Figura 32 – Mapa axial considerando a medida de integração global do sistema (Rn), com e sem imagem de satélite como base.



Fonte: Google Earth, 2016, e cartografia, processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

O núcleo integrador formado por 10% dos espaços representados pelas linhas mais integradas em contraste com 40% dos espaços representados pelas linhas mais segregadas mostra a existência de uma região central integradora entre os dois bairros que não se faz presente no trecho pioneiro do bairro da Cidade Velha (**Erro! Autoreferência de indicador não válida.**). Importante destacar que a maior concentração de espaços mais segregados se localiza no bairro do Reduto, porém, como já dito, há uma continuidade de seu traçado a nordeste, logo esse caráter segregador mostraria alterações de acessibilidade caso fosse analisado em conjunto com o restante da cidade. Além disso, as vias localizadas mais próximas à orla na porção mais antiga do bairro da Cidade Velha também se enquadram nesses 40% de linhas mais segregadas, ratificando o que já havia sido discutido acima.

Figura 33 - Núcleo formado por 10% das linhas mais integradas em contraste com os 40% das linhas mais segregadas.



Fonte: Cartografia, processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Dessa forma, a área mais antiga do bairro da Cidade Velha, ocupação pioneira da cidade, acabou sendo isolada do seu entorno devido a configuração espacial que se desenvolveu ao longo da ocupação do território, fato que se deve principalmente à localização do Lago do Piri e de seu igarapé que desembocava onde hoje é a doca do Ver-o-Peso. É possível que esse isolamento combinado à diferença de usos entre o bairro da Campina e bairro da Cidade Velha tenha desencadeada a diferença de acessibilidade entre os dois bairros. Enquanto aproximadamente metade do território do bairro da Campina seja constantemente movimentada no horário comercial, nas ruas do bairro da Cidade Velha, onde há atualmente um predomínio do uso residencial, há apenas alguns “focos” de movimento intenso, normalmente

nos arredores de instituições públicas ali instaladas, porém um movimento muito mais baixo que aquele observado nas ruas do bairro da Campina.

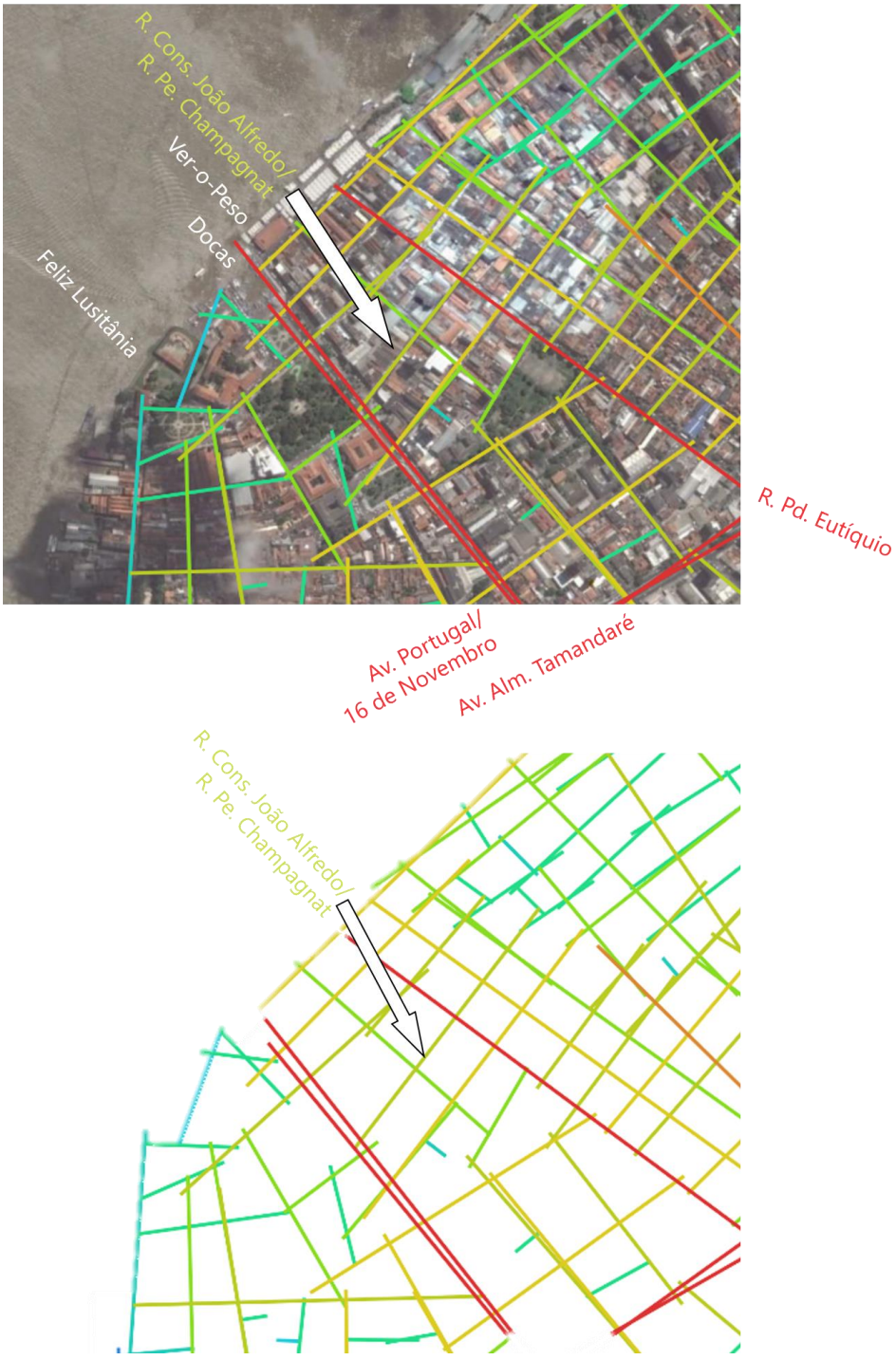
A frequência de pessoas nos espaços do Complexo Feliz Lusitânia é muito menor quando comparada ao vizinho Ver-o-Peso, por onde circulam aproximadamente 8 mil pessoas por dia (PEREIRA, 2015). Há movimentação no Complexo, bem como em alguns pontos da Cidade Velha, e uma alta demanda para estacionamento público, porém a quantidade de pedestres é muito mais baixa. A forma com que os traçados se desenvolveram ao redor do Forte, uma edificação bastante fechada e de grandes dimensões, tornou difícil a integração entre as áreas nos arredores do Complexo Feliz Lusitânia. Mais agravante ainda é o fechamento do Forte por meio de um portão para a Feira do Açaí, o que gera uma interrupção literal e deliberada, reforçando a segregação do Complexo e do Forte.

Já no bairro da Campina, onde há uma frequência muito alta de pedestres e veículos, destaca-se que um importante binário de tráfego se sobrepõe aos espaços mais integrados do recorte. Os atributos morfológicos da Av. Padre Eutíquio, que corta o bairro, e da Av. Portugal/16 de Novembro levam a funcionalização do tráfego por meio de um binário de acesso ao Comércio e ao Ver-o-Peso. A primeira via do binário tem o sentido cidade-rio e corta a área do Comércio, sendo uma opção de acesso muito comum para os frequentadores da região; já a outra via, a Av. Portugal/16 de Novembro tem o sentido rio-cidade, localiza-se na fronteira entre os dois bairros. Ambas têm intensa movimentação de veículos particulares, ônibus e pedestres diariamente.

O único espaço que conecta diretamente o bairro da Campina com a Praça Dom Frei Caetano Brandão, centro do Complexo Feliz Lusitânia, é o da Rua Conselheiro João Alfredo que, ao cruzar o eixo da Av. Portugal, troca de nome e passa a se chamar Rua Padre Champagnat. Tal eixo é o que apresenta maior índice de integração global (Rn) do sistema, dentre todas as

linhas que dão acesso ao Complexo. As vias que dão acesso ao Complexo, assim como as outras do bairro, sofrem uma queda gradativa no índice de integração conforme vão se aproximando do rio, o que faz com que os eixos que conformam o Feliz Lusitânia sejam pouco integrados. Tal situação, entretanto, não se repete no bairro da Campina, onde há uma variação de integração e uma distribuição mais homogênea de eixos mais integrados e eixos mais segregados (Figura 34).

Figura 34 - Diferença no padrão de linhas integração do Complexo Feliz Lusitânia, onde há um gradativo decréscimo na integração conforme se aproxima da orla, e do bairro da Campina, onde esse decréscimo não ocorre. Destaque para a via R. Conselheiro João Alfredo/ R. Padre Champagnat que é a única a dar acesso do bairro da Campina ao Complexo Feliz Lusitânia.

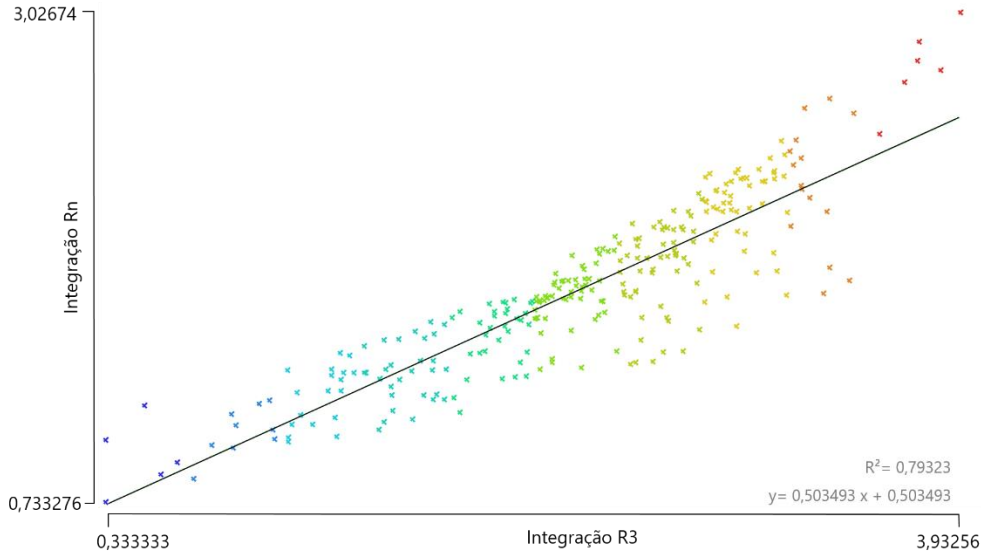


Fonte: Google Earth, 2016, processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Na Figura 35 é possível observar uma correlação clara entre a integração local (R3) e a integração global (Rn). As linhas mais integradas

localmente tendem a ser as mais integradas globalmente. Assim, a inteligibilidade do recorte apresenta um coeficiente de 0,79, o que consta como uma alta inteligibilidade, ou seja, o recorte apresenta uma leitura e um entendimento do traçado acessíveis não apenas para os moradores, mas também para quem vem de fora. Esse é um aspecto que aumenta o potencial de co-presença no espaço ao facilitar o encontro e mesmo a convivência entre moradores e visitantes.

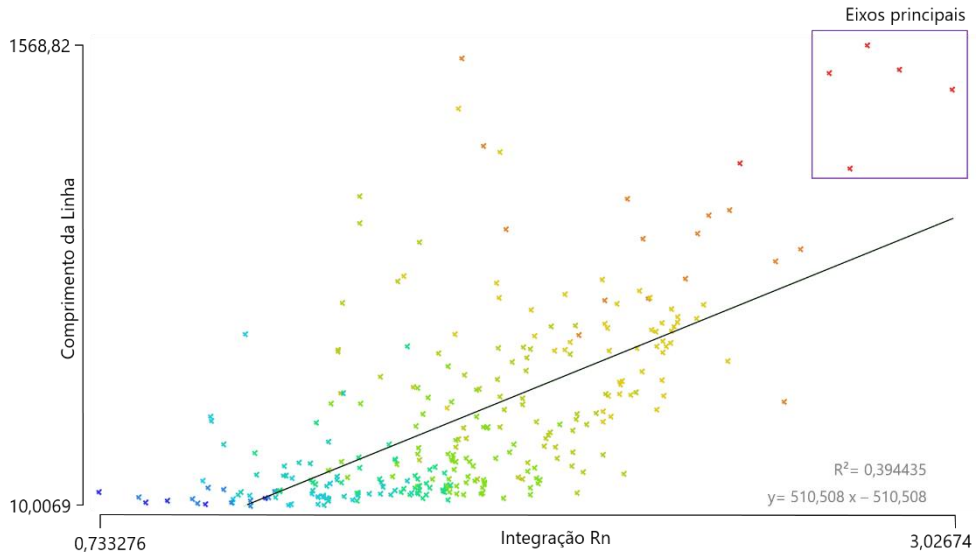
Figura 35 - Gráfico de inteligibilidade da área.



Fonte: Processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

A Figura 36 mostra que há uma tendência, porém, não muito forte entre os dois atributos contrapostos, pois algumas linhas bastante longas apresentam uma integração mediana, enquanto algumas de integração razoavelmente altas, são curtas. Isso demonstra que nem sempre o alto comprimento das linhas axiais determina a sua alta integração. Entretanto, nesse caso, as linhas mais integradas discutidas anteriormente (espaços da vias Av. Portugal/16 de Novembro; Av. Alm. Tamandaré; Rua Pe. Eutíquio), conformados no mapa por 5 linhas axiais, encontram-se entre as dez linhas mais longas do recorte, seguindo a tendência.

Figura 36 - Gráfico de correlação entre o comprimento das linhas axiais e a sua integração global.



Fonte: Processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Assim, foi possível compreender as características morfológicas do CHB e entorno e o seu desenvolvimento e crescimento histórico, no qual o Complexo Feliz Lusitânia tem um papel fundamental. Nota-se que o trecho onde o Complexo se localiza tem algumas características que o diferenciam das outras áreas do CHB e entorno e que interferem diretamente na sua integração e, portanto, no seu potencial em atrair pessoas e movimento. Além disso, devido ao fato de ter um uso predominantemente residencial e por ser uma área histórica protegida, pioneira e de ocupação lusitana, não conta com edificações altas por isso é pouco adensada demograficamente.

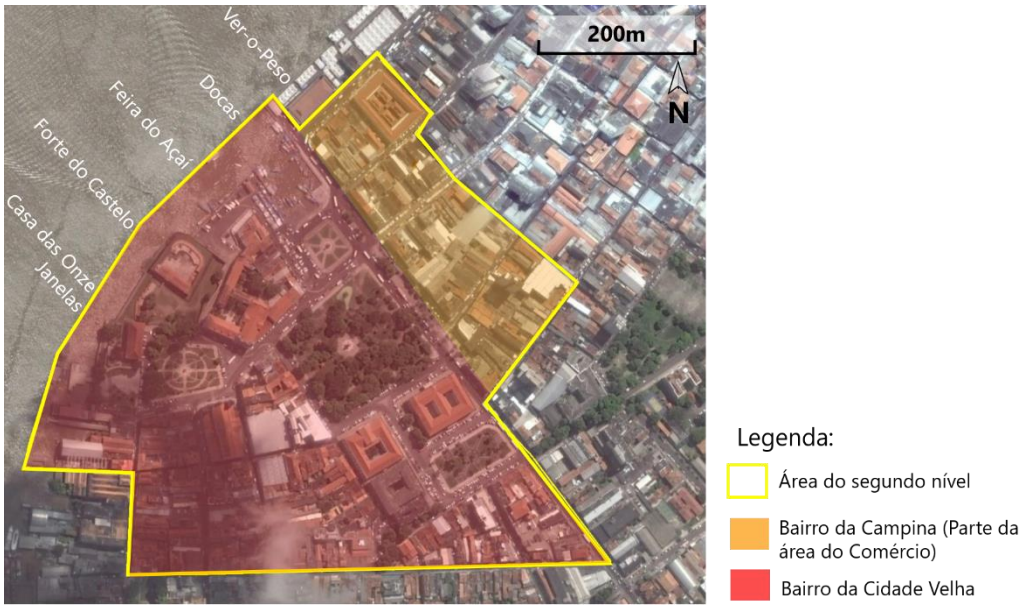
Por outro lado, o bairro adjacente, bairro da Campina, é extremamente integrado, com alta articulação de seus espaços internos e com outras áreas da cidade. Os usos do solo também se diferenciam bastante, sendo um bairro com caráter muito mais comercial e de uso misto e mais adensado que a Cidade Velha. Apesar de também ser um bairro histórico e tombado tem edificações mais altas e abriga a Feira do Ver-o-Peso que atrai, como já foi dito, aproximadamente 8 mil pessoas/dia. No caso em questão, a análise da morfologia revela uma maior integração nas áreas com usos mais comerciais e menor integração em áreas residenciais, assim como Hillier e Hanson afirmam na teoria da SE ao dizer que as escolhas locacionais de usos que

dependem de movimento (como estabelecimentos comerciais) são consequências diretas da configuração dos espaços da cidade.

3.2. Segundo nível de análise:

O segundo nível de análise trata do entorno imediato do Complexo Feliz Lusitânia, englobando trechos da área pioneira do bairro da Cidade Velha e do bairro da Campina (Figura 37). Nesse nível são feitas análises com base em técnicas de axialidade e convexidade dos trechos urbanos considerando também atributos que envolvem a constitutividade dos seus espaços. Considerou-se a escala do pedestre, devido às áreas livres da COJFC e a Praça Dom Frei Caetano Brandão serem espaços exclusivos para pedestres.

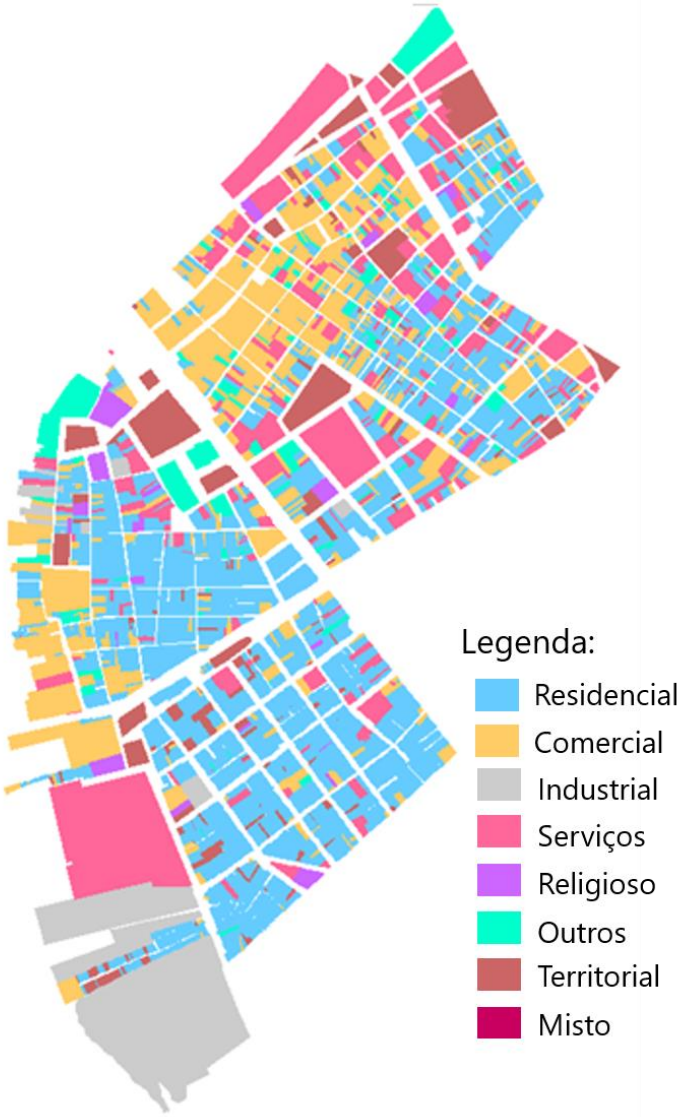
Figura 37 - Área ampla do segundo nível de análise, incluindo trechos do bairro da Campina e da Cidade Velha.



Fonte: Google Earth, 2016, adaptado.

No que diz respeito ao uso do solo nos dois bairros (Figura 38), na Cidade Velha há o predomínio do uso residencial, com uma concentração de comércio apenas nos lotes localizados na orla. O recorte delimitado para a análise do segundo nível é o trecho do bairro que apresenta usos mais variados, como uso religioso, comercial e de serviços além do residencial, especialmente na área de fronteira com o bairro da Campina. Já o bairro da Campina apresenta usos do solo mais variados, sendo bastante alta a ocorrência do uso comercial no trecho conhecido como “Comércio”, mas também são comuns os usos de serviços e residencial.

Figura 38 - Distribuição do Uso do Solo nos bairros da Cidade Velha e Campina.



Fonte: Cadastro Técnico Multifinalitário, 2000.

Como mencionado anteriormente, o Complexo Feliz Lusitânia localiza-se próximo a uma área muito movimentada do bairro da Campina, na qual encontra-se o Comércio e o Ver-o-Peso, entretanto a sua dinâmica é muito diferente da encontrada naqueles espaços vizinhos. O Complexo e o seu entorno no bairro da Cidade Velha constituem uma área onde predomina a presença de museus (Figura 39a), edificações religiosas, restaurantes, e instituições públicas, como a Prefeitura de Belém, o Ministério Público e o Fórum Cível (Figura 39b), além de algumas habitações. Há uma alta demanda

de estacionamento na cidade Velha, porém a quantidade de pessoas é menor.

Figura 39 - a. Museu Histórico do Estado do Pará (MHEP); b. Fórum cível.

Fonte: Autora, 2016.

Além disso, nesse recorte encontram-se quatro importantes praças da cidade, a Praça Frei Caetano Brandão, a Praça do Relógio (na frente das docas do Ver-o-Peso) (Figura 40), a Praça Dom Pedro II (em frente à Praça do Relógio) (Figura 41) e a Praça Felipe Patroni. Tais usos atraem pessoas, mas atraem menos pedestres que os usos comerciais do bairro da Campina, com exceção da Praça D. Pedro II que se localiza na fronteira entre os dois bairros e conta com um ponto de ônibus. Quanto mais próximo ao bairro da Campina, mais há movimento.

Figura 40 - Praça do Relógio e ao fundo as Docas do Ver-o-Peso.

Fonte: Autora, 2016.

Figura 41 - Praça D. Pedro II onde localiza-se um ponto de ônibus que concentra muitas pessoas.

Fonte: Autora, 2016.

3.2.1. Análise Axial

Sobre as análises da morfologia da área, a análise axial foi feita em dois cenários: considerando apenas os acessos que funcionam com mais frequência (pelo portal do Forte e pelo Recanto das Amazonas, onde localiza-se o espelho d'água, todos dentro do Complexo Feliz Lusitânia) e considerando todos os acessos das áreas livres da COJFC abertos (os acessos citados e mais: um acesso de serviço, o acesso que dá para a Feira do Açaí e o acesso que cruza o interior da Casa das Onze Janelas).

Os mapas axiais, quando apresentando a integração global do sistema, demonstram importantes diferenças entre as duas situações. No cenário 01,

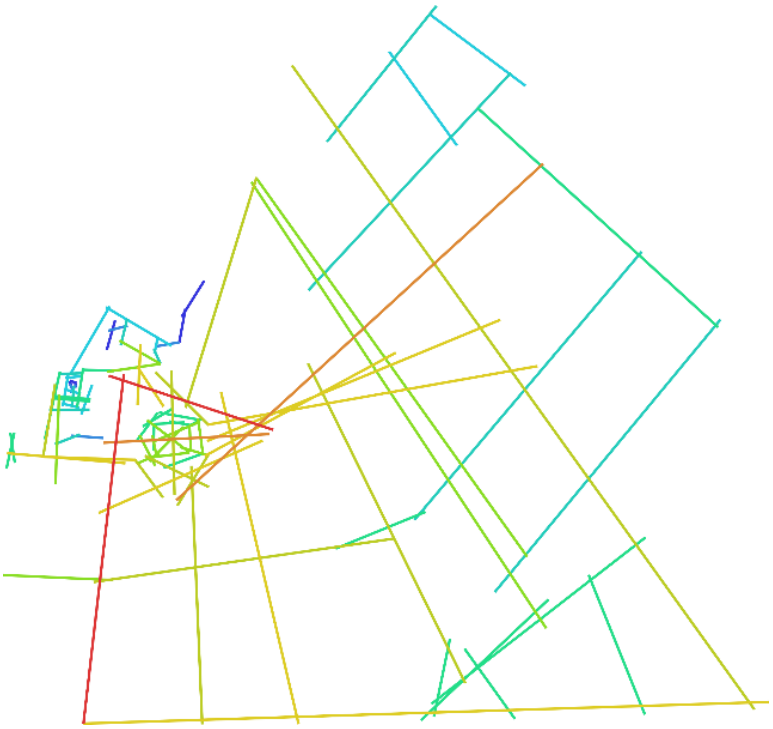
Figura 42, estão sendo considerados apenas os acessos mais comuns no uso cotidiano. Os espaços mais integrados nesse caso são os que conectam os dois bairros passando pelo Complexo, onde fica a Rua Conselheiro João Alfredo/Padre Champagnat, a única via a fazer uma ligação direta entre o bairro da Campina e o Complexo Feliz Lusitânia. O espaço da rua corresponde ao quarto mais integrado do sistema, seguido por três outros localizados na Praça Dom Frei Caetano Brandão e seus arredores.

Já no cenário 02, Figura 43, considera-se abertos todos os acessos existentes nas áreas livres da COJFC. Os dois espaços mais integrados localizam-se em uma das laterais da Praça, cruzam a Casa das Onze Janelas e chegam ao pátio da Casa, aumentando a integração das áreas livres da COJFC e o seu potencial de atração de pessoas. Esse acesso depende do horário de funcionamento do museu e de algumas exceções de uso da Casa. O espaço da Rua Conselheiro João Alfredo/ Padre Champagnat passa a ser o terceiro mais integrado, reforçando o seu potencial como integrador dos dois bairros.

Ao mesmo tempo em que existe um aumento no potencial integrador de algumas áreas, em ambos os cenários muitos dos espaços menos integrados encontram-se nas áreas livres da COJFC. Ao isolar apenas 40% das linhas menos integradas do total, observa-se que no primeiro cenário, 66% delas estão nas áreas livres da COJFC, ou seja as 09 linhas (espaços) menos integradas de todo o sistema localizam-se no objeto de estudo. Apesar do aumento no potencial de integração dessas áreas, no segundo cenário, ao serem isoladas 40% das linhas menos integradas de todo o sistema, o objeto de estudo continua abrigando 64% delas, diminuindo a quantidade em apenas 02% se comparado ao mapa anterior.

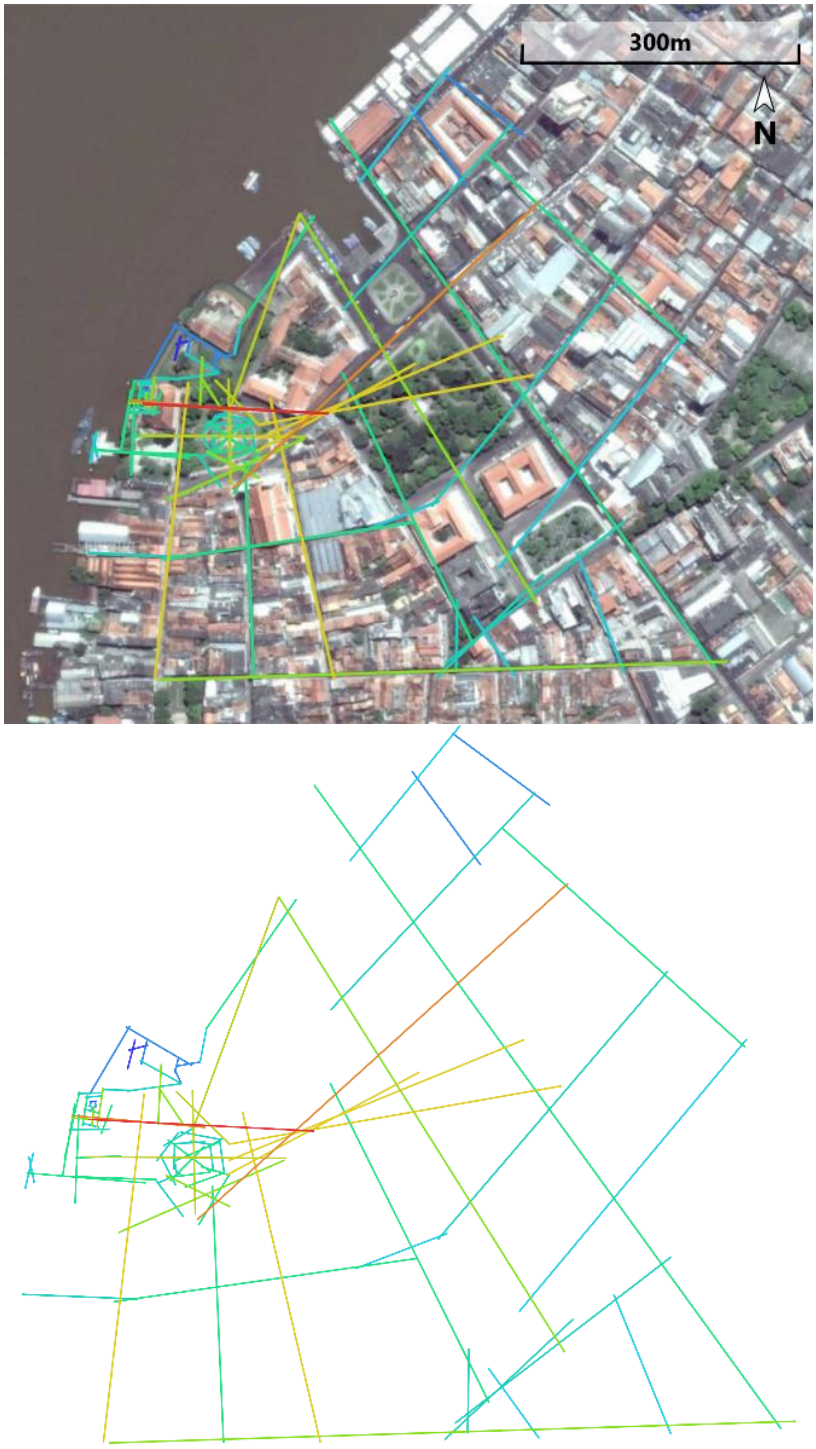
Por outro lado, na Figura 44 foram isoladas 10% das linhas mais integradas do total no primeiro cenário, apenas 11% localizam-se nas áreas livres do Forte e da Casa; em números absolutos, apenas um espaço dentre os nove mais integrados. Ao mesmo tempo, os três espaços mais integrados são as vias adjacentes a Praça e os que possibilitam o acesso as áreas livres da COJFC. Observa-se assim que a mudança no padrão morfológico entre a área externa e as áreas livres da COJFC gera uma mudança significativa dos atributos sintáticos no que diz respeito à integração dos espaços entre o entorno do objeto e seu interior.

Figura 42 - a. Mapa axial de integração global da área analisada sobre imagem de satélite, considerando os acessos abertos por mais tempo (cenário 01); b. Mapa axial de integração global da mesma situação.



Fonte: a. Google, 2016, adaptado; b. Processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Figura 43 - a. Mapa axial de integração global da área analisada sobre imagem de satélite, considerando todos os acessos abertos (cenário 02); b. Mapa axial de integração global da mesma situação.



Fonte: a. Google, 2016, adaptado; b. Processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Figura 44 – Contraste entre 10% das linhas mais integradas em tons quentes e 40% de linhas menos integradas em tons frios tracejados com os acessos abertos por mais tempo.

Fonte: CODEM, 2000, processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Figura 45 - Contraste entre 10% das linhas mais integradas em tons quentes e 40% de linhas menos integradas em tons frios tracejados com todos os acessos em potencial.

Fonte: CODEM, 2000, processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Em contrapartida, no cenário 02, Figura 45, considerando todos os acessos abertos, os dois espaços mais integrados do sistema incluem, como espaços de acesso, ambientes do interior da Casa das Onze Janelas. Assim, ao serem isoladas 10% das linhas mais integradas, é possível observar que 22% delas encontram-se no objeto de estudo, o dobro da situação anterior. Apesar de no segundo cenário as linhas mais integradas adentrarem e incluírem as áreas livres da COJFC, lá continua a maior parte dos espaços menos integrados. A morfologia das áreas livres da COJFC torna-as muito pouco integrada, tanto ao sistema como um todo devido à quebra de continuidade com o traçado externo, quanto entre os seus espaços internos onde as opções de caminhos previstos no projeto são pouco articuladas (Figura 46).

Figura 46 – Destaca-se o traçado definido em projeto com áreas gramadas não acessíveis conferindo ao espaço um baixo índice de integração.

Fonte: Autora, 2016.

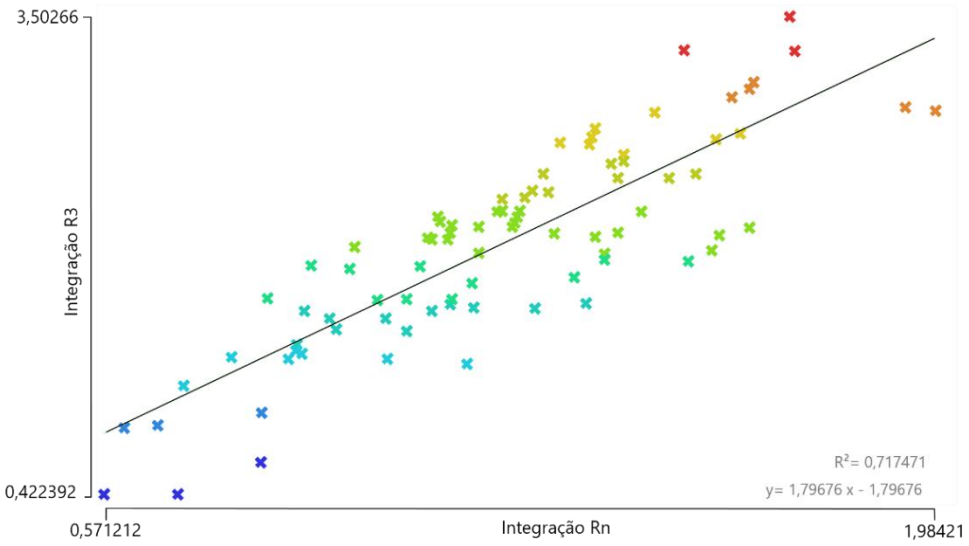
A integração local no cenário 02 mostra que a integração interna do objeto de estudo é baixa, devido às diferenças de nível e aos caminhos predeterminados, o que resulta, em parte, das restrições que são impostas ao acesso das áreas gramadas. Mesmo com todos os acessos existentes abertos, certas áreas como partes do pátio da Casa das Onze Janelas e principalmente as áreas livres do Forte, constituem as linhas menos integradas do sistema, representados pelas linhas de menor valor (Figura 47).

Figura 47 – Recorte das áreas livres da COJFC no mapa axial de integração local (R3) da área analisada considerando todos os acessos em potencial.

Fonte: CODEM, 2000, processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

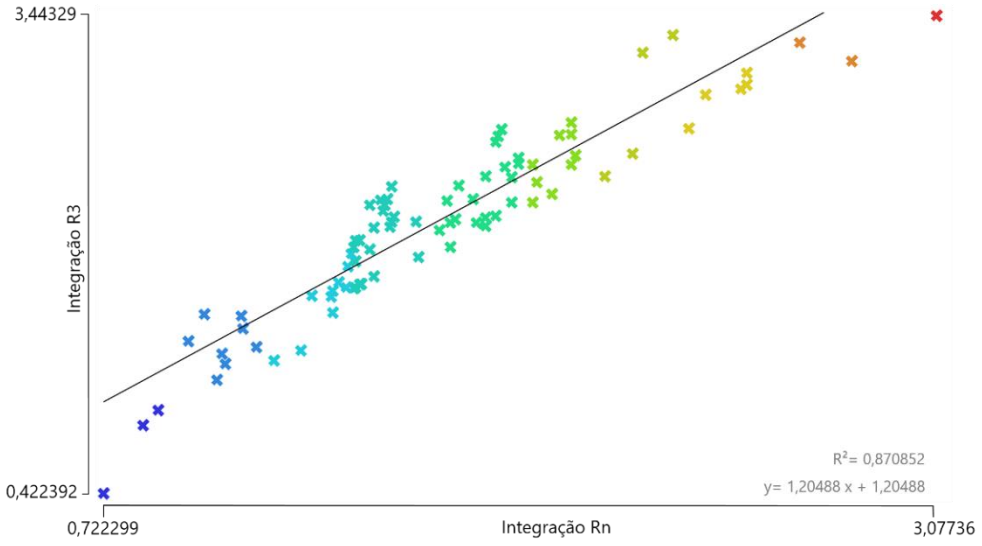
No primeiro cenário, a correlação entre a integração global e a integração local (R3) reflete uma inteligibilidade relativamente alta de 0,72 (Figura 48), porém mais baixa que a alcançada no primeiro nível, de 0,79. Ainda assim, o ambiente ainda mostra um potencial razoável para a convivência entre locais e estranhos. Já no segundo cenário, o gráfico da correlação entre integração global e local (R3) demonstra uma alta inteligibilidade com coeficiente de 0,87 (Figura 49), um aumento relevante com relação ao cenário 01. Tal configuração tornaria o espaço potencialmente mais atrativo para estranhos, aumentando a probabilidade de co-presença entre habitantes da área e pessoas de fora.

Figura 48 - Gráfico demonstrando a inteligibilidade da área no cenário 01.



Fonte: processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Figura 49 - Gráfico demonstrando a inteligibilidade da área, no cenário 02.



Fonte: processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

Assim, a abertura dos acessos comumente fechados poderia aumentar o potencial do espaço em atrair pessoas e, mais do que isso, poderia aumentar também a inteligibilidade do espaço, proporcionando maior orientabilidade para visitantes. O acesso mais relevante no aspecto da integração dos espaços, que corta a Casa das Onze Janelas, é utilizado na prática, porém em horários de funcionamento do museu ali localizado.

3.2.2. Os Espaços Convexos

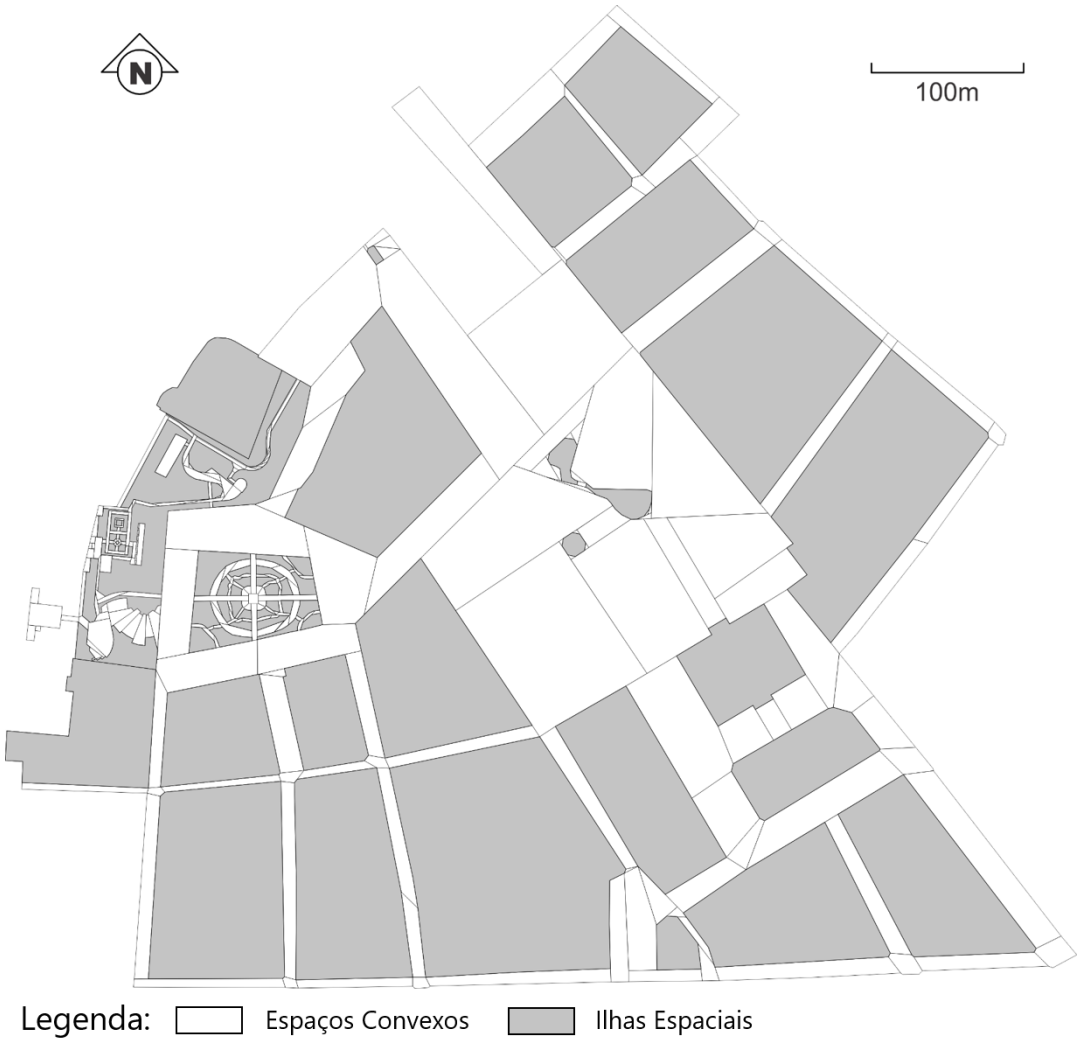
Enquanto método de análise da Sintaxe Espacial, os espaços convexos do recorte de uma porção urbana se distribuem no espaço levando em consideração as possibilidades de acesso dos pedestres. Qualquer obstáculo que impeça a passagem é demarcado como ilha espacial, desde massas construídas até espelhos d'água e arbustos. No caso das áreas livres da COJFC, um obstáculo, que normalmente não funciona como uma barreira física, se mostra de grande importância no uso do espaço pelos pedestres e por isso foi considerado na constituição das ilhas espaciais: a proibição de pisar na grama.

Assim, as ilhas espaciais e os espaços convexos das áreas livres da COJFC foram definidos a partir dessas restrições de acesso aos pedestres, resultando no mapa ilustrado na Figura 50. É claramente forte o contraste entre os espaços convexos das áreas livres da COJFC e do seu entorno. O espaço convexo médio do entorno é de 643,10 m^2 em comparação com 35,94 m^2 das áreas livres da COJFC. Os espaços convexos menores são mais potencialmente atrativos para a co-presença, pois permitem uma maior aproximação e interação entre as pessoas, entretanto outro aspecto também bastante contrastante entre as duas áreas faz esse potencial cair: a constitutividade dos espaços convexos.

O entorno das áreas livres da COJFC é constituído de áreas predominantemente residenciais e comerciais, com edificações históricas do período colonial, o que resulta numa quantidade alta de portas voltadas para as vias (REIS FILHO, 1978). Enquanto o entorno possui uma média 6,64 portas por espaço convexo, as das áreas livres da COJFC possuem 0,09, somando

ao todo 10 portas. A quantidade de portas é relevante pois aumenta as possibilidades de pessoas adentrarem aquele espaço convexo, fazendo com que o espaço seja potencialmente mais propenso a ter uma alta co-presença.

Figura 50 - Mapa com demarcação dos espaços convexos e ilhas espaciais.



Fonte: CODEM, 2000, processado pelo DepthMapX e adaptado pela autora, 2016.

A morfologia do projeto desenvolvido para as áreas livres da COJFC, portanto, tem um peso significativo em diversos aspectos sintáticos da área quando analisada como um todo. Por isso, de modo a mensurar o peso desse contraste no espaço, algumas características sintáticas foram selecionadas para comparar as duas áreas, tanto no que diz respeito aos atributos analisados por meio da axialidade quanto pela convexidade. Para a análise comparativa, foram utilizados alguns índices e pesos propostos por Holanda

(1989), a partir dos quais os espaços são classificados em três categorias: espaços robustos, que são espaços com atributos que potencializam a co-presença; espaços restritivos, que ao contrário, têm atributos de baixo potencial de co-presença e espaços ambivalentes, com características intermediárias. Segundo Holanda (1989), as *morfologias de robustez* potencializam a produção de práticas sociais autogestionadas, enquanto que as *morfologias de restrição* potencializam a reprodução de relações sociais hierarquizadas (Anexo).

Tabela 1 – Comparação dos atributos morfológicos dos três recortes analisados, a área total, as áreas livres da COJFC (objeto) e o seu entorno.

ATRIBUTOS		PESO	DADOS		
			TOTAL	OBJETO	ENTORNO
01	% DO ESPAÇO ABERTO/ ESPAÇO TOTAL	3	42,03%	66,52%	42,94%
02	ESPAÇO CONVEXO MÉDIO	2	406,27 m^2	35,94 m^2	643,10 m^2
03	Nº DE PORTAS/ Nº DE ESPAÇOS CONVEXOS	1	4,089	0,09	6,64
04	% ESPAÇOS CONVEXOS COM 0 PORTA	3	69,50%	93,64%	54,07%
05	ÁREA DOS ESPAÇOS CONVEXOS/ Nº DE PORTAS	3	99,36 m^2	395,36m^2	96,77m^2
06	PERÍMETRO MÉDIO DAS ILHAS ESPACIAIS/ Nº DE PORTAS	2	8,96m	221,93m	7,10m
07	AXIALIDADE DA TRAMA	1	0,23	0,43	00,29
08	ASSIMETRIA RELATIVA REAL	3	0,92	1,81	00,91

Fonte: Dados coletados a partir observações em campo e análises cartográficas baseadas na metodologia de Holanda (1989).

O primeiro item da Tabela 1 trata do tamanho dos espaços abertos sobre o espaço total analisado, com o objetivo de identificar se há uma predominância de domínio na escala global ou local. É comum que os espaços convexos se sobreponham a toda a extensão dos espaços abertos, já que os espaços de ruas e praças normalmente são livres ao acesso da população. O caso em questão se diferencia nesse aspecto pelo fato das áreas livres da COJFC contarem com uma quantidade muito alta de espaços abertos não acessíveis aos usuários, devido às regras de uso.

No caso de situações com muitos espaços abertos, por mais que não acessíveis, há um domínio local muito forte, o que torna o espaço mais propício a relações sociais hierarquizadas, como o controle de usuários por

seguranças, o que acontece no espaço em questão. Esse tipo de espaço é chamado de paisagem de objetos (HOLANDA, 2002). Quanto maior a proporção entre os espaços abertos e o espaço total do lugar, mais restrito, e, por isso, ele é menos robusto.

O tamanho médio dos espaços convexos demonstra o potencial do lugar em agregar os usuários e os passantes. Locais com espaço convexo médio pequeno têm mais potencial de abrigar relações casuais cotidianas, como encontros entre vizinhos, conhecidos, clientes e vendedores, etc., enquanto que espaços convexos maiores são mais explorados em situações formais, como grandes eventos. É o que acontece nas vias que encerram a Praça Dom Frei Caetano Brandão, cujo espaço convexo médio é de 1804,09 m^2 e se constitui como trecho importante da cidade durante as procissões do Círio de Nazaré (Figura 51). Nas áreas livres da COJFC o espaço convexo médio é bem pequeno, 35,94m^2, em contraste com o tamanho dos espaços abertos, resultado das restrições de acesso aos usuários. Na praça não há restrição normativa alguma de acesso às áreas gramadas, porém, devido a existência de caminhos sinuosos, um cercado baixo e arbustos sugerindo o não acesso à grama, essas áreas só são utilizadas efetivamente na ocorrência de eventos, como na Figura 51. Por isso, os espaços convexos foram determinados de acordo com o traçado determinado no projeto. Dessa forma, assim como nas áreas livres da COJFC, o espaço convexo médio da Praça é também baixo, 24,64 m^2, ambos se distinguindo dos espaços convexos das outras áreas, cuja média é de 1009,60m^2.

Figura 51 - Início da procissão do Círio de Nazaré de 2015 na Praça Dom Frei Caetano Brandão que reune mais de 2 milhões de pessoas.

Fonte: Transmissão da TV Liberal (TRECHO, 2015).

A presença de portas nos espaços convexos aumenta o seu potencial para co-presença ao gerar mais possibilidade de pessoas acessarem esses espaços. Assim, quanto maior a proporção entre espaços convexos e o número de portas maior o seu potencial de receber pessoas, ao contrário de espaços cegos. Quanto mais portas, mais robusto é o espaço, quanto menos, mais restrito. Além disso, principalmente em espaços residenciais, as portas potencializam uma maior tendência de encontro entre habitantes e passantes pelos movimentos de entrada e saída dos edifícios. O recorte analisado tem uma arquitetura predominantemente colonial, o que conta com a existência de um alto número de portas por face de quadra. O entorno das áreas livres da COJFC apresenta uma média de 06,64 portas por espaço convexo, índice que cai para 04,08 ao incluí-las. As áreas livres da COJFC contam com 0,09 portas por espaço convexo já que contam com apenas 10 portas em toda a sua extensão, sendo que algumas são permanentemente fechadas.

Vários espaços convexos são delimitados apenas por outros espaços convexos ou barreiras que não constituem edificações, como lagos, arbustos

e áreas gramadas não acessíveis no caso das áreas livres da COJFC. Esses espaços, em conjunto com os adjacentes a edificações que não apresentam portas, são classificados como espaços cegos por não contarem com a possibilidade de acesso que uma porta proporciona. Assim, quanto mais espaços convexos cegos existirem no local, mais restrito ele é. O entorno das áreas livres da COJFC apresenta um índice razoavelmente alto de espaços cegos (54,07%), porém esse índice aumenta em 15,43% quando elas são incluídas, já que contam com 93,46% de espaços convexos com nenhuma porta. Assim como esse, os outros aspectos analisados levam em consideração o potencial de co-presença do espaço por meio do número de portas por metro quadrado e por metragem linear dos espaços.

Os atributos morfológicos analisados por meio da axialidade dos espaços públicos (item 3.2.1) também são considerados como parâmetros de robustez ou restrição utilizados por Holanda (1988, consulte Anexo 01).

A avaliação dos dados obtidos nas análises, quando aplicados os parâmetros desenvolvidos por Holanda (1988), resulta na Tabela 2. Os parâmetros da metodologia estão disponíveis nos anexos deste trabalho.

Tabela 2 - Avaliação do espaço total, das áreas livres da COJFC (objeto) e do seu entorno segundo pesos atribuídos aos atributos da morfologia.

ATRIBUTOS	PESO	CLASSIFICAÇÕES		
		TOTAL	OBJETO	ENTORNO
% DO ESPAÇO ABERTO/ ESPAÇO TOTAL	3	AMBIVALÊNCIA	RESTRIÇÃO	AMBIVALÊNCIA
ESPAÇO CONVEXO MÉDIO	2	ROBUSTEZ	ROBUSTEZ	AMBIVALÊNCIA
Nº DE PORTAS/ Nº DE ESPAÇOS CONVEXOS	1	AMBIVALÊNCIA	RESTRIÇÃO	ROBUSTEZ
% ESPAÇOS CONVEXOS COM 0 PORTA	3	RESTRIÇÃO	RESTRIÇÃO	RESTRIÇÃO
ÁREA ESPAÇOS CONVEXOS/Nº DE PORTAS	3	ROBUSTEZ	AMBIVALÊNCIA	ROBUSTEZ
PERÍMETRO MÉDIO DAS ILHAS ESPACIAIS/ Nº DE PORTAS	2	ROBUSTEZ	RESTRIÇÃO	ROBUSTEZ
TRL	1	AMBIVALÊNCIA	ROBUSTEZ	AMBIVALÊNCIA
RAR	3	ROBUSTEZ	RESTRIÇÃO	ROBUSTEZ
RESULTADOS		ROBUSTO (10)[10]	RESTRITO (12)	ROBUSTO (09)

Fonte: Holanda, 1988

Assim, é possível perceber o contraste do potencial de co-presença devido à morfologia das áreas livres da COJFC e o seu entorno. Enquanto o entorno apresenta uma alta robustez, o que resulta em um espaço com alto potencial de co-presença, as áreas livres da COJFC apresentam um altíssimo caráter restritivo, fazendo com que o espaço tenha um potencial muito baixo de co-presença. O atributo que mais determina esse alto índice de restrição é o fato de ser conforme definido na revisão conceitual, uma paisagem de objetos (HOLANDA, 2002). Trata-se de uma grande área aberta com pouquíssimos edifícios o que traz como consequência a existência de poucas possibilidades de portas, o que não acontece no entorno.

Além disso, destaca-se que o esse é um caso muito particular no qual existem regras impostas para utilização dos espaços gramados que reforçam alguns atributos da morfologia. A área já apresenta poucas portas, o que por si só já diminuiria o potencial de co presenca no espaço, e agravando ainda

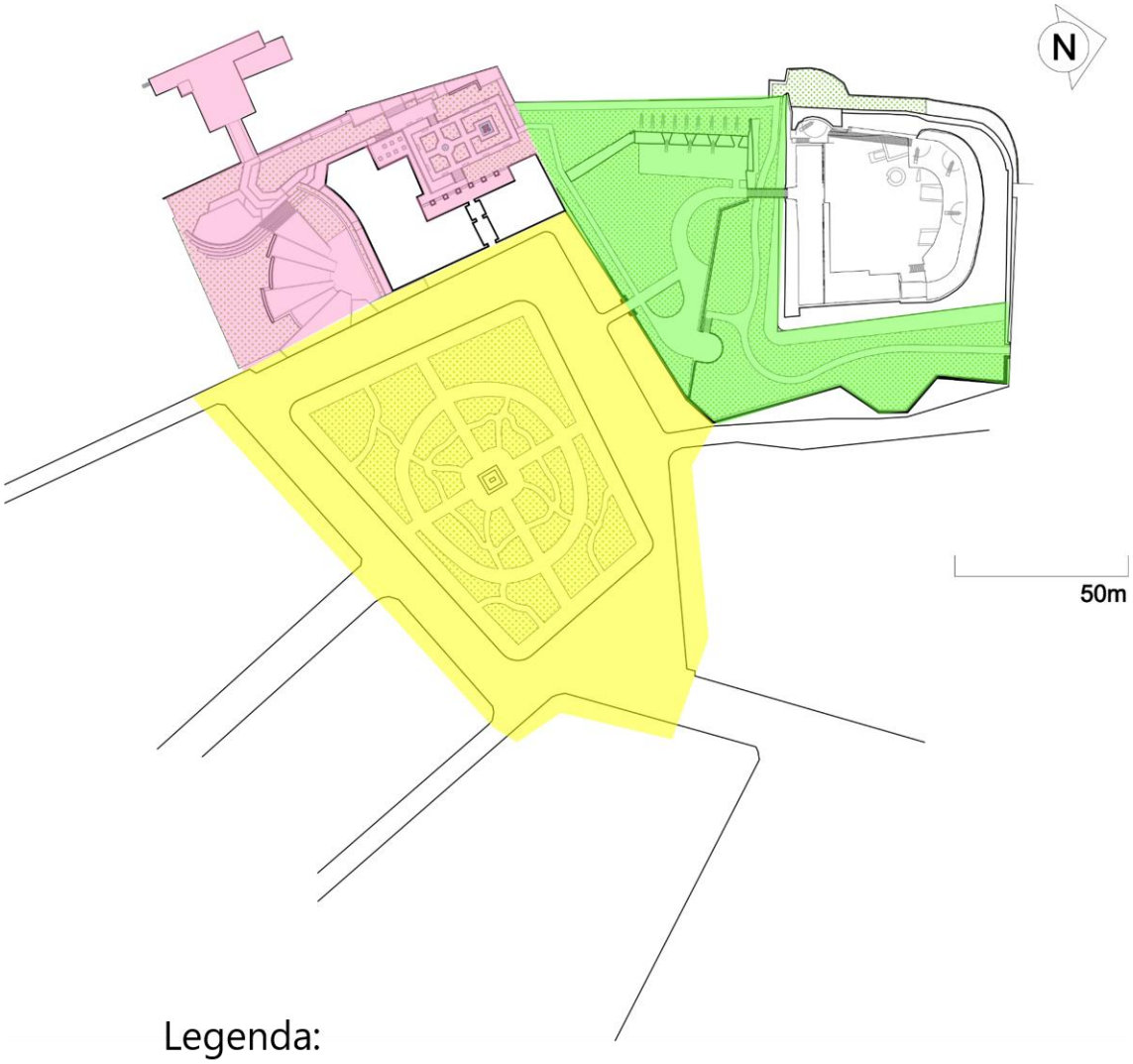
[10] Os números nos resultados correspondem à soma da quantidade de vezes que as categorias aparecem na tabela para cada item multiplicadas pelo peso atribuído.

mais a situação, algumas são mantidas fechadas, o que reforça o caráter restritivo da área. Já a restrição de acesso às áreas gramadas se mostrou até certo ponto como positiva ao fazer com que o espaço convexo médio seja menor, o que aumenta o potencial de encontro entre os usuários e por consequência a sua robustez, entretanto, faz com que o espaço seja menos integrado do que poderia ser.

3.3. Terceiro nível de análise

Após identificar o potencial de co-presença dos espaços das áreas livres da COJFC e de seu entorno por meio da SE, passa-se à identificação da co-presença por meio da investigação da permanência e passagem de pessoas. Tendo conhecimento de que o entorno do Complexo Feliz Lusitânia é uma área de alto movimento cotidiano no horário comercial, especialmente no perímetro que faz fronteira com o bairro da Campina (Av. Portugal/ Rua 16 de Novembro, entre o Boulevard Castilhos França e Av. Alm. Tamandaré), a área escolhida nessa análise inclui as áreas livres da COJFC, a Praça Dom Frei Caetano Brandão e suas vias adjacentes (Figura 52). As áreas livres da COJFC, como visto, se mostraram como espaços restritos, o que teoricamente significaria um baixo potencial para o encontro de pessoas. Para a verificação desse potencial em campo, foram feitas contagens do número de pessoas nos locais por meio de pesquisa de campo às quintas-feiras e em finais de semana, de modo a considerar não apenas os dias de provável maior movimento, mas também um dia útil.

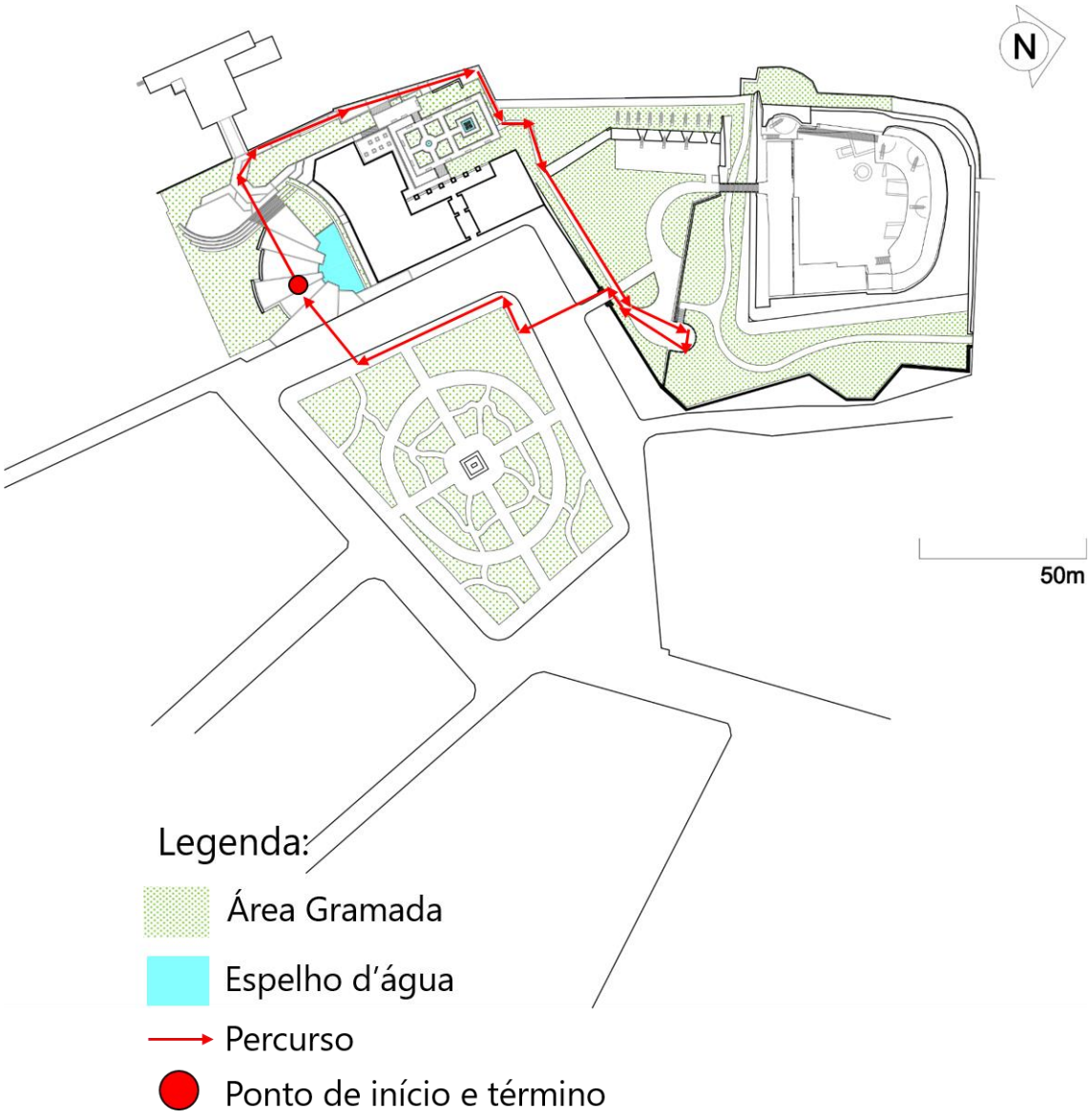
Figura 52 - Áreas nas quais foram feitas as contagens de pessoas para identificação da co-presença real da área.



Fonte: CODEM, 2000, adaptado pela autora, 2016.

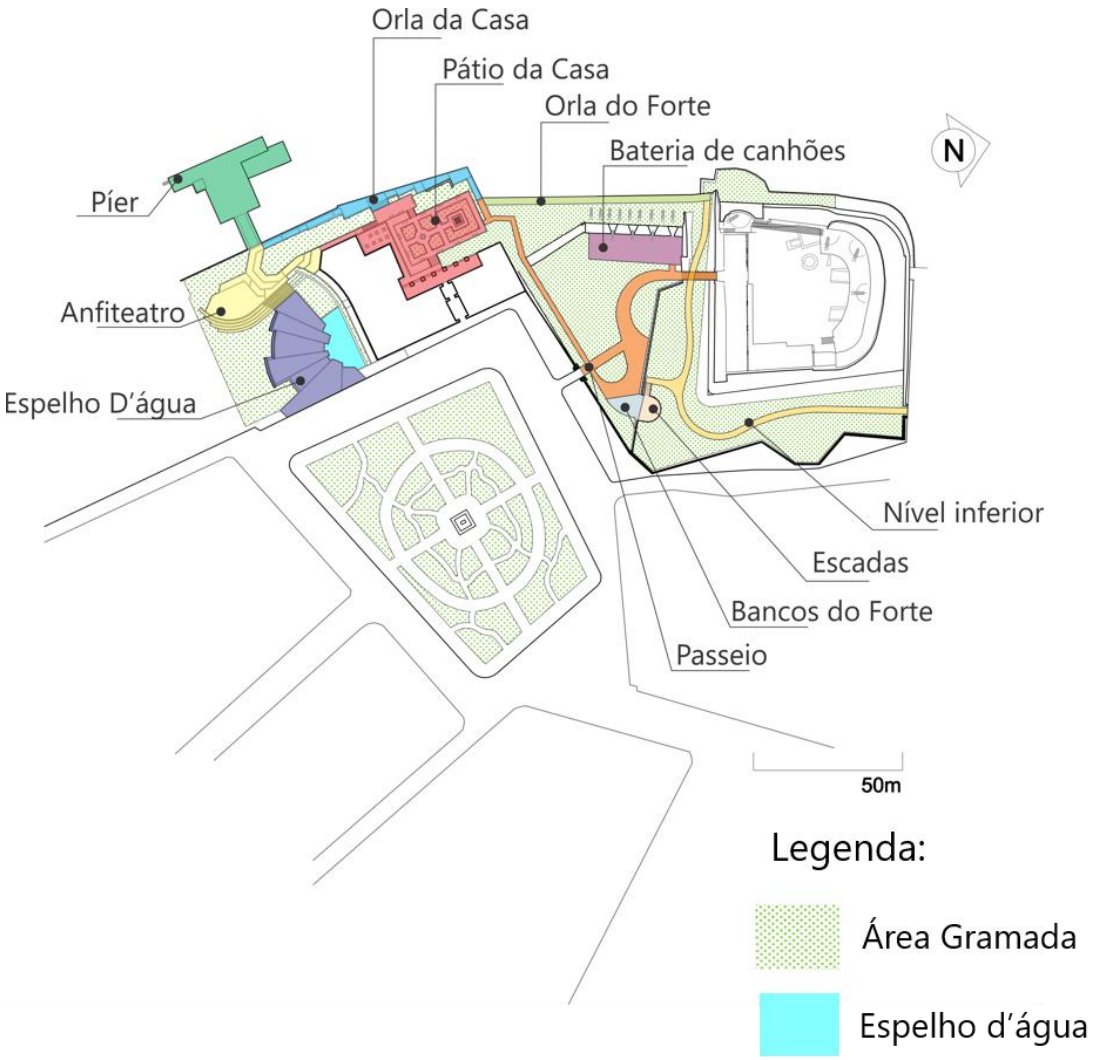
Devido às áreas livres da COJFC apresentarem várias diferenças de nível, foi desenvolvido um percurso que cobrisse todos os ambientes criados pelo projeto, possibilitando uma inclusão total dos espaços, englobando também a área da praça e as calçadas das vias adjacentes (Figura 53). Por meio das contagens, efetuadas às quintas, sextas e sábados entre os meses de novembro e dezembro de 2015, de 09h às 11h e de 15h às 18h, foi possível identificar os espaços que mais concentram pessoas em média e assim comparar o potencial sintático dos espaços com a frequência identificada dos usuários. Os ambientes foram definidos com base na divisão utilizada no livro publicado pelo Governo do Estado (SECULT, 2006) que apresenta o projeto. Para efeito da pesquisa, os ambientes foram identificados no projeto, incluindo a subdivisão de alguns dos ambientes projetados, de modo a cobrir todos os espaços e considerar aspectos físicos semelhantes, como a possibilidade de permanência, a existência de sombreamento e vista para o rio (Figura 54).

Figura 53 - Percurso feito nas contagens para cobrir todos os ambientes do projeto a Praça e as vias adjacentes, permitindo a visão da autora sobre todos os espaços.



Fonte: CODEM, 2000, adaptado pela autora, 2016.

Figura 54 – Divisão de espaços feita com base nos ambientes definidos no projeto com adaptações que contribuíssem para as contagens.



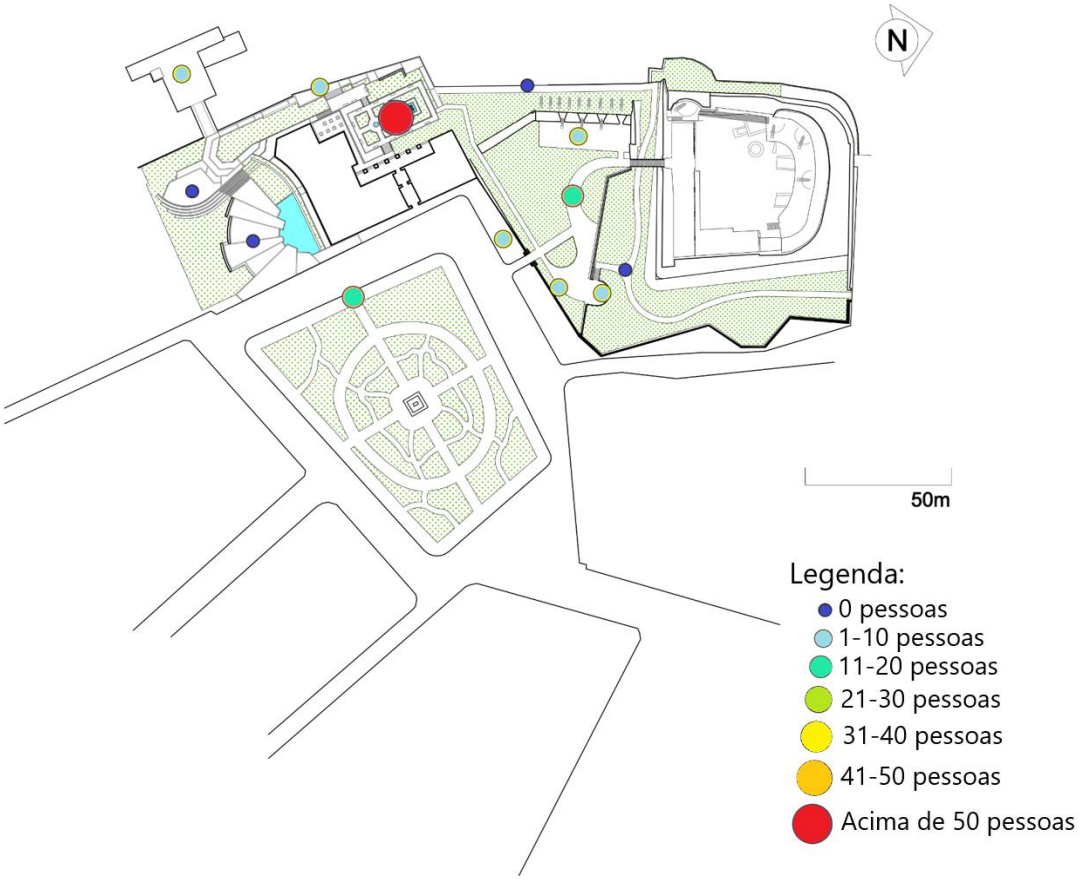
Fonte: CODEM, 2000, adaptado pela autora, 2016.

A partir das contagens, observou-se que há uma tendência em quase todos os dias pesquisados como se segue: frequência média das 09h às 10h (Figura 55

), uma queda gradativa das 10 às 11h (Figura 56); baixa frequência das 15h às 16h (Figura 57) e aumento gradativo de 17h às 18h (Figura 58). A concentração é maior nas áreas livres da COJFC cedo pela manhã ou ao anoitecer. Acredita-se que isso se dá devido ao clima ser mais ameno. Na Praça, em vários dias o pico ocorre no período entre 10h e 11h. O horário mais ermo em todas as áreas é das 16h às 17h, quando ainda há muita intensidade

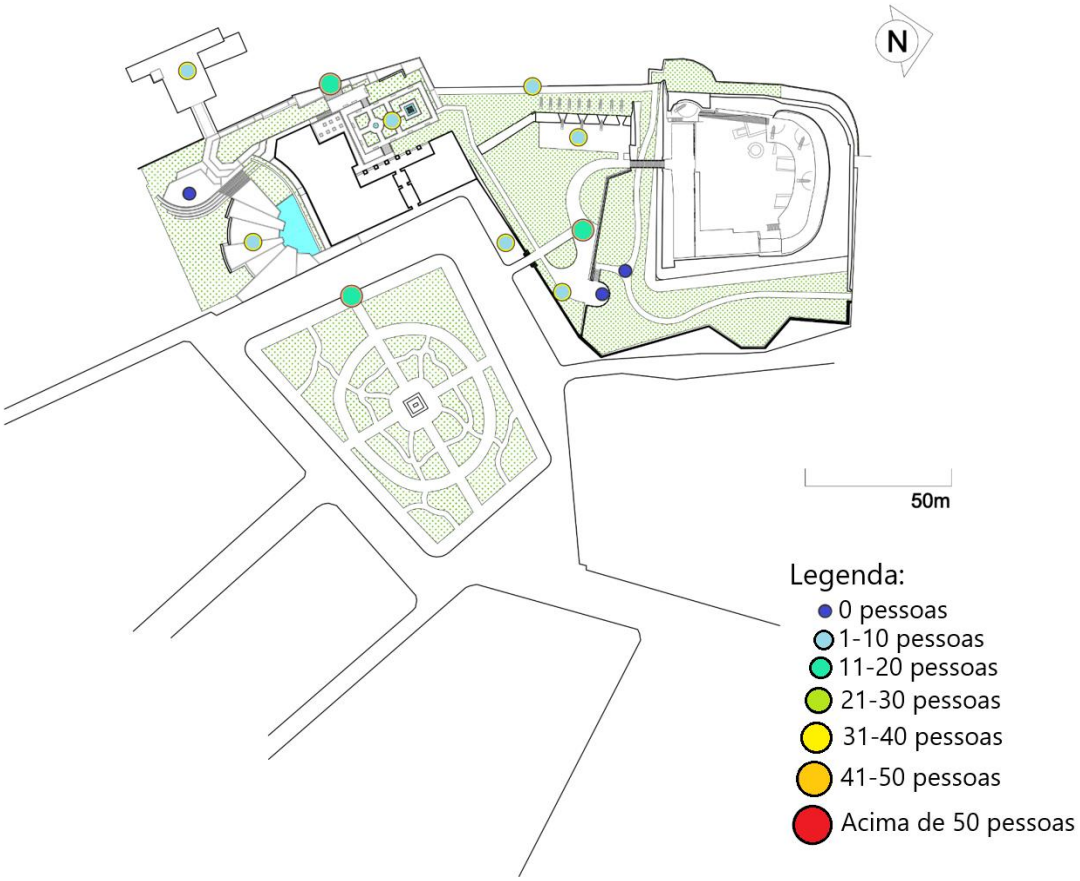
solar. Os horários entre às 11h e às 16h não foram contabilizados exatamente devido ao clima ser bastante inóspito. Nos fins de semana, o horário 09h às 10h recebe menos pessoas do que nos dias de semana. Nos dias úteis houve uma quantidade de pessoas um pouco menor do que nos fins de semana, porém a variação maior se deu ao longo dos diferentes horários dos dias.

Figura 55 - Mapa-tipo esquemático com a distribuição de pessoas no espaço representando a frequência do horário de 09h às 10h em todos os dias.



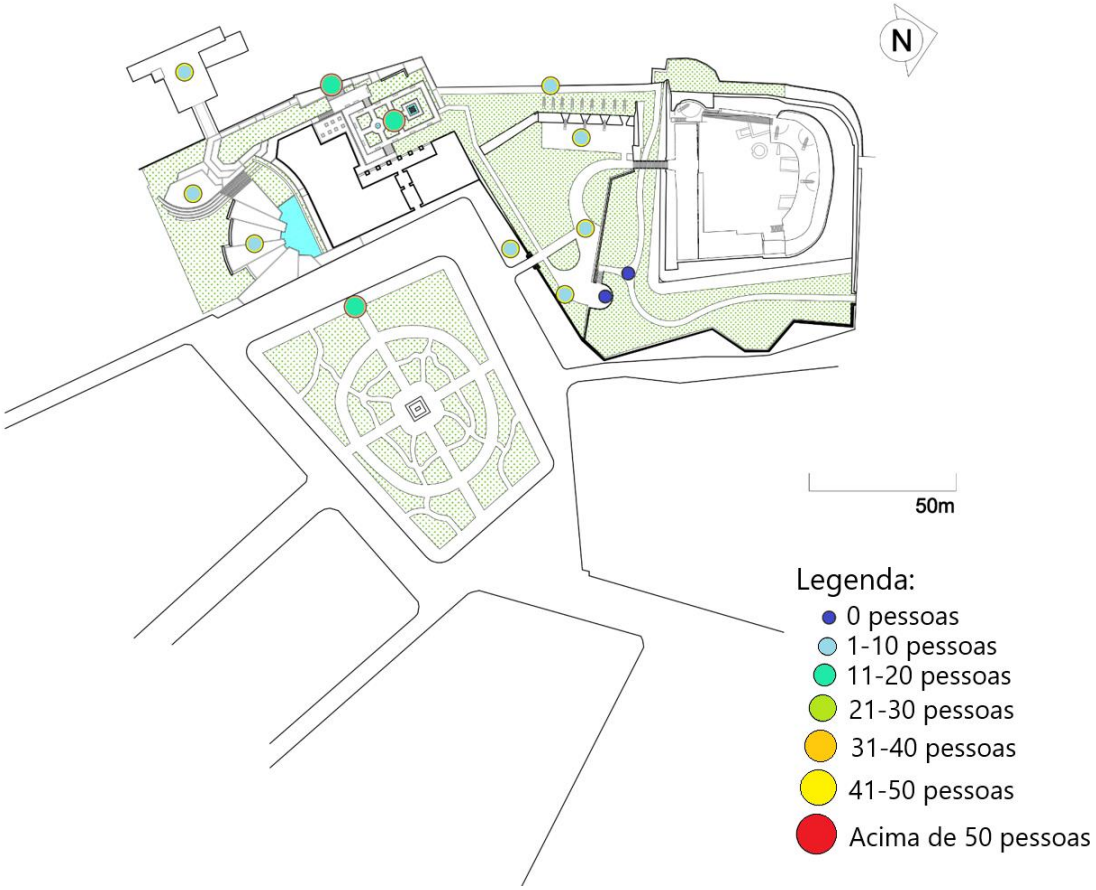
Fonte: Dados coletados nas contagens do domingo, 08 de novembro às 09:15.

Figura 56 - Mapa-tipo esquemático com a distribuição de pessoas no espaço representando a frequência do horário de 10h às 11h em todos os dias.



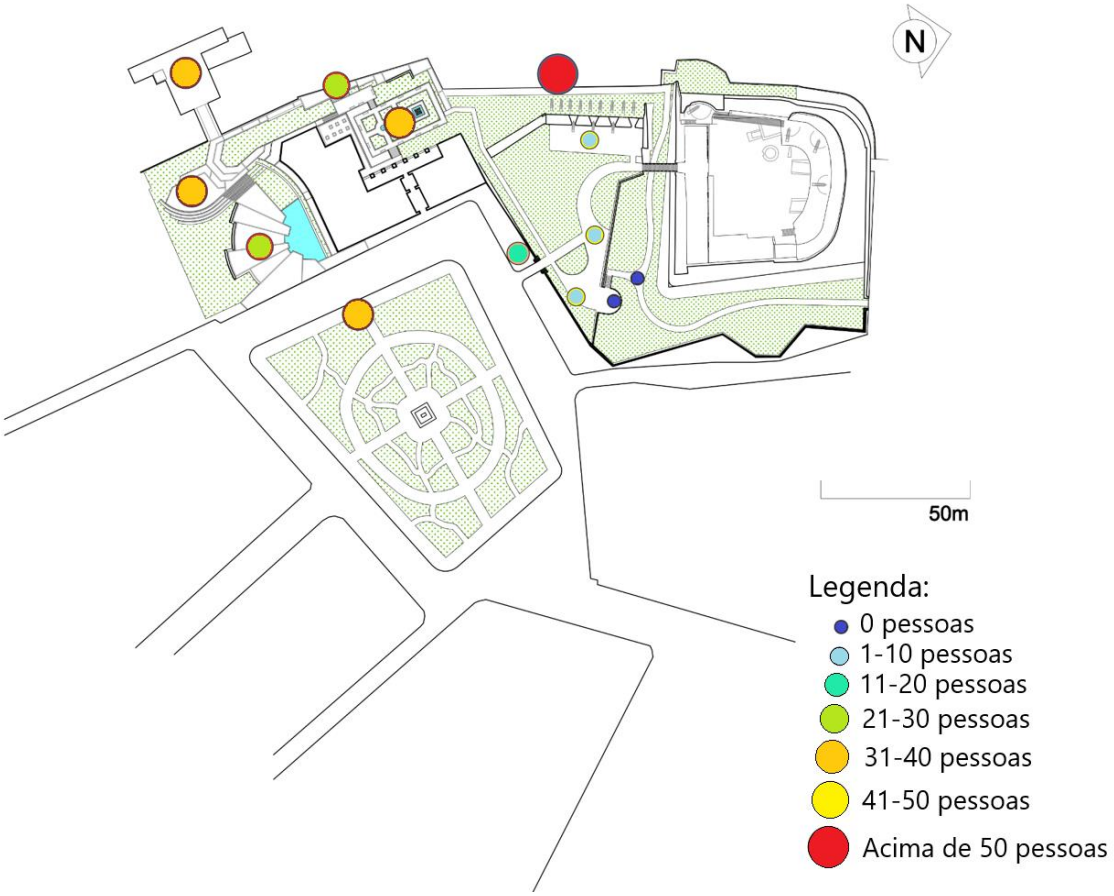
Fonte: Dados coletados nas contagens do domingo, 22 de novembro às 10:30.

Figura 57- Mapa-tipo esquemático com a distribuição de pessoas no espaço representando a frequência do horário de 16h às 17h em todos os dias.



Fonte: Dados coletados nas contagens do sábado, 05 de dezembro às 16:30.

Figura 58 - Mapa-tipo esquemático com a distribuição de pessoas no espaço representando a frequência do horário de 17h às 18h em todos os dias.



Fonte: Dados coletados nas contagens do sábado, 05 de dezembro às 18:00.

As áreas livres da Casa das Onze Janelas foram as que apresentaram a maior concentração de pessoas considerando a média de todos os dias e horários, alcançando 42,35 pessoas em comparação com 23,24 pessoas nas áreas livres do Forte e 25,89 pessoas na Praça Dom Frei C. Brandão. Em momentos de pico, as áreas livres da Casa chegaram a concentrar 171 pessoas, enquanto que nas áreas livres do Forte o máximo foram 51 pessoas, ambos entre 17h e 18h. Na Praça, a maior concentração foi às 11h com 89 pessoas. Destaca-se que esses são dias comuns, sem eventos. Na ocorrência de eventos, esses números podem aumentar radicalmente, tanto na Praça, no dia da procissão do Círio de Nazaré, por exemplo, quanto nas áreas livres da Casa, no dia da procissão do Círio Fluvial ou outros eventos específicos.

Segundo os dados coletados, foi possível perceber que a existência de outros atributos, não considerados nas análises axiais, tornam a passagem e principalmente a permanência nesses locais mais agradáveis, são esses: a existência de arborização, bancos e a vista para o rio. Esses atributos fazem com que os espaços concentrem mais pessoas em momentos de pico. Dentre os locais mais frequentados, há em 70% das vezes a existência de pelo menos dois desses três atributos: arborização alta ou média; presença de bancos; e alta ou média possibilidade de vista para o rio.

Como foi analisado anteriormente, as áreas livres da COJFC são categorizadas como espaços restritos devido à sua baixa integração interna e com o entorno e o baixo número de acessos. Ainda assim alguns dos ambientes mais segregados segundo as análises sintáticas com base na técnica da axialidade foram os que apresentaram a maior concentração de pessoas em média. Segundo as contagens, não há correspondência entre o potencial de co-presença dos espaços a partir dos atributos sintáticos e a frequência de pessoas no recorte escolhido para o estudo.

O clima se mostra como um fator determinante não apenas no horário de concentração das pessoas, mas também ao tornar a arborização ponto de destaque na atração de pessoas. Nas áreas livres da Casa, locais que apresentam vista para o rio, bancos, fácil acesso e integração com o entorno, porém com baixa ou nenhuma arborização, se mostraram como locais de baixa concentração de pessoas, como foi o caso do Espelho D'água e do Anfiteatro. Em contrapartida, áreas extremamente segregadas, que apresentam bancos, vista privilegiada para o rio e arborização são as que mais concentram pessoas, como o Pátio da Casa e a Orla da Casa.

Tabela 3 – Síntese dos índices de integração do conjunto de espaços livres e avaliação de atributos não sintáticos nas áreas livres da Casa das Onze Janelas classificados conforme a concentração de pessoas ao longo dos dias.

ÁREAS LIVRES DA CASA DAS ONZE JANELAS				
ATRIBUTOS	LOCAIS DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS		LOCAIS DE MENOR CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS	
	PÁTIO	ORLA	ESPELHO D'ÁGUA	ANFITEATRO
INTEGRAÇÃO NOS ESPAÇOS LIVRES11	BAIXA	MÉDIA	ALTA	ALTA
ARBORIZAÇÃO	ALTA	ALTA	INEXISTENTE	BAIXA
BANCOS	SIM	SIM	SIM	SIM
VISTA PARA O RIO	ALTA	ALTA	MÉDIA	MÉDIA

Fonte: Contagens efetuadas pela autora, 2015.

Já nas áreas livres do Forte é possível identificar que o potencial sintático de co-presença se reflete no uso real dos espaços no caso dos pouco integrados. O local que apresentou a maior concentração de pessoas nas áreas livres do Forte foi o Passeio (espaço destacado em laranja na Figura 54), um local marcadamente de passagem que estimula a caminhada das pessoas ao longo dos espaços. O Passeio, por não ser um espaço de permanência e não apresentar bancos, não concentra pessoas por um longo período, portanto, tem uma alta rotatividade. Possivelmente, se o acesso à grama fosse permitido e o muro parcialmente derrubado pudesse ser utilizado como banco, ambos proibidos pela administração e fiscalizados pela vigilância, essa área seria ainda mais frequentada. Os locais de alta concentração de pessoas e arborização baixa ou inexistente só apresentam alta concentração nos horários mais amenos, especialmente das 17h às 18h, como a Orla do Forte. Os locais de mais baixa concentração de pessoas nas áreas livres do Forte confirmam o seu baixo potencial por serem bastante segregados, não apresentando muitos acessos e nenhum dos atrativos analisados.

11 O item de integração nos espaços livres foi baseado no índice de integração global dos espaços a partir do mapa axial.

Tabela 4 – Síntese dos índices de integração do conjunto de espaços livres e avaliação de atributos não sintáticos nas áreas livres do Forte do Castelo classificados conforme a concentração de pessoas ao longo dos dias

ÁREAS ABERTAS DO FORTE DO CASTELO						
ATRIBUTO	LOCAIS DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS				LOCAIS DE MENOR CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS	
	PASSEIO	BATERIA	ORLA	BANCOS	ESCADA	NÍVEL INFERIOR
INTEGRAÇÃO NOS ESPAÇOS LIVRES	MÉDIA	BAIXA	BAIXA	MÉDIA	BAIXA	BAIXA
ARBORIZAÇÃO	INEXISTENTE	ALTA	INEXISTENTE	ALTA	INEXISTENTE	INEXISTENTE
BANCOS	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
VISTA PARA O RIO	BAIXA	MÉDIA	ALTA	INEXISTENTE	INEXISTENTE	BAIXA

Fonte: Contagens efetuadas pela autora, 2015.

A Praça F. Caetano Brandão na maioria das vezes concentra mais pessoas que as calçadas das vias adjacentes. Apesar da Praça ser mais extensa em área do que as calçadas, destaca-se que a Praça, por ter um desenho muito sinuoso, acaba atraindo pouquíssimas pessoas para o seu interior, concentrando a grande maioria no seu entorno onde há mais arborização, mais bancos e vendas de coco e lanches. Somado ao traçado, há também arbustos que funcionam como dificultadores de acesso, emoldurando as áreas gramadas, que acabam se tornando áreas perdidas, ou não-utilizadas. Assim, não é comum ver pessoas cortando caminhos pela grama ou mesmo permanecendo nela, apesar de não haver nenhuma restrição normativa com relação a isso.

Tabela 5 - Síntese dos índices de integração do conjunto de espaços livres e avaliação de atributos não sintáticos nas áreas livres da Praça Dom Frei Caetano Brandão e vias adjacentes classificados conforme a concentração de pessoas ao longo dos dias

ÁREAS ABERTAS DA PRAÇA FREI CAETANO BRANDÃO E ENTORNO		
ATRIBUTOS	LOCAL DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS	LOCAL DE MENOR CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS
	PRAÇA	CALÇADAS
INTEGRAÇÃO NOS ESPAÇOS LIVRES	MÉDIA/ALTA	ALTA
ARBORIZAÇÃO	MÉDIA	MÉDIA
BANCOS	SIM	NÃO
VISTA PARA O RIO	BAIXA	BAIXA

Fonte: Contagens efetuadas pela autora, 2015.

Além desses atributos não-morfológicos, que funcionam como atrativos, existem outros aspectos que podem ser considerados como vantagens ou desvantagens em potencial na atração de pessoas e que também foram incluídos na análise, como a presença de segurança privada e ostensiva, o serviço de limpeza privado e as regras de uso dos espaços. Todos esses, aspectos que não existem nas áreas externas às áreas livres da COJFC.

Os dados dos questionários trataram de vários aspectos relevantes como: da diversidade dos usuários no que diz respeito a idade, escolaridade, ocupação e local de moradia; da frequência com que eles visitam as áreas livres da COJFC; do seu objetivo naquela visita; da avaliação dos usuários a respeito de pontos positivos e negativos do espaço e de algumas restrições impostas pela administração; e, por fim, se as áreas livres da COJFC são espaços públicos. Como os questionários tinham como foco a avaliação das áreas livres da COJFC, eles só foram aplicados em ambientes dessas áreas.

Há uma forte predominância de jovens estudantes entre os usuários pesquisados, com idades entre 14 e 29 anos, sendo esses 45,21% entre os usuários do espaço que responderam aos questionários (Tabela 6). A maioria deles (19,18%) cursa o ensino superior e tem entre 18 e 29 anos. Entre os não estudantes, 54,79% dos entrevistados, foi detectada uma escolaridade razoavelmente baixa, mesmo entre pessoas mais velhas, e as mais diversas

profissões. A maioria dos não estudantes (23,29%) tem apenas o ensino médio completo, com idades variando de 18 a mais de 50 anos. Além desses grupos mais frequentes também foram abordadas pessoas com ensino fundamental incompleto (5,48%), superior completo (9,59%), pós-graduação (9,59%) e curso técnico (4,11%).

No que diz respeito à frequência de visita (Tabela 7), a resposta mais recorrente foi “Raramente” (39,73%) entre os usuários que responderam aos questionários, sendo 19,18% deles moradores da Primeira Légua Patrimonial de Belém e o restante distribuídos entre locais de fora do município (9,59%), da área de expansão (6,85%) e do centro histórico e entorno (4,11%). A segunda resposta mais comum foi a frequência de visita semanal (21,92%), principalmente de moradores da área de expansão (13,70%) e da Primeira Légua Patrimonial (6,75%). Destaca-se que os moradores do centro histórico e entorno são a minoria entre os entrevistados, constituindo apenas 9,59%, dos quais 4,11% frequentam raramente o espaço. Uma moradora da Campina estava indo pela primeira vez no local no dia da aplicação do questionário.

Há diversidade entre os usuários, no que diz respeito a idade, ocupação, escolaridade e local de moradia, com alguns grupos predominantes. Há uma forte presença de usuários (30,14%) que visitam o espaço no mínimo mensalmente e que moram em bairros de baixada ou periféricos, bairros com muitos focos de pobreza e carência urbana, como os bairros do Curió-Utinga, da Terra Firme, e o distrito de Icoaraci, alguns desses extremamente distantes do Complexo Feliz Lusitânia. Segundo os questionários, pessoas que moram próximo aos espaços, no Centro Histórico e entorno são as que menos frequentam o local.

Além disso, é relevante entender o que as pessoas que frequentam os espaços fazem ou pretendem fazer no local (Tabela 8). A maioria dos usuários respondeu que tinha como objetivo de visita a contemplação ou o lazer (50,68%), porém o espaço também funciona como ponto de encontro entre os

usuários mais jovens, até os 29 anos (17,81%). Outro objetivo que aparece com mais frequência entre os usuários até os 23 anos é relacionado a estudo, normalmente de adolescentes que fazem trabalhos escolares sobre o espaço (5,48%). Entre os pertencentes à faixa etária de 24 e 39 anos aparece o objetivo de trabalho (2,74%), alguns fotógrafos que fazem ensaios no local e um jornalista. Entre os outros objetivos citados, há também os que vão conhecer (9,59%), normalmente turistas; belenenses que levam turistas (6,85%); e algumas pessoas que tem como primeiro objetivo ir para outros espaços próximos (6,85%), como à Catedral de Belém e aos portos que se localizam na Rua Siqueira Mendes.

Tabela 6 - Correlação entre a escolaridade e ocupação e as idades dos usuários pesquisados.

OCUPAÇÃO	FAIXAS ETÁRIAS	ESCOLARIDADE							
		E. FUNDAMENTAL INC.	E. MÉDIO INC.	E. MÉDIO	TÉCNICO	E. SUPERIOR INC.	E. SUPERIOR	PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL
ESTUDANTES	14 A 17 ANOS	4,11%	9,59%	1,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,07%
	18 A 23 ANOS	1,37%	2,74%	6,85%	0,00%	16,44%	0,00%	0,00%	27,40%
	24 A 29 ANOS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,74%	0,00%	0,00%	2,74%
TOTAL ESTUDANTE		**5,48%**	**12,33%**	**8,22%**	**0,00%**	**19,18%**	**0,00%**	**0,00%**	**45,21%**
OUTROS	18 A 23 ANOS	0,00%	0,00%	4,11%	0,00%	2,74%	0,00%	0,00%	6,85%
	24 A 29 ANOS	0,00%	0,00%	6,85%	1,37%	4,11%	2,74%	1,37%	16,44%
	30 A 39 ANOS	0,00%	0,00%	5,48%	1,37%	1,37%	2,74%	5,48%	16,44%
	40 A 49 ANOS	0,00%	0,00%	4,11%	0,00%	0,00%	2,74%	0,00%	6,85%
	ACIMA DE 50 ANOS	0,00%	0,00%	2,74%	1,37%	0,00%	1,37%	2,74%	8,22%
TOTAL OUTROS		**0,00%**	**0,00%**	**23,29%**	**4,11%**	**8,22%**	**9,59%**	**9,59%**	**54,79%**
TOTAL GERAL		**5,48%**	**12,33%**	**31,51%**	**4,11%**	**27,40%**	**9,59%**	**9,59%**	**100,00 %**

Fonte: Questionários aplicados pela autora, 2015.

Tabela 7 - Correlação entre a frequência em que os usuários entrevistados visitam as áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo e a localização da sua moradia.

FREQUÊNCIA DE VISITA	LOCALIZAÇÃO DA MORADIA DO USUÁRIO				
	CENTRO HISTÓRICO E ENTORNO	PRIMEIRA LÉGUA PATRIMONIAL	ÁREA DE EXPANSÃO	FORA DO MUNICÍPIO	TOTAL
DIARIAMENTE	0,00%	4,11%	0,00%	1,37%	**5,48%**
SEMANALMENTE	1,37%	6,85%	13,70%	0,00%	**21,92%**
QUINZENALMENTE	2,74%	4,11%	1,37%	1,37%	**9,59%**
MENSALMENTE	0,00%	5,48%	5,48%	0,00%	**10,96%**
RARAMENTE	4,11%	19,18%	6,85%	9,59%	**39,73%**
PRIMEIRA VEZ	1,37%	4,11%	0,00%	6,85%	**12,33%**
TOTAL GERAL	**9,59%**	**43,84%**	**27,40%**	**19,18%**	100,00 %

Fonte: Questionários aplicados pela autora, 2015.

Tabela 8 - Correlação entre os objetivos dos usuários nas áreas livres da COJFC e as faixas etárias.

OBJETIVOS	FAIXAS ETÁRIAS						
	14 A 17 ANOS	18 A 23 ANOS	24 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS	40 A 49 ANOS	ACIMA DE 50 ANOS	TOTAL
CONTEMPLAÇÃO/LAZER	5,48%	19,18%	9,59%	6,85%	4,11%	5,48%	50,68%
ENCONTRO/NAMORO	6,85%	8,22%	2,74%	0,00%	0,00%	0,00%	17,81%
CONHECER	0,00%	1,37%	4,11%	2,74%	0,00%	1,37%	9,59%
A TRABAHO/ A ESTUDO	2,74%	2,74%	1,37%	1,37%	0,00%	0,00%	8,22%
IGREJA/PORTO	0,00%	1,37%	1,37%	2,74%	1,37%	0,00%	6,85%
TRAZER TURISTAS	0,00%	1,37%	0,00%	2,74%	1,37%	1,37%	6,85%
TOTAL	**15,07%**	**34,25%**	**19,18%**	**16,44%**	**6,85%**	**8,22%**	100,00

							%

Fonte: Questionários aplicados pela autora, 2015.

No que diz respeito à avaliação dos usuários sobre o espaço (Tabela 9), foi questionado quais seriam os pontos positivos e os pontos negativos das áreas livres da COJFC. Várias pessoas responderam mais de um ponto positivo e mais de um negativo, somando ao todo 129 pontos positivos e 80 negativos, todos enquadrados em categorias de modo a facilitar a tabulação. Dentre os pontos positivos, os mais citados foram aspectos que se enquadraram na categoria "Paisagem" (31,01%) que incluem "vista do rio", "beleza do lugar" e outros que se referem aos atributos naturais da localização do espaço no que diz respeito à imagem. Em segundo lugar, foram citados aspectos enquadrados na categoria "Ambiente Ameno" (23,26%), também aspectos naturais da localização, porém de caráter sensorial, como "ventilado", "sombra" e "ambiente bom". A partir de então aparecem aspectos do projeto em si, como a segurança do espaço (12,40%), a tranquilidade (10,08%), a qualidade e a preservação do espaço (16,44%), os atributos arquitetônicos e históricos da área (5,43%) ficaram depois de várias outras respostas citadas uma única vez como "museu", "restaurante" e até mesmo "nenhum" ponto positivo (7,75%).

Tabela 9 - Pontos positivos das áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo segundo os usuários.

PONTOS POSITIVOS	FREQUÊNCIA
PAISAGEM	31,01%
AMBIENTE AMENO	23,26%
SEGURANÇA	12,40%
TRANQUILIDADE	10,08%
ESPAÇO DE QUALIDADE/PRESERVADO	10,08%
OUTROS	7,75%
ARQUITETURA/HISTÓRIA	5,43%
TOTAL	100,00%

Fonte: Questionários aplicados pela autora, 2015.

Nos pontos positivos é possível identificar que alguns atributos que não foram considerados na análise sintática se destacam e funcionam como fortes atratores. A vista do rio, por exemplo, se enquadra no item "Paisagem", o mais

citado. Já a arborização foi enquadrada no segundo item mais citado: o "Ambiente Ameno". Outros aspectos que também não são considerados pela sintaxe foram enquadrados em ambos os itens, como a ventilação, o pôr-do-sol, entre outros.

Nas áreas livres da COJFC, diferentemente do que seria esperado pela teoria da SE, espaços mais segregados contam com uma alta taxa de co-presença. O Pátio da Casa, um dos espaços com índices de integração mais baixos, porém mais frequentados, além de ter uma vista privilegiada do rio e arborização, apresenta também uma característica que consta como quarto ponto positivo mais citado: a tranquilidade. Muitas das pessoas que frequentam as áreas abertas da Casa e do Forte vão em busca de locais isolados, para encontrar amigos, conversar, namorar e ler, o que torna os espaços mais segregados e com bancos (que estimulam a permanência) muito adequados.

Sobre os pontos negativos (Tabela 10), a maioria dos entrevistados (23,46%) considerou que não há pontos negativos nos espaços. Destaca-se que a segunda categoria mais citada trata do entorno. Para 17,28% dos usuários que responderam ao questionário, o ponto negativo das áreas livres da COJFC é o seu *entorno,* ou seja, a Praça Dom Frei Caetano Brandão e as vias adjacentes, com destaque para a Ladeira do Castelo: "acesso muito perigoso". Somente a terceira categoria trata de aspectos do projeto, para 16,05% das pessoas abordadas, o espaço não provê atrativos suficientes, com destaque para a venda de comidas e informações históricas. As pessoas comentaram que sair para comprar comida era desagradável e perigoso e que a única opção de alimentação dentro do local não tinha horário fixo e tinha preços altos. Na categoria "Outros" (15,07%), foram citados aspectos como "banheiro pouco acessível" e mesmo "mau cheiro do Ver-o-Peso", entre outros, todos citados menos de três vezes. As categorias seguintes tratam principalmente de problemas administrativos, como a falta de manutenção

das instalações do espaço, da insegurança, da falta de limpeza, do comportamento dos guardas — tidos como “arrogantes” — e das restrições impostas ao uso. Por fim, a penúltima categoria foi a de “Pouco Abrigo”, pois alguns consideraram que poderia haver mais espaços cobertos devido ao sol forte de alguns horários.

Tabela 10 - Pontos negativos das áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo segundo os usuários.

PONTOS NEGATIVOS	FREQUÊNCIA
NENHUM	23,46%
INSEGURANÇA NO ENTORNO	17,28%
FALTAM ATRATIVOS	16,05%
OUTROS	11,11%
MÁ CONSERVAÇÃO NO AMBIENTE	8,64%
INSEGURANÇA NO ESPAÇO	7,41%
POLUIÇÃO	7,41%
POUCO ABRIGO	4,94%
GUARDAS/RESTRIÇÕES	3,70%
TOTAL	100,00%

Fonte: Questionários aplicados pela autora, 2015.

Além de tratar dos pontos positivos e negativos do espaço, o questionário também trata do conhecimento dos usuários sobre as regras e restrições de uso dos espaços e a opinião dos usuários a respeito de algumas delas. Do total, 60,83% dos usuários abordados disse saber que existiam regras de uso no espaço e 39,17% disseram não saber de nenhuma regra diferente do que é comum em espaços públicos. Foram selecionadas algumas regras e restrições que são comumente desrespeitadas pelos usuários desavisados e que interferem no acesso do público às áreas livres da COJFC e a alguns de seus espaços: o fechamento da área de 00h às 06h, a restrição de entrada de vendedores ambulantes e pessoas com animais de estimação e a proibição de acesso às áreas gramadas. Nesse item, a resposta consistia de múltipla escolha, com as opções “Péssimo”, “Ruim”, “Indiferente”, “Bom” e “Ótimo”.

Tabela 11 - Avaliação dos usuários a respeito das restrições e regras das áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo.

REGRA/ RESTRIÇÃO	PÉSSIMO	RUIM	INDIFERENTE	BOM	ÓTIMO	TOTAL
FECHAMENTO DE 00H ÀS 06H	6,85%	17,81%	6,85%	57,53%	10,96%	100,00%
RESTRIÇÃO DE ACESSO A VENDEDORES AMBULANTES	4,11%	43,84%	6,85%	38,36%	6,85%	100,00%
RESTRIÇÃO DE ACESSO A ANIMAIS	5,48%	34,25%	6,85%	45,21%	8,22%	100,00%
RESTRIÇÃO DE ACESSO ÀS ÁREAS GRAMADAS	4,11%	19,18%	4,11%	57,53%	15,07%	100,00%

Fonte: Questionários aplicados pela autora, 2015.

Na maioria dos casos, as regras têm muito mais aceitação do que não aceitação pelos usuários abordados, com exceção da entrada de vendedores ambulantes, na qual 47,95% acham que a restrição de acesso a eles é péssima ou ruim. Sobre o fechamento durante a madrugada, as pessoas que consideram como positivo (68,49%) justificaram, em sua maioria, como uma forma de manter a segurança e preservar o lugar além de afirmarem que não haveria público para frequentar o espaço. Já os que consideraram como um ponto negativo (24,66%) disseram que faz com que o espaço perca o caráter público, já que espaços públicos não devem fechar, e sentem que essa regra tolhe a liberdade das pessoas.

A restrição de acesso aos vendedores foi vista pela maioria como negativa (47,95%) porque, segundo os usuários abordados, diminui as possibilidades de trabalho para os vendedores além de que seria conveniente para os usuários terem opções de alimentação. Alguns afirmaram que o espaço deveria ser de livre circulação e que essa restrição gera segmentação social. Os que viram a restrição como positiva (45,21%), justificaram que a venda geraria sujeira, os vendedores incomodariam os outros usuários.

Alguns afirmaram que seria incompatível com o espaço, interferindo na paisagem.

As justificativas dos que veem como positiva a restrição de acesso de pessoas com animais de estimação (53,42%) coincide às daqueles que aprovam a restrição de acesso a vendedores ambulantes (45,21%): ambos gerariam poluição, incômodo dos usuários e seriam incompatíveis com espaços históricos. Alguns consideraram também que animais podem ser perigosos. Os que entendem a restrição de acesso a animais negativa (38,73%) afirmaram que é uma forma de tirar a liberdade das pessoas e que não teria problema desde que as pessoas se responsabilizassem pela higiene dos animais no espaço.

Por fim, a restrição às áreas gramadas foi vista como positiva (72,60%) por ser uma forma de preservar o espaço e por não ser considerado apropriado, já que existem caminhos e bancos que podem ser utilizados. Alguns disseram que espaços gramados servem apenas para serem admirados e não habitados. Os usuários abordados que acham a restrição negativa (23,29%) afirmam que o contato com a grama é agradável, que a restrição tolhe a liberdade dos usuários e que atrapalha a interação com o espaço criando áreas perdidas.

Um dos itens do questionário tratava da concepção de espaço público entre os usuários. Assim como os pontos positivos e negativos das áreas livres da COJFC, foi citado mais de um conceito de espaço público por pessoa, o que resultou em 117 características agrupadas em dez categorias listadas na Tabela 12. O mais citado, com 39,32% de frequência foi o acesso a todos, incluindo nisso a gratuidade. Na categoria “Outros” (11,97%) foram enquadradas características citadas menos de três vezes, como “espaço democrático”, “espaço com áreas verdes”, “onde há senso de comunidade” e “espaço com menos restrições que espaços particulares”. Três aspectos que se mostraram igualmente frequentes (9,40%) tratam da interação das pessoas

com o espaço e entre si, da sensação de liberdade das pessoas e da segurança dos espaços. Em quarto lugar com 6,84% de frequência ficou “Espaço de qualidade”, sem maiores explicações a respeito do que seria um espaço de qualidade para essas pessoas. Com 3,42% foi citado a responsabilidade pública como determinante, que deve manter o espaço com os impostos, seguida pela diversidade de usuários e a tranquilidade com 2,56%.

Tabela 12 - Concepção de espaço público segundo os usuários das áreas livres da COJFC que responderam ao questionário.

CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	FREQUÊNCIA
ACESSÍVEL A TODOS INDISCRIMINADAMENTE (GRATUITO)	39,32%
OUTROS	11,97%
PERMITE A INTERAÇÃO ENTRE PESSOAS E COM O ESPAÇO	9,40%
PERMITE A SENSAÇÃO DE LIBERDADE	9,40%
SEGURO	9,40%
PERMITE O LAZER	6,84%
ESPAÇO DE QUALIDADE	5,13%
É MANTIDO COM IMPOSTOS/RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO	3,42%
HÁ DIVERSIDADE DE PESSOAS	2,56%
TRANQUILO	2,56%
TOTAL	100%

Fonte: Questionários aplicados pela autora, 2015.

Por fim, o questionário perguntava se as áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo eram espaços públicos segundo a opinião pessoal do usuário. 56,16% dos usuários que responderam ao questionário disseram que sim, 20,55% disseram que não e 23,29% disseram que era um espaço público com limitações devido à existência das regras de uso.

É interessante destacar que das 46 pessoas que disseram que um espaço público requer acesso gratuito a todas as pessoas indiscriminadamente, 26 (56,52%) consideraram as áreas livres da COJFC como públicas, mesmo sabendo da restrição de acesso a pessoas com animais de estimação e venedores ambulantes; 9 (19,57%) não consideraram

o espaço como público e 11 (23,91%) consideraram-no “Público com limitações”. Das pessoas que consideraram a interação com o espaço e com outras pessoas um ponto essencial dos espaços públicos, 63,64% consideraram as áreas livres da COJFC como públicas, mesmo sabendo da restrição de acesso às áreas gramadas; 9,09% não consideraram ás áreas como espaços públicos e 27,27% consideraram-nas espaços públicos com limitações. Dentre os que responderam que espaços públicos devem permitir a sensação de liberdade, apenas 9,09% consideraram o espaço em questão como público; 63,64% consideraram-no como público com limitações e 27,27% não o consideraram público.

Assim, nota-se que o espaço e seu modo de funcionamento geram contradições nos usuários, pois é um espaço livre, que se integra razoavelmente ao seu entorno, porém que não funciona como o seu entorno. Entretanto, esse funcionamento diferenciado acaba incluindo algumas vantagens que se destacam na localização, como a sensação de segurança constante, gerada pelos vigilantes, os mesmos responsáveis por fiscalizar a obediência das regras. O próprio espaço contém em si muitas contradições, por não ser plenamente público e nem plenamente privado, e isso se reflete no comportamento e na opinião dos usuários sobre o espaço.

3.4. Discussões e Resultados

O Complexo Feliz Lusitânia tem uma única fonte de acessos que funcionam cotidianamente, a Praça Frei Caetano Brandão, por isso as áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo apresentam diversos espaços com índices de integração (Rn) muito baixos quando considerado

um recorte de seu próprio entorno. O núcleo integrador fica em sua maioria nos espaços da Praça e suas vias adjacentes. No funcionamento cotidiano, nem todos os acessos são permanentemente abertos, o que faz com que a integração seja ainda mais baixa.

Ao analisar um cenário em que todos os acessos se mantêm abertos, ocorre uma mudança sensível no núcleo integrador dos espaços em questão. Ao considerar permanentemente aberto um acesso que é usado apenas durante o funcionamento da Casa das Onze Janelas, alguns dos espaços mais integrados passam a cruzar a Casa alcançando a orla. Além disso, com a abertura do acesso à Feira do Açaí, o fosso do Forte se tornaria mais integrado com o espaço externo e a inteligibilidade do recorte como um todo aumentaria de 0,71 para 0,87, aumentando o potencial de orientabilidade da área para estranhos. Ainda assim, devido ao fato de o projeto contar com um traçado aberto, ou seja, com vários caminhos sem saída, mesmo com todos os acessos disponíveis ainda haveriam ambientes com baixo nível de integração global.

Considerando os aspectos referentes à convexidade do espaço na SE, há uma transição entre os espaços de ocupação espontânea dos bairros da Cidade Velha e da Campina e os espaços do projeto em questão. O entorno do Complexo Feliz Lusitânia, em ambos os bairros da Campina e da Cidade Velha, conta com vias estreitas e longas e grandes blocos construídos com diversos acessos, em um traçado que tende à ortogonalidade. Tal configuração resulta em uma paisagem de lugares, com espaços convexos médios e uma constitutividade relativamente alta, proporcionando um alto potencial de co-presença, assim, o entorno das áreas livres da COJFC se caracterizaram como um espaço robusto.

Já o antigo Largo da Sé, onde localiza-se a Praça Frei Caetano Brandão, se mostra como um espaço cívico de grande importância religiosa para a cidade ao ser o local de início da maior procissão do Círio de Nazaré.

Por isso, seus espaços convexos são bem maiores que os encontrados no interior dos bairros, entretanto a Praça Frei Caetano tem um traçado sinuoso limitado por arbustos e cercas baixas que resultam em espaços convexos bem menores. Assim, o Largo da Sé acaba se tornando uma transição entre a paisagem de lugares dos bairros adjacentes e as áreas livres da COJFC, que se constituem como uma paisagem de objetos.

É interessante como algumas regras de uso definidas para áreas livres da COJFC interferem diretamente na configuração espacial do lugar. Mesmo podendo ser identificadas como uma paisagem de objetos — onde o espaço vazio é muito maior que o espaço ocupado por edificações e por isso os espaços convexos são grandes — por contarem com apenas duas edificações em meio a um grande vazio, essas áreas têm uma extensa área gramada que, por ser restrita ao uso, faz com que os espaços convexos sejam bem pequenos. Espaços convexos pequenos contribuem para um potencial alto de co-presença, entretanto outras características configuracionais das áreas livres da COJFC, como a baixa constitutividade e a existência de mais espaços vazios que espaços ocupados, revelaram-nas com baixo potencial sintático para a atração de co-presença segundo a SE, caracterizando um espaço restrito.

O potencial identificado nas análises de SE não se confirma, pois alguns dos espaços com menores índices de integração das áreas livres da COJFC se revelaram espaços que agregam uma grande quantidade de pessoas, com destaque para o Pátio da Casa. Outros atributos que se somam aqueles da SE são de extrema importância na atração e permanência de pessoas naqueles espaços. Nos questionários, as características mais citadas como pontos positivos foram os relacionados à beleza natural do lugar, considerando o rio como principal ponto de interesse, à amenidade do ambiente devido ao sombreamento das árvores e à ventilação, à segurança e à tranquilidade. Ou seja, a vista privilegiada para o rio, as árvores, os bancos

e a própria segregação dos espaços, gerando uma privacidade maior que a encontrada nas ruas, por exemplo, são vistas como características fortes de potencial atração de pessoas para as áreas livres da COJFC.

Não há apenas um perfil de usuário nas áreas livres da COJFC. Há uma heterogeneidade interessante de pessoas no que diz respeito à idade, origem, ocupação, entre outros, sendo o objetivo mais comum a contemplação/lazer, o que reafirma a importância do caráter natural do espaço, com destaque para o rio e a arborização. A predominância entre os usuários é de jovens estudantes, que na sua maioria vai encontrar amigos ou namorar, o que reafirma a noção de privacidade, especialmente no período da noite. São frequentes também adultos e idosos empregados nas mais diversas ocupações. Algumas pessoas têm outros objetivos externos ao lugar, como a Igreja e o Porto e outras veem-no como oportunidade de trabalho, no caso de fotógrafos e jornalistas. Há uma alta taxa de pessoas com escolaridade relativamente baixa, apenas com o ensino médio completo. Destaca-se que apesar do forte predomínio de residências no bairro da Cidade Velha, por exemplo, detectou-se uma baixa frequência de usuários moradores do CHB. Os usuários que vão ao espaço com mais frequência moram em bairros periféricos, de baixada ou da Área de Expansão da cidade, localidades mais distantes do centro e que tem grande déficit de áreas públicas de qualidade.

Destaca-se que dentre os pontos negativos das áreas livres da COJFC, o ponto mais citado nos questionários foi referente à insegurança do entorno imediato — e não do espaço em si —, sendo esse a Praça Frei Caetano Brandão, suas vias adjacentes e a Ladeira do Castelo.

A maioria dos usuários das áreas livres da COJFC encara as restrições de uso como boas formas de manutenção dos espaços. Outros, a minoria, as veem como estratégias que diminuem a liberdade dos usuários e que atrapalham a plena interação das pessoas com o espaço. A única restrição

que se mostrou com taxa de reprovação maior que de aprovação foi a que restringe o acesso à vendedores ambulantes.

A restrição da entrada de animais se justifica porque se acredita que os donos não recolheriam os dejetos; a restrição de acesso às áreas gramadas se justifica pois os usuários depredariam a grama; a restrição de entrada de vendedores ambulantes se justifica pois acredita-se que eles e os compradores produziriam lixo e o jogariam no chão; o fechamento à 00h se justifica pois os usuários vandalizariam o espaço. Além disso, animais de estimação e vendedores ambulantes também foram considerados por alguns como incômodos e "incompatíveis" com espaços históricos. Mesmo a grande maioria dos usuários tendo como concepção de espaço público a noção de livre acesso, gratuito e a qualquer horário, as áreas livres da COJFC foram consideradas pela maioria como espaços públicos.

É curioso que a maioria das pessoas pesquisadas acredita que se as regras não existissem, os próprios usuários teriam atitudes consideradas de pouca educação que levariam à depredação do espaço: ou seja, em tese, as restrições protegem o espaço das ações depredatórias dos próprios usuários.

Conclusões

A urbanidade é considerada neste trabalho como um conceito oposto à segregação social e símbolo de bem-estar e vitalidade em espaços livres urbanos. O conceito de urbanidade sob a luz da co-presença considera não apenas uma alta quantidade de pessoas utilizando o espaço, mas vai além: para um espaço cheio de urbanidade faz-se necessária uma heterogeneidade de perfis de usuários, especialmente no que diz respeito a relação moradores e estranhos. Tal diversidade contribui para caracterização do espaço como um espaço minimamente democrático, ou mesmo com um caráter público, ao permitir a convivência e uma potencial interação entre pessoas diferentes.

O objetivo geral do trabalho foi alcançado pela identificação e análise da urbanidade nas áreas livres da COJFC a partir da teoria da SE — atributos de configuração espacial — e outros extra-configuracionais, como a presença de atrativos não configuracionais, como o rio, a arborização e os bancos, e sua influência na co-presença. Esses atributos foram analisados sob o contexto social do espaço não isoladamente, considerando suas especificidades de funcionamento e a avaliação dos usuários.

O objetivo específico que buscava analisar o nível de co-presença nas áreas livres da COJFC foi alcançado ao identificar o potencial de atração populacional dos espaços e depois ao identificar a sua capacidade de atração real. Quanto maior o potencial de co-presença nos aspectos sintáticos do espaço, maior o potencial de urbanidade, que foi relacionado às observações realizadas na área. No caso das áreas livres da COJFC, a alta co-presença real não correspondeu ao baixo potencial que o espaço demonstrava ter segundo as análises configuracionais. Ainda assim, apesar da alta frequência de pessoas, a baixa frequência de moradores do entorno

enfraquece a heterogeneidade da relação morador X estranho e, consequentemente, a urbanidade do local.

O projeto da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo completou no ano de 2016, 14 anos de existência, o que faz com que a maioria dos usuários frequentes do espaço já tenha internalizado o seu modo de funcionamento. Cumprindo parte do objetivo específico que buscava identificar a avaliação e conhecimento dos usuários sobre as restrições, observou-se que muitos desses não têm conhecimento das normas implementadas pela gestão e não há qualquer informação a respeito de tais normas. Nos casos em que os usuários tinham conhecimento, normalmente ficam sabendo das restrições somente ao serem chamados à atenção quando cometem alguma infração — o que é um tanto quanto incômodo, principalmente quando o processo é feito à distância, por meio de um apito pelo segurança.

Ainda cumprindo o objetivo específico da avaliação por parte dos usuários, notou-se também que ocorre uma dificuldade de entendimento do caráter público ou privado das áreas livres da COJFC. As restrições são vistas por muitos como necessárias para preservar o espaço de atitudes destrutivas dos próprios usuários. Ao serem questionados a respeito da sua concepção de espaço público, na maioria das vezes, os conceitos não se confirmam no espaço devido às restrições e normas de funcionamento, porém ainda assim, muitos dizem considerá-lo um espaço público de qualidade. Uma minoria afirma que as restrições acabam interferindo no caráter público do objeto de estudo, especialmente no que diz respeito às restrições de acesso de alguns segmentos da sociedade e das restrições de horário.

Os atributos do espaço, previstos em projeto, não deixam claras as restrições a serem cumpridas, tendo por exemplo caminhos finalizados bruscamente combinados à nenhuma restrição física de acesso à grama (diferentemente do que ocorre na Praça Dom Frei Caetano Brandão), o muro

baixo que estimula o uso como banco, a falta de um bicicletário do lado de fora, que poderia encorajar as pessoas a não entrarem com bicicletas, entre outros. Além disso, algumas situações que ocorrem no espaço geram questões a respeito da importância da imagem daquele espaço sobre o seu uso, o que interfere diretamente no nível de democracia de uso e acesso do espaço, e também do tratamento diferente que recebe quando comparado a outros espaços históricos do entorno.

Os episódios relatados (nas páginas 60-61), na qual o morador de rua é removido do local e o senhor é impedido de lavar o rosto no rio são icônicas para ilustrar como funciona no espaço a supervalorização de uma imagem que reflita uma ordem, até mesmo uma esterilização, por meio de um comportamento determinado dos usuários. Essa supervalorização da imagem é muito compatível com a ideologia do *city marketing*, discutida no capítulo 02, vendendo uma cidade que só existe ali e em outros espaços semelhantes, mas que não condiz com a situação da maior parte de Belém.

Questiona-se se o controle do comportamento dos usuários em prol da manutenção de uma imagem artificial é benéfico, apesar das justificativas bem-intencionadas de preservação do espaço, a partir do momento que vai de encontro à realidade de fora das áreas livres da COJFC, incidindo mesmo em segregação social ao impedir a entrada de moradores de rua e vendedores ambulantes. Além das regras comportamentais ilustradas, outros aspectos questionáveis são a segurança e a limpeza privadas como meios de alcançar uma imagem que não é vista fora dali.

Como pode ser notado tanto nas questões de segurança e limpeza quanto de acesso ao público, as áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo se diferenciam, por exemplo, da Praça Frei Caetano Brandão, sendo essa também historicamente relevante e igualmente tombada. É indiscutível que espaços históricos de interesse à preservação precisam de cuidados a mais no que diz respeito à sua conservação, entretanto, não há

justificativa para que dentre tais espaços haja diferenças de manejo, como acontece no Centro Histórico de Belém. Os espaços históricos requerem uma destinação uso, de modo a permanecerem vivos, sendo parte do cotidiano da cidade, mesmo que haja certas restrições com o objetivo de conservar o patrimônio histórico. Alguns espaços livres do CHB e entorno sofrem com a falta de cuidado dos usuários e do poder público, que apresentam hoje diversos problemas de má conservação, insegurança e vandalismo. Entretanto, alguns desses espaços, como a Praça da República em Belém, são exemplos de espaços democráticos, onde podem ser vistos com frequência pessoas passeando com animais de estimação, vendedores ambulantes de artefatos e comidas, pessoas praticando esportes, moradores de rua, manifestações políticas e artísticas das mais diversas vertentes, pessoas de classe média/alta que frequentam o Theatro da Paz, etc. Questiona-se até que ponto restrições de uso ou de acesso resolvem problemas de conservação.

Destaca-se que há uma incompatibilidade entre as linhas de atuação da Prefeitura Municipal de Belém e do Governo do Estado do Pará no que diz respeito a administração dos espaços livres urbanos voltados para o lazer em Belém. Enquanto a prefeitura confia a manutenção dos espaços de sua responsabilidade aos serviços públicos e implanta poucas normas de uso, o Governo do Estado se utiliza de serviços terceirizados (segurança, limpeza, administração de alguns espaços por OS) e cria diversas normas e restrições que direcionam o uso dos espaços sob sua administração. Os espaços que recebem serviços privados são tidos, por isso, como espaços mais seguros, mais limpos e mais conservados do que o resto da cidade.

Um dos problemas dessa situação não incorre isoladamente na existência de espaços com serviços de qualidade, mas sim no fato deles existirem *apenas* ali, enquanto no entorno encontram-se espaços malconservados e inseguros. É problemático que os serviços públicos não se

mostrem eficazes e por isso sejam criados espaços restritos com serviços terceirizados que “merecem” um padrão de qualidade superior com a justificativa de se constituírem em atrações turísticas. Apesar de os espaços históricos precisarem de cuidados específicos, serviços de segurança e manutenção qualificados são aspectos básicos de qualidade de vida e deveriam permear todos os espaços da cidade, sejam eles turísticos ou não.

No caso, é como se houvesse um oásis de segurança e limpeza, que só se replica em espaços de funcionamento semelhante, como o Mangal das Garças, a Estação das Docas, o Parque da Residência, espaços que contam com restaurantes para um público de alto valor aquisitivo, localizados em áreas privilegiadas da cidade, voltados para o lazer e o turismo e que tem contrato de gestão de alguma abrangência com OS. Destaca-se, cumprindo o objetivo específico que buscava investigar a existência de uma relação entre o modelo de gestão e as regras de utilização, que não há uma relação de causa e efeito direta entre a OS e as restrições de uso, entretanto há uma correlação entre esse perfil de espaço que traz consigo tais restrições e uma administração completa ou parcial de responsabilidade da OS. A busca de uma imagem de eficiência e esterilização passa também pela eficiência dos serviços, seja na administração (OS) ou na manutenção (segurança e limpeza do espaço). Tal situação, de espaços livres urbanos funcionando como oásis de segurança enquanto outros adjacentes são considerados perigosos, gera pontos de tensão nos quais há um contraste muito forte entre espaços, que, em alguns casos, deveriam ser plenamente integrados.

O caso das áreas livres da COJFC é uma situação onde o espaço se integra formalmente com as vias de acesso, porém guarda uma linha muito tênue, no que diz respeito ao uso e de segurança, que acaba criando uma fronteira entre esses espaços. No caso em questão, as pessoas se sentem extremamente inseguras até chegar ao local de “segurança constante”. É essa sensação de segurança garantida que contribui para que espaços tão

segregados, que normalmente seriam mais propícios a assaltos e vandalismo por serem pouco vigiados, sejam tão atrativos. Poucas foram as pessoas que se declararam inseguras no espaço. A sensação de segurança garantida influencia diretamente o comportamento dos usuários no uso das áreas livres da COJFC.

É importante frisar mais uma vez que o espaço genuinamente público não é um local sem regras onde todos podem fazer o que bem entendem, entretanto, a legitimação das regras que regem um espaço coletivo pelos seus usuários é muito importante para a sua apropriação e, consequentemente, para uma valorização do espaço por parte desses usuários. Há nas áreas livres da COJFC uma intencionalidade de controlar o que pode e não pode acontecer no espaço, o que é adequado e o que não é, o que é aceito segundo a concepção daquele espaço e o deve ser evitado. Isso se concretiza por meio das regras e restrições impostas e fiscalizadas constantemente pela administração do espaço, seja pelos seguranças contratados ou pelas câmeras de vigilância.

O espaço público é construído socialmente. Políticas públicas voltadas para a educação patrimonial — tanto de patrimônio histórico quanto de patrimônio público como um todo — se mostram essenciais no sentido de tornar os espaços abertos das cidades mais democráticos. A maioria dos usuários que respondeu ao questionário garantiu que as regras, especialmente às de acesso, não seriam necessárias se as pessoas soubessem se comportar de modo a preservar o espaço, o que só pode ser alcançado por meio de conscientização pública.

Cumprindo o objetivo geral da pesquisa e após os resultados dos objetivos específicos, afirma-se que, apesar de concentrar uma grande quantidade e variedade de pessoas, se há uma segregação social imposta deliberadamente no espaço por uma instituição qualquer, o conceito de urbanidade perde totalmente o sentido e o caráter público se torna

extremamente enfraquecido. O caráter público depende não apenas da legitimação da população ao reconhecer um espaço como público, mas de características que permeiam o seu uso. A possibilidade de convivência e contato social entre diferentes, onde pode-se construir cidadania, é o que faz com que um espaço urbano se torne um espaço genuinamente público.

Em algumas situações, mais relevantes que fronteiras físicas são fronteiras simbólicas criadas para que haja uma restrição de acesso a alguns segmentos da sociedade, transformando um espaço aberto e integrado à rua em um espaço privado. As fronteiras dos espaços segregados — ou mesmo privatizados — funcionam como uma amostra intensificada da segregação social encontrada nas grandes cidades em decorrência da falta, principalmente, de políticas sociais. Enquanto no seu interior, tudo o que é considerado como elemento negativo é deliberadamente excluído, do lado de fora os tais elementos negativos e positivos precisam saber dividir o espaço.

Dessa forma, apesar da grande importância que as áreas livres da COJFC têm na cidade como um todo, ao serem frequentadas por pessoas de vários bairros e dos mais diversos perfis, o espaço tem um caráter próprio, diferente das áreas livres tradicionais da cidade especialmente no que diz respeito a restrições de acesso a pessoas, algumas restrições, inclusive, não legitimadas pela maioria dos usuários. É necessário que haja urgentemente políticas públicas que busquem sanar os problemas encontrados em situações como essa, nas quais os espaços restritos, cheio de regras e sinais de privatização, são apenas reflexos; reflexos da falta de educação patrimonial, falta de serviços públicos de qualidade, falta de moradia digna, de espaços livres ao longo da cidade e da imposição de uma lógica cultural que prega a valorização da cultura tradicional, mas que apenas torna-a uma peça de museu a ser contemplada.

Referências

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. In: HOLANDA, Frederico de et al (Org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012. p. 61-80.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. BELÉM DO PARÁ, UMA CIDADE ENTRE AS ÁGUAS: HISTÓRIA, NATUREZA E DEFINIÇÃO TERRITORIAL EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: Anpuh - Sp, 2011. p. 1 - 14. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300673503_ARQUIVO_ANPUH2011BelemdoParaumacidadeentreasaguas.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839.

BAFNA, Sonit. Space Syntax: A Brief Introduction to Its Logic and Analytical Techniques. Environment And Behavior, v. 1, n. 35, p.17-29, jan. 2003.

BALEIXE, Haroldo (Ed.). Belém antiga: fotos do acervo digital de Antônio Sales. 2010. Disponível em: <http://haroldobaleixe.blogspot.com.br/2010/04/belem-antiga-fotos-do-acervo-digital-de.html>. Acesso em: 17 ago. 2015.

BALSINI, André. Museu de Arte do Rio – MAR. Um híbrido na praça Mauá. Out, 2015. http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5771. Acessado em 03/08/2016.

BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15.11.1902 pelo Exmº Sr. Intendente Antônio José de Lemos**; 1897/1902. Belém, A. A. Silva, 1902.

BELÉM (Município). Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento da Grande Belém: Anteprojeto de remanejamento da área central. Vol. 2. CODEM, 1975.

BELÉM (Município). Lei nº 7790, de 18 de maio de 1994. **Lei 7.709 de 18 de Maio de 1994**.: Dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico do município de Belém.. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/>. Acesso em: 14 set. 2015.

BELÉM (Município). Prefeitura Municipal. Lei nº 7.806 de 30 de julho de 1996. **Lei nº 7.806 de 30 de julho de 1996**.: Delimita as áreas que compõem os Bairros de Belém e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/bairros.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2016.

BELÉM (Município). Governo do Estado. 'Feliz Lusitânia – Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas e Casario da Rua Padre Champagnat. Vol. 4, Série Restauro. SECULT, 2006.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. 1995, p. 68. Disponível em: www.bresserpereira.org.br. Acessado em: 05/04/2015.

BRASIL. Lei Nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

BRASIL. Organizações Sociais. Cadernos MARE, 5ª ed. Brasília: MARE, 1998, p. 73 v. 2. Disponível em: www.bresserpereira.org.br. Acessado em: 05/04/2015

BRASIL. Decreto Nº 3.876, de 21 de janeiro de 2000.

BRASIL. Portaria Minc nº 54, de 08 de maio de 2012. Homologa O Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina, no Município de Belém, no Estado do Pará.. Brasília.

BRASIL. IPHAN. Lista dos Bens Tombados por Estado (1938 - 2016) Lista dos Bens Tombados por Estado (1938 - 2016). 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2016.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

CAMPOS, Maria Beatriz de Arruda. Strategis Spaces: Patterns of Use in Public Squares of the City of London. In: Space syntax first international symposium, 1, 1997, Londres. Proceedings... Londres: Ucl, 1997. v. 3, p. 26.1 - 26.11.

CASA E JARDIM. São Paulo: Fc, 1983.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, n. 45, p.152-166, jul. 1996. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_as_cidades_como_atores.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A vida comercial de Belém durante o ciclo da borracha. 2012. Disponível em: <http://belem400.blogspot.com.br/2012_08_01_archive.html>. Acesso em: 17 ago. 2015.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2001.

CODEM, Cartografia. Belém, 2000.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**, São Paulo: Editora Senac, 2008, 215 p.

CROCETTI, Zeno. Urbanização e mobilidade em Curitiba: Gênese, desenvolvimento e reflexões. Geosul, Florianópolis, v. 29, p.93-116, jul./dez. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/38085/29063>. Acesso em: 14 ago. 2015.

CRUZ, Ernesto. Igrejas de Belém. Belém: Imprensa Oficial, 1953.

CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará, 1970.

CRUZ, Ernesto. História de Belém. Belém: Ufpa, 1973. 342 p.

DERENJI, Jussara da S. Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX. Manaus: SEC, 1998.

DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 932.

DIOGO, Érica (Org.). Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília: IPHAN, 2009.

DIRETORIA DA FESTA DE NAZARÉ (Belém). A História do Círio. Disponível em: <http://www.ciriodenazare.com.br/portal/historia.php>. Acesso em: 15 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO: Rio de Janeiro recebe maquiagem olímpica para os Jogos. São Paulo, 12 jul. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790702-rio-de-janeiro-comeca-a-passar-por-processo-de-embelezamento-para-os-jogos.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2016.

FREITAS, Juarez. As Organizações Sociais: Sugestões para o Aprimoramento do Modelo Federal. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 35, n. 140, p. 133-138, out./dez. 1998, p. 137.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. The condition of postomodernity. Oxford: Blackwell Publishers, 1989. 378 p.

HILLIER B.; HANSON, J.; PEPONIS J.; HUDSON J.; BURDETT R. Space syntax: a different urban perspective. Architect's Journal 30 November, 47-63, 1983.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. The Social Logic of Space. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B. **Space is the Machine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, Bill. The Reasoning Art:: or, The Need for an Analytical Theory of Architecture. In: **Space syntax first international symposium**, 1., 1997, London. Proceedings. London: UCL, 1997. v. 2, p. 01.1 - 01.5.

HOLANDA, Frederico; GOBBI, Cristina. **Forma e uso do espaço urbano – estudos de caso assistidos por computador**. Brasília: UnB. 1988. (mimeo).

HOLANDA, Frederico. O espaço de exceção. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

HOLANDA, Frederico. A determinação negativa do movimento moderno. In HOLANDA, F. (org.) **Arquitetura e Urbanidade**. São Paulo: Pro Editores. 2003. Capítulo 1. pp. 19-39

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio**. São Paulo: Positivo, 2005.

IBGE. Biblioteca de Fotografias. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS - RJ/2495.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2016.

IPHAN. **Ver-o-Peso (PA)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828>. Acesso em: 15 ago. 2015.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOHLSDORF, Maria E. A Apreensão da forma da cidade. Brasília, Ed. UnB, 1989

LEITE, Rogerio P. **Contra-usos da Cidade**: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea. UNICAMP / UFS: Campinas / São Cristóvão, 2004.

LIMA, José Júlio Ferreira. Regulatory instruments and urban form: searching for social equity in Belém, Brazil. 2000. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Oxford Brookes University, Oxford, 2000

MARANHÃO, Haroldo. Fragmentos de Belém: uma antologia da cidade. 2012. Disponível em: <http://fragmentosdebelem.tumblr.com/post/15080854188>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MEIRA FILHO, A. Evolução histórica de Belém do Grão Pará: Fundação e História. v. I e II. Belém: Grafisa, 1976.

MERGUIZO, Marcel; CONDE, Paulo Roberto. Rio de Janeiro recebe maquiagem olímpica para os Jogos. Folha de São Paulo. São Paulo, p. 1-2. 12 jul. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790702-rio-de-janeiro-comeca-a-passar-por-processo-de-embelezamento-para-os-jogos.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2016.

MORGADO NETO, José Marques. **Casas Nobres em Belém do Pará**: metade do século XVIII e início do século XIX. 2013. 275 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, ITEC, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

NORAT, Roseane. **Moradia como meio para reabilitação de áreas e prédios históricos**. 2007. 237f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PARÁ (Governo). Lei n. 5629, de 20 de dezembro de 1990. **Lei n. 5629, de 20 de dezembro de 1990**.: Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado do Pará. Diário Oficial do Estado, Belém, 1990.

PEREIRA, Adriana. Coordenadoria de Comunicação Social (COMUS). Uma história que completa 388 anos de cores, cheiros e sabores. **Agência Belém**. Belém, 26 mar. 2015. Disponível em: <http://www.agenciabelem.com.br/Noticia/110099/uma-historia-que-completa-388-anos-de-cores-cheiros-e-sabores>. Acesso em: 04 ago. 2016.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. A ORLA DE BELÉM: INTERVENÇÕES E APROPRIAÇÃO. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

REIS, Almir Francisco. **Forma e apropriação dos lugares públicos**: Um estudo Sintático do centro de Florianópolis-SC. 1993. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenho Urbano, Universidade de Brasília, Florianópolis, 1993.

SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo, Ática, 1992.

SOARES, Elizabeth Nelo (Org.). **Largos, coretos e praças de Belém - PA**. Brasília: Iphan, 2009. (Roteiros do Patrimônio).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor – Regulação no Brasil**. Peirópolis, São Paulo. 2000.

TRECHO inicial da Transmissão do Círio de Nazaré - 12/10/14 - TV Liberal. Belém: TV Liberal, 2014. (33 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xbsv_XIXnm4>. Acesso em: 04 ago. 2016.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103. Disponível em: <http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/16.-VAINER-C.B.-Pátria-empresa-e-mercadoria.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

VARGAS, H. e CASTILHO, A. L. H. (org.). Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2006.

ZOLIT, Rachel. O contrato de gestão entre o poder público e as organizações Sociais como instrumento de fuga do regime jurídico administrativo. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/18550/o-contrato-de-gestao-entre-o-poder-publico-e-organizacoes-sociais-como-instrumento-de-fuga-do-regime-juridico-administrativo. Acessado em: 05/04/2015

ZUKIN, Sharon. Landscapes of Power: from Detroit do Disney World. Los Angeles, California. University of California Press. 1991

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O Espaço da Diferença.** Campinas: Papirus, 2000a. Cap. 4. p. 80-103.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XX: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio A.. **O Espaço da Diferença.** Campinas: Papirus, 2000b. Cap. 5. p. 104-115.

Anexo

Tabela 13 - Pesos e intervalos para uma classificação de síntese de morfologias físicas.

ATRIBUTO	PESO	RESTRIÇÃO	AMBIVALÊNCIA	ROBUSTEZ
% DO ESPAÇO ABERTO/ ESPAÇO TOTAL	3	>61	41-60	<40
ESPAÇO CONVEXO MÉDIO	2	>1500	501-1500	<500
Nº DE PORTAS/ Nº DE ESPAÇOS CONVEXOS	1	<2	2-5	>5
% ESPAÇOS CONVEXOS COM 0 PORTA	3	>40	20-40	<20
ÁREA DOS ESPAÇOS CONVEXOS/ Nº DE PORTAS	3	>600	300-600	<300
PERÍMETRO MÉDIO DAS ILHAS ESPACIAIS/ Nº DE PORTAS	2	>40	25-40	<25
AXIALIDADE DA TRAMA	1	<0,15 >1,50	0,41-0,60 1,01-1,50	0,61-1,00
RAR	3	<0,40	0,40-0,70	>0,70

Fonte: HOLLANDA E GOBBI, 1988.